



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

João Miguel Paulo Mendes Brinco

ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL.

UMA PROPOSTA PARA REABI(LI)TAR O INTERIOR DE PORTUGAL.

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Susana Mexia Lobo e apresentada ao Departamento de Arquitetura
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Junho de 2021

Aldeias Históricas de Portugal.

Uma proposta para Reabi(li)tar o Interior de Portugal.



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

João Miguel Paulo Mendes Brinco

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Sob orientação da Professora Doutora Susana Lobo

Junho, 2021

Aldeias Históricas de Portugal.

João Miguel Paulo Mendes Brinco

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Sob orientação da Professora Doutora Susana Lobo

Junho, 2021

Agradecimentos.

À minha orientadora, Professora Doutora Susana Lobo, por toda a ajuda e orientação

À Doutora Dalila Dias, por toda motivação

À minha mãe, à minha irmã, ao meu padrasto, por tudo

Aos meus avós, por todo o apoio

Aos meus tios, ainda que longe, sempre perto

À Inês V., à Beatriz S., à Carolina C. e à Carolina P., por nunca desistirem de mim,

Aos amigos, colegas e a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho,

À Universidade de Coimbra, ao D'ARQ e a toda a Academia,

Os meus sinceros agradecimentos.

Siglas e Abreviaturas.

AHP - Aldeias Históricas de Portugal

CEE - Comunidade Económica Europeia

CCDR-C - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro

DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

EEC - Estratégia de Eficiência Colectiva

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

PDR - Plano de Desenvolvimento Regional

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNCT - Programa Nacional para a Coesão Territorial

PRN - Plano Rodoviário Nacional

PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

PVI - Programa de Valorização do Interior

QCA - Quadro Comunitários de Apoio

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

SPN/SNI - Secretariado da Propaganda Nacional

UMVI - Unidade de Missão para a Valorização do Interior

UNCCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

Resumo.

É corrente, nos dias de hoje, refletir sobre o que é património e a respetiva importância para a identidade do lugar. Preservá-lo tornou-se numa obrigação ética, arquitetónica e política, não apenas pelo seu valor histórico e cultural intrínsecos, mas também pelo seu valor económico, enquanto recurso e produto diferenciador de uma crescente indústria turística, e valor social, como repositório de uma memória coletiva e vivência local. Hoje, o maior desafio consiste em recuperar o património, não apenas para um turismo crescente mas sim, para o próprio ambiente e para os seus habitantes.

Atualmente, cerca de dois terços do território português correspondem a núcleos rurais. Numa altura de mudança, em que a museificação destes territórios cresce exponencialmente, torna-se necessário refletir sobre uma tipologia de reabilitação urbana e patrimonial mais adequada, de forma a que estes territórios não percam a sua identidade e que não se comprometa o seu desenvolvimento natural.

Através do estudo aprofundando de uma iniciativa pioneira na revitalização rural, que alterou por completo o rumo destes territórios, e das diversas realidades que promoveram o seu surgimento, a presente dissertação pretende apresentar uma proposta de expansão do *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*, com o intuito de promover o *Reabi(li)tar do Interior de Portugal*.

Abstract.

Nowadays, it is common to reflect on what heritage is and its importance for the identity of the place. Preserving it has become an ethical, architectural and political obligation, not only for its historical and cultural intrinsic value, but also for its economic value, as a differentiating resource and product of a growing tourist industry, and social value, as a repository of collective memory and local experience. Today, the biggest challenge is to recover the heritage, not only for growing tourism but also for the environment itself and its inhabitants.

Currently, about two-thirds of the Portuguese territory corresponds to rural nuclei. At a time of change, in which the museification of these territories grows exponentially, it is necessary to reflect on a more appropriate typology of urban and heritage rehabilitation, so that these territories do not lose their identity and do not compromise their natural development.

Through an in-depth study of a pioneering initiative in rural revitalization, which completely changed the course of these territories, and of the various realities that promoted their emergence, this dissertation intends to present a proposal for expanding the Program for the Recovery of Historical Villages in Portugal to promote the Rehabilitation of the Interior of Portugal.

Sumário.

Introdução.	15.
Parte I.	
Portugal Rural: Desruralização e Folclorização.	23.
Território e Património: Um novo olhar.	45.
Interior: do Despovoamento ao Desenvolvimento Regional.	69.
Parte II.	
Aldeias Históricas de Portugal.	95.
As Aldeias e a Nova Beira Interior.	113.
Parte III.	
Os Castelos e Fortalezas de Portugal.	187.
Arquitetura Popular em Portugal.	203.
As 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias.	217.
Parte IV.	
Reabi(li)tar o Interior de Portugal.	233.
Conclusão.	257.
Bibliografia.	263.
Anexos.	275.

Introdução.

“Encontro-me no Talasnal. Uma aldeia pequena no meio da serra da Lousã, mas nem por isso modesta no seu encanto. Hoje, enquanto visitava a aldeia, juntamente com um grupo de estudantes internacionais, eis que Natureza nos cumprimentou e encantou com a sua presença. Numa correria entre os pingos da chuva e perdidos entre as ruelas estreitas, encontrámos uma porta minúscula entreaberta a dizer “O Curral”. Dobrámo-nos e entrámos no bar mais acolhedor e encantador da aldeia. Enquanto nos secávamos e nos instalávamos para uma bela tarde de chuva, um senhor começa a falar com os estudantes internacionais. Entre os fazeres de antigamente e os tempos em que as pessoas ainda diziam “bom dia” umas às outras, ia traduzindo a conversa. “Mas como é que é viver numa aldeia tão pequena, quase sem ninguém e quase sem vida?” Questiona um dos estudantes. Depois de traduzir, eis que se ouve uma valente gargalhada acompanhada da seguinte resposta: “Meu caro, onde há pessoas... há vida, sempre!”

Retirado de um dos meus cadernos de viagem, este relato foi decisivo para encontrar o tema daquela que será a última etapa deste ciclo de estudos, o Interior de Portugal. A escolha deste tema reporta também para uma motivação pessoal de reformular, reestruturar e reerguer uma região onde vivi a minha infância e que durante anos foi marginalizada e esquecida. Uma região feita de costumes honestos, de uma cultura ancestral, que pela tradição e herança continua viva, de uma traça identitária e de um património rural que, com a passagem do tempo, resiste e se perpetua nos dias de hoje.

Através da caracterização do Portugal Rural, juntamente com o estudo aprofundando dos principais impulsionadores da descaracterização e despovoamento do Interior, desenvolvemos a componente teórica da presente dissertação numa primeira parte ao longo de três capítulos: *“Portugal Rural: Desruralização e Folclorização”*, *“Território e Património: Um novo olhar”* e *“Interior: do Despovoamento ao Desenvolvimento Regional”*. Através de iniciativas públicas, nacionais e internacionais, estudadas nestes capítulos e que estabeleceram os princípios de mudança desta região, encontramos um caso de estudo pioneiro e que revitalizou o rumo social, económico e patrimonial de doze territórios na Beira Interior, o *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*.

Motivado pelos princípios, objetivos e estado de arte do programa, alinhados com a principal motivação de contribuir para a continuidade da mudança de rumo dos territórios rurais e fragilizados, desenvolvemos uma componente prática, através de uma terceira e quarta parte onde propomos a expansão programática das Aldeias Históricas de Portugal.

Na terceira parte, propomos estudar três levantamentos que consideramos serem essências para uma escolha de novos territórios que transpareçam, não só, a pluralidade cultural, patrimonial e social dos mesmos, mas também que se alinhem diretamente com as premissas do programa das Aldeias Históricas de Portugal. Através dos *“Castelos e Fortalezas de Portugal”*, do Inquérito à *“Arquitetura Popular em Portugal”* e do Concurso das *“7 Maravilhas de Portugal - Aldeias”* desenvolvidos na quarta parte, concluímos a nossa investigação, propondo um alargamento programático deste programa egrégio na reabilitação urbana, patrimonial, social e económica do Interior Raiano de Portugal.

Parte I.

Portugal Rural: Desruralização e Folclorização.

Território e Património: Um novo olhar.

Interior: do Despovoamento ao Desenvolvimento Regional.

De onde viemos? Para onde vamos? Estas são questões subjetivas com que hoje nos deparamos quando refletimos sobre o pano de fundo deste que é um país à beira mar plantado: a paisagem rural portuguesa. A paisagem, ainda que mutável e impermanente, é o reflexo da passagem do homem por esta reduzida medida que é o tempo. Hoje a ruralidade está adormecida, mas não extinta. Apesar de 97% da economia portuguesa não ser rural, não faz de Portugal um país urbano-moderno.¹ O rumo do Portugal Rural não faz parte da agenda nacional há décadas. Se este permanente estado de inércia se mantiver, garantimos a perda de uma parte significativa da nossa identidade.

Algumas das iniciativas que temos vindo a observar nos últimos anos, de incentivo ao desenvolvimento rural, acabam por ser apenas superficiais, o embelezar de um problema real e que deve ser intervencionado de uma forma ativa e consciente.

Mas será que hoje conseguimos perceber a essência do Portugal Rural? Será que conseguimos perceber a sua vivência e importância para a população esquecida? Será que percebemos de onde vem e para onde está a ir? Este é o ponto de partida da presente dissertação, a compreensão da *“boa velha ruralidade, do bom povo, do bem-fazer da lavoura e dos bons ares do campo.”*²

1. **Domingues**, Álvaro, *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2012. p. 62.

2. **Domingues**, Álvaro, *op. cit.*, 2012. p. 275.



Fig. 1 - Lezíria nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Portugal Rural: Desruralização e Folclorização.

Adjetivar de rural a paisagem portuguesa engloba uma percepção mais profunda do que o sentido estritamente utilitário do termo em si. Hoje, banalmente, considera-se rural tudo o que está além da área metropolitana das grandes cidades, acabando por assinalar uma assimetria ambígua. No entanto, a definição de rural não passa por uma mera concepção territorial, mas sim por uma percepção temporal e social.

*“(...) [A] vida no campo era a imagem do Paraíso e do bom povo sábio, pobre mas honesto, que vivia na sua simplicidade, alegria, em comunhão com a Natureza e oração com os deuses.”*³ Assim se caracterizava o Portugal Rural, feito de um povo honesto e trabalhador, tirando da terra o pão e o vinho para as mesas das famílias de todo o país. Um povo que, ainda hoje, define a paisagem rural portuguesa de norte a sul, de acordo com a sua geologia, disponibilidade territorial, clima, sol, água, minerais, e todas as variantes que a diversificam. A genialidade ancestral do homem, concebida pelo seu instinto e capacidade de gerir os recursos da Natureza, permitiu erguer uma diversificada rede de paisagens e realidades que formaram o nosso território e a nossa identidade.

*“(...) [As] paisagens ricas do Noroeste de Portugal, entre o Minho e o Mondego, assentes na economia do milho; as paisagens agrestes para lá do Marão, de trigo, centeio e pastorícia; as paisagens infinitamente pobres dos xistos do centro de Portugal; as paisagens dos plainos alentejanos, imensas charnecas primeiro, imensas searas mais tarde; ou a delicada filigrana do litoral e barrocal algarvio que as serras separam do “Reino de Portugal” - todas as paisagens humanizadas assentaram no princípio de utilizar os recursos do território até ao limite do possível para se alimentar o máximo de pessoas, construindo as paisagens que hoje conhecemos, partindo da fome de quem delas vive.”*⁴

3. Domingues, Álvaro, *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2012. p. 16.

4. Santos, Henrique Pereira dos, *Portugal: Paisagem Rural*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017. p. 8.



Fig. 2 - Montalegre na década de 50.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 3 - Douro na década de 50.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Esta realidade caracterizou durante largos séculos o meio rural português, definindo um longo período de um povo que, muitas vezes na miséria, encontrava uma espécie de futuro próspero. Uma economia estritamente de subsistência, que priorizava a produção e armazenamento daquilo que alimentasse o maior número de pessoas.

Portugal entrava no século XX como um país predominantemente rural e agropastoril feito de paisagens *“onde estoicamente uma população paupérrima se esforçava por fazer das pedras pão (...)”*⁵

No entanto, esta realidade já se tinha vindo a perder no final do século XIX, devido à revolução industrial, e hoje é praticamente irreconhecível. As paisagens rurais tornaram-se vestígios e ruínas de um outro tempo.

O desenvolvimento industrial em Portugal teve um caminho muito lento quando comparado a uma Europa progressista. Ainda assim, promoveu grandes alterações económicas, sociais e políticas que, para além de profundas e significativas, foram decisivas para a modernização de um país maioritariamente rural e sem perspectivas de futuro. No entanto, tal modernização não foi abrangente a todo o território nacional, mas sim centrada em torno de dois grandes epicentros, Lisboa e Porto, alastrando-se por todo o Norte Litoral. O delinear deste eixo junto ao mar, constitui a base daquilo que seria a industrialização, modernização e urbanização de um novo Portugal. Estudarmos esta evolução é essencial para compreendermos a margem esquecida e abandonada que é o interior de Portugal. É na segunda metade do século XIX, correspondente ao período do fontismo, que se inicia a regeneração do país. A criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 1852, por D. Maria II e dirigido por Fontes Pereira de Melo foi essencial, não só para a criação de uma nova mobilidade e de uma melhoria significativa nas comunicações, como também para desenvolver estratégias de crescimento relacionadas com a agricultura, o comércio e a indústria.

5. Santos, Henrique Pereira dos, op. cit., 2017, p. 10.

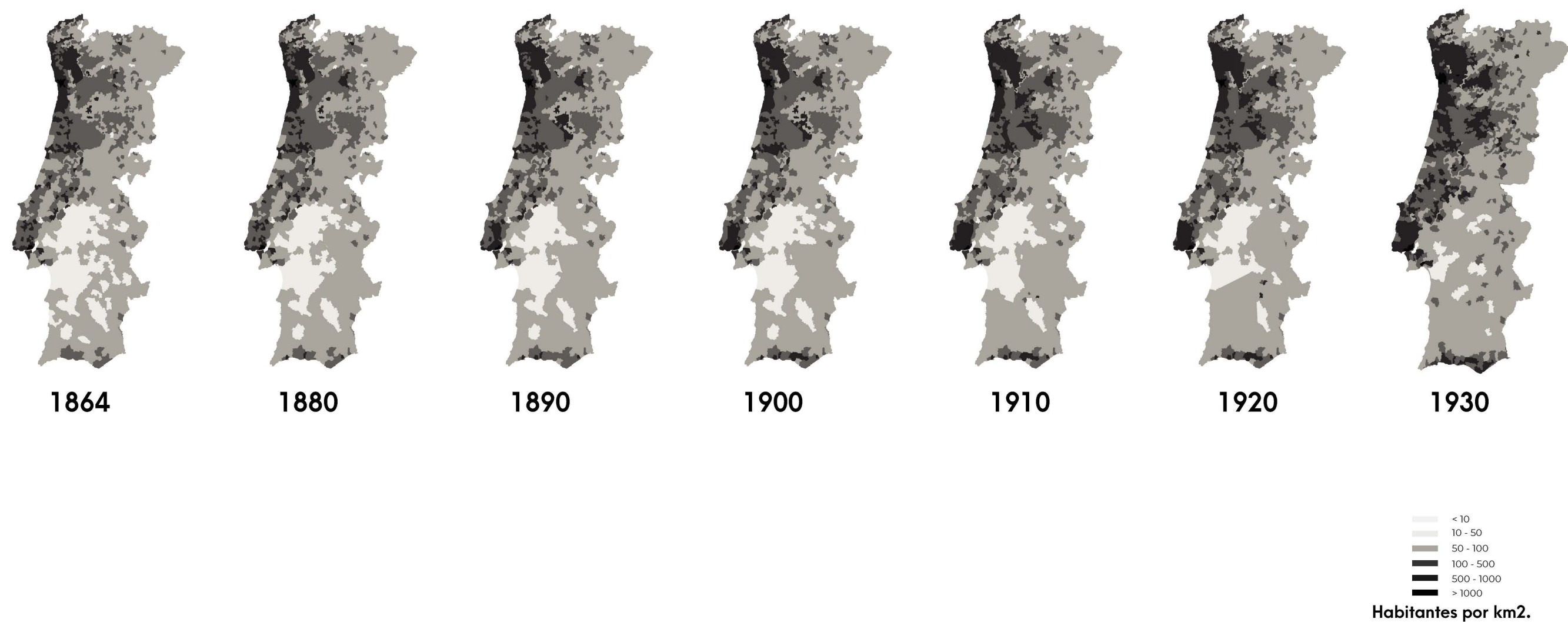


Fig. 4 - Evolução dos Caminhos de Ferro de Portugal, e da Demografia em Portugal desde 1864 a 1930.

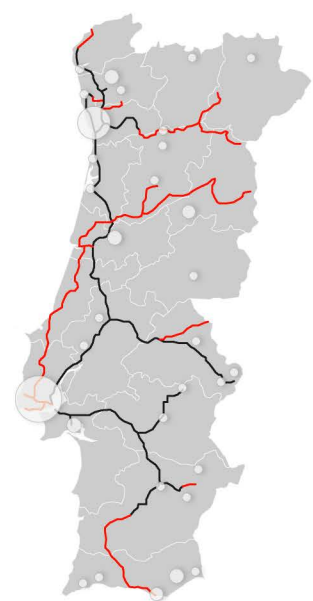
Silveira, et al, (2011) Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930
 Dados conseguidos através de PORDATA, Setor de Transportes, Sub-setor de Ferroviário.



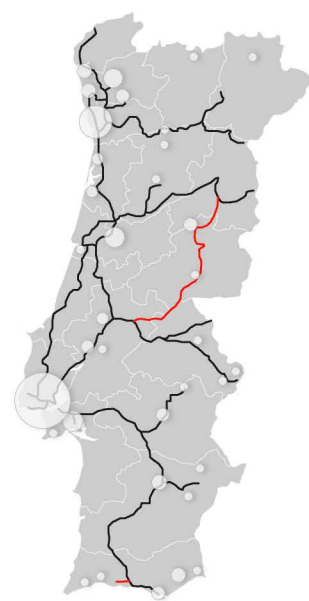
1864



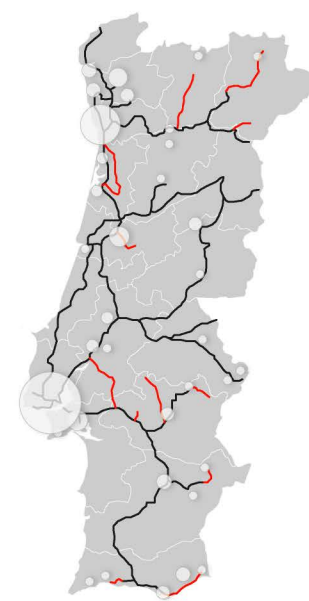
1880



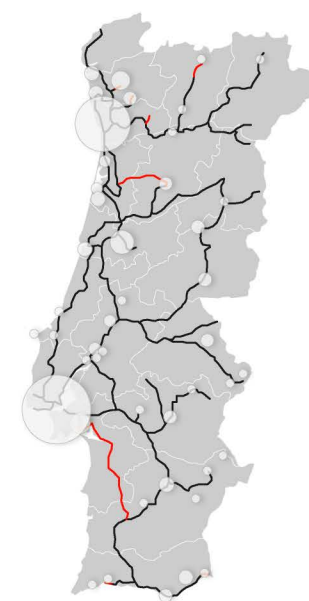
1890



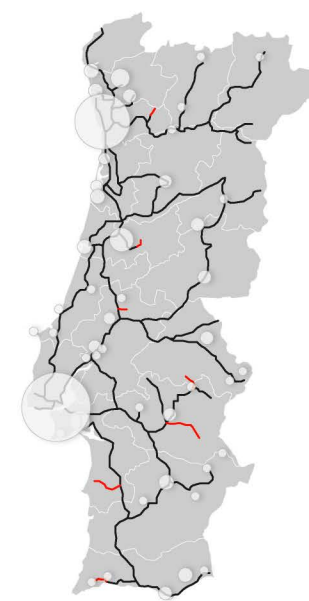
1900



1910



1920



1930



População.

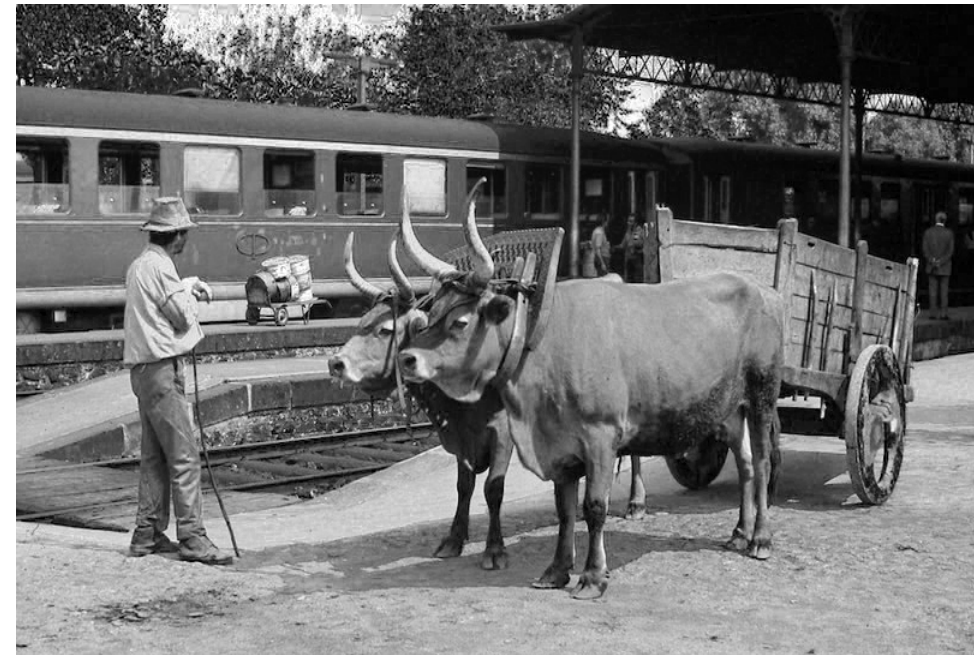


Fig. 5 - Estação de Nine, Minho, 1983. A realidade ferroviária em contraste com a ruralidade do país.
Fonte: Galeria de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

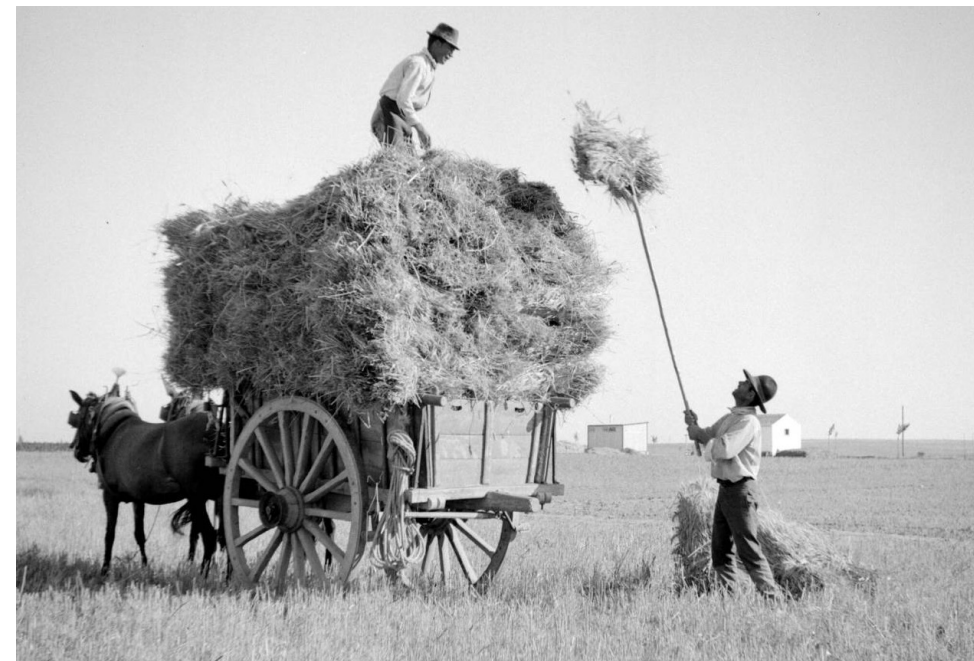


Fig. 6 - Alentejo nas décadas de 40/50.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Ainda assim, quando se fazem investimentos com estas prioridades e com esta dimensão, que transformam totalmente uma sociedade, é importante analisar de que forma é que o urbanismo e a população acompanham esta mudança. Através da leitura dos diagramas apresentados na figura 4 podemos observar diversos fenómenos.

No mapa relativo ao desenvolvimento das linhas de caminho de ferro, podemos observar o gradual surgimento de novos núcleos urbanos. Estes novos núcleos surgem maioritariamente ao longo do Norte Litoral, correspondendo ao foco de desenvolvimento referido anteriormente, e abrindo a possibilidade da evolução social e demográfica ter seguido o mesmo sentido. Numa segunda fase, conseguimos aferir a densidade populacional de Portugal antes, durante e como resultado desse forte investimento infraestrutural. Neste diagrama conseguimos confirmar que, de facto, a população cresceu exponencialmente a nível demográfico e urbanístico nesta região favorecida pelo investimento “fontista”.

“(…) [A] cidade cresce sobre o território ex-agricola, absorvendo a população saída do êxodo rural. Esta população, por sua vez, alimenta o subúrbio e as periferias urbanas. À oposição cidade/campo sobrepõe-se a oposição urbano/suburbano.”⁶ Os que ficavam presos aos resquícios do romantismo, permaneciam presos “a laços sociais onde dominava o sentido de honra e do respeito por quem manda e pode, paralisados pelas teias de família, da vizinhança, da tradição e dos brandos costumes para quem via de fora, indefesos perante o fado, as calamidades naturais ou da vontade de Deus e do desconhecido.”⁷

Assim entrava Portugal no século XX, dando início a um longo período de perda identitária da sua essência rural num processo que ainda hoje define grande parte do seu território, a Desruralização. *“Desruralização é um conceito que se usa nas Ciências Sociais para denominar o processo de mutação sócio económica e territorial resultante da perda de importância da atividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas.”⁸*

6. Domingues, Álvaro, op. cit., 2012. p. 38.

7. Domingues, Álvaro, op. cit., 2012. p. 21.

8. Domingues, Álvaro, op. cit., 2012. p. 69.



Fig. 7 - Trás-os-Montes nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Quando se aborda esta temática, surgem rápidas reflexões sobre o despovoamento e o abandono dos terrenos agrícolas, mas também lamentações sobre a perda de uma cultura imaterial, como determinadas tradições ou costumes. Neste sentido, o problema da desruralização reflete-se sobretudo em duas profundas alterações: o desaparecimento da agricultura como economia de subsistência e as mudanças da cultura rural relativamente à sua vivência, hábitos e tradições. Separar estas duas abordagens ajuda-nos a compreender a polivalência do rumo que a ruralidade foi tomando ao longo do tempo. Por um lado, a transformação da agricultura face à crescente industrialização e mecanização dos meios de produção, alterando por completo a paisagem rural portuguesa, por outro o êxodo camponês em direção aos grandes centros urbanos, em busca de novas oportunidades na indústria em ascensão.

Esta nova realidade, para além de promover o aumento e a fixação da população ao longo da costa, acabava por marginalizar e conduzir ao despovoamento do interior de Portugal, limitado apenas à produção e extração de matéria prima e sem a definição de qualquer estratégia de futuro. As cidades, urbanas e modernas, rapidamente se tornam predadoras dos territórios rurais, abandonados e periféricos, implementando uma cultura agropastoril industrial. A proliferação da indústria e o crescimento urbano *“(...) em mancha de óleo, processando e engolindo território rural como uma espécie de ceifeira-debulhadora-enfardadeira a lavrar sobre a seara limpa.”*⁹

É certo que o progresso observado no início do século XX, foi extremamente importante para o desenvolvimento e modernização de um país adormecido, sem perspectivas de futuro e maioritariamente rural. No entanto, aceitando o rumo deste investimento, deveriam ter sido tomadas medidas e definidos planos de ação que fomentassem um desenvolvimento adequado do território interior.

9. Domingues, Álvaro, op. cit., 2012. p. 38.



Fig. 8 - Minho na década de 50.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 9 - Núcleo de "Aldeias Portuguesas" na Exposição do Mundo Português, 1939.
Fonte: Galeria de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

É com o Estado Novo (1933-1974) que se procura alterar esta visão negativa da ruralidade portuguesa, ainda que vincando ainda mais as assimetrias sociais existentes.

O regime acreditava que virando o país para si mesmo conseguia diferenciar-se do resto do mundo através de um nacionalismo inerente, recuperando e enaltecendo a glória da história nacional. Discurso que ganha outra dimensão numa Europa à beira da guerra. Portugal, aos olhos de Augusto Castro, comissário da Exposição do Mundo Português de 1940, era “o *Portugal íntimo, o Portugal repousante e lírico, o Portugal do pomar, dos açudes, da província, da indústria caseira, dos descantes e das eiras: esse Portugal ingénuo e amoroso, que foi o húmus do Portugal heróico.*”¹⁰

Esta é a reciclagem identitária orquestrada pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN/SNI) dirigido por António Ferro, encarregue de criar uma nova identidade nacional que fosse eficaz em fazer transparecer a ideologia do regime, tanto a nível nacional, como além (barreiras)fronteiras. Um reformular da imagem (in)feliz do meio rural, depositando na vida no campo a autenticidade lusitana.

O Estilo Português foi o resultado desta combinação entre o ser moderno, o permanecer rural e o regenerar da tradição. Uma cultura popular, cénica e artificial, a ser implementada em todo o território nacional. Numa tentativa de reescrever a paisagem rural portuguesa, o Estado Novo marca uma nova vertente da Desruralização, a Folclorização. “(...) [P]or folclorização entende-se o processo de construção e de institucionalização de práticas performativas, tidas como tradicionais, constituídas por fragmentos retirados da cultura popular, em regra geral, rural.”¹¹ Nesta construção propagandista, o SPN serve-se da rádio, do cinema, da música, da escrita, criando imaginários de “bom gosto” e de uma “política de espírito” dentro do modelo “esteticidade rural” concebido por António Ferro. Uma alegre anestesia à miséria e à pobreza.

10. Cunha, Luis, *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional.* Braga: Universidade do Minho, 1994. p. 103.

11. Castelo-Branco, Salwa El-Shawan; Branco, Jorge Freitas, *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal: Uma Perspectiva.* Lisboa: Etnográfica Press, 2003, p. 1.



Fig. 10 - Frames do Documentário sobre o Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, 1938.
 Fonte: Cinemateca Digital Portuguesa.

A folclorização é um acontecimento na cultura moderna, feita da tentativa de reintegrar, na nação e no idealismo salazarista, a população esquecida, com o enaltecimento dos resquícios de costumes quase perdidos e, assim, enaltecer a ilusão de um paraíso à beira mar e longe da guerra. E o que há de melhor para uma ideologia “*Deus, Pátria e Família*” que um povo tradicional, rural, abandonado, sem rumo mas humilde, ingénuo e em comunhão com os seus deuses?

Esta institucionalização dos “fazeres rurais” acaba por promover a contínua perda de autenticidade destes meios. Muitas foram as encenações de festas populares, as exposições, as ilustrações de paisagens inocentes, pitorescas e sublimes num imaginário mitificado, eternizado e muito longe da realidade miserável que o povo vivia. O maior exemplo desta construção folclórica foi sem dúvida a *Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*.

Das mais diversas iniciativas de especialização na folclorização do rural como imagem de uma nação, como a Exposição de Arte Popular de 1936, o concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal torna-se o exemplar principal desta propaganda de “esteticização da cultura popular” naquilo que seria a autenticidade do bom gosto para o SPN.

Lançado a 7 de fevereiro de 1938, com a intenção de se tornar bianual, tinha como principal objectivo a atribuição deste estatuto à aldeia que tivesse “maior resistência (...) a decomposições e influências estranhas e (apresentasse) o mais elevado estado de conservação no mais elevado grau de pureza (numa série de) características.”¹² No fundo, a intenção deste concurso seria a de premiar a aldeia que conseguiu resistir ao tempo, à ruralidade e à pobreza de um território colocado em segundo plano.

Foram seleccionados dois júris locais de cada Junta de Província para escolherem duas aldeias da sua zona a participarem.

12. Castelo-Branco, Salwa El-Shawan; Branco, Jorge Freitas, Félix, Pedro, Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal - Capítulo 9. O concurso “A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal” (1938). Lisboa: Etnográfica Press, 2003, p. 207.



Fig. 11 - "A Condição Humana". Alentejo na década de 40.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 12 - "A Condição Humana". Minho nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Esta participação deveria ser de acordo com o seu estado de conservação em categorias específicas: *na Habitação, no Mobiliário e Alfaia Doméstica, no Trajo, nas Artes e Industrias Populares, nas Formas de Comércio, nos Meios de Transporte (terrestres, marítimos e fluviais), nas Poesias, Contos, Superstições, Jogos, Canto, Música, Coreografia, Teatro, Festas e Outras Usanças, e finalmente na Fisionomia Topográfica e Panorâmica.*

O SPN selecionou vinte e duas aldeias, das quais doze foram consideradas “aldeias de primeira”. Estas aldeias seriam visitadas por um comité constituído por um júri principal acompanhado por uma vasta equipa de imprensa nacional e internacional, e ainda uma equipa destinada ao registo fotográfico e cinematográfico.

“Propunha-se a política do espírito, executada pelo secretariado da propaganda nacional, valorizar o património espiritual do povo português. Esse dever resultou na obra que tem feito a favor do renascimento folclórico e etnográfico de Portugal. Nessa obra interessou em dada altura o próprio povo das aldeias, despertou-lhe o entusiasmo, levou-o a ter consciência dos tesouros que era e é fiel depositário. Exaltou-se o regionalismo, exaltando implicitamente o seu nacionalismo. Revelou aos seus olhos, como os olhos de todos os portugueses, um Portugal desconhecido, um Portugal verdadeiro. Afervorou na alma do país o culto pela tradição, a tradição que é barreira impenetrável a invasões insolentes e ideias estranhas. Para isso fez-se o concurso da Aldeia Mais Portuguesa, ou seja, daquela que se encontrasse em mais perfeito estado de graça nacional.”

Estas palavras sobre o concurso, declamadas por Estêvão Amarante, escritas por Augusto Pinto, apresentadas numa longa metragem documental realizada por António de Meneses, ainda hoje quase que fazem acreditar que o Portugal rural era um paraíso. Todo o aparato era visto com grande apreço pelos habitantes.

13. Alves, Vera Marques, Os Etnógrafos Locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso. Vol. I., Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social - ISCTE, 1997. p. 237-257

14. Estêvão Amarante citado em Documentário: Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, realizado por António de Meneses, Lisboa: Cinemateca Digital Portuguesa, 1938.

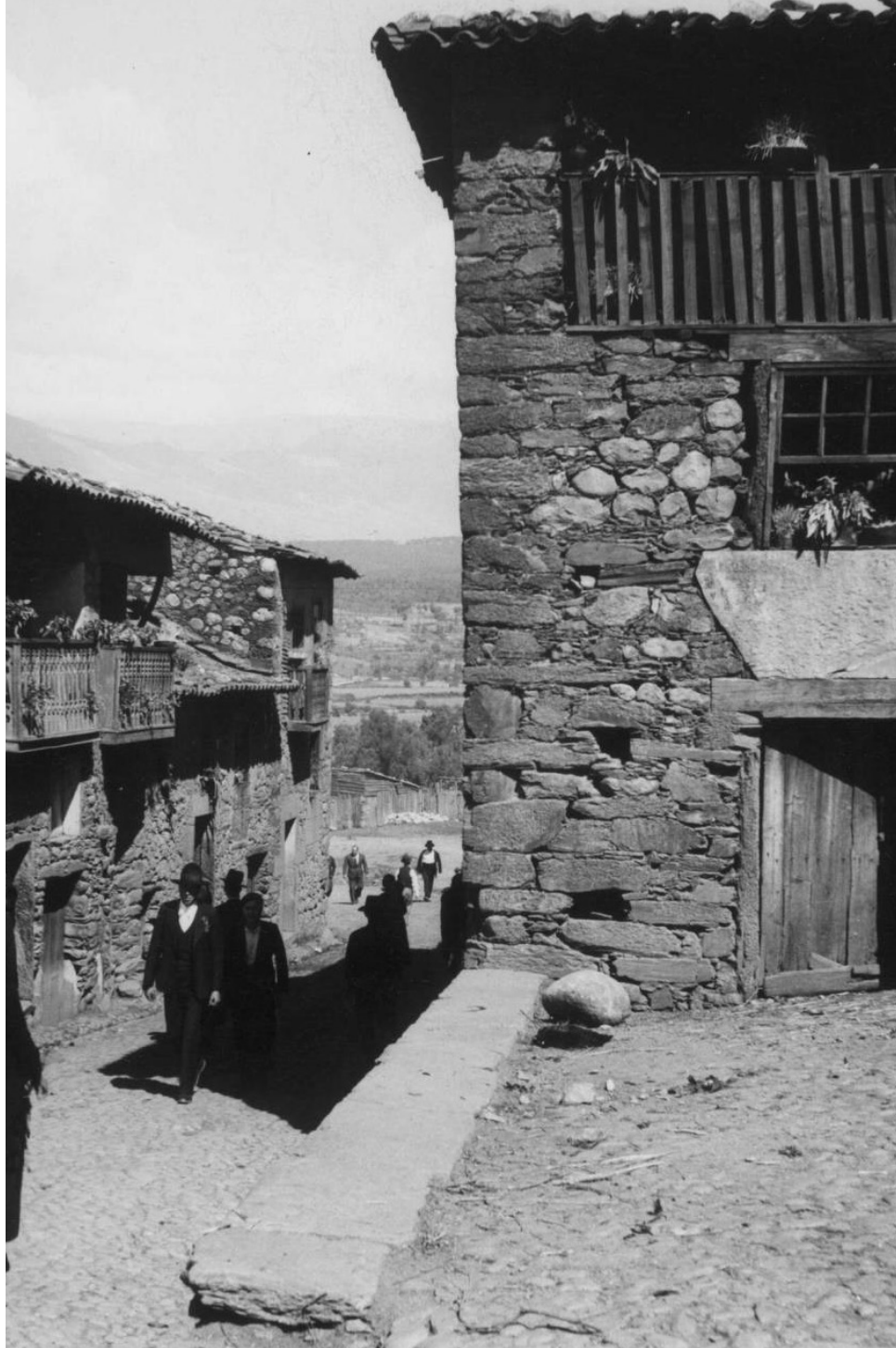


Fig. 13 - Trás-os-Montes nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

A disputa pelo Galo de Prata deixava o povo ainda mais esperançoso, por finalmente ser considerado como fazendo parte de algo “maior”. Foi em Monsanto que o SPN de António Ferro encontrou a perfeita alegoria para caracterizar a visão do regime. Monsanto vencedor eterno do Galo de Prata, uma vez que o concurso ficou pela primeira, e única, edição.

Neste concurso percebem-se com enorme clareza as intenções ideológicas do regime. O prevalecer de uma imagem nacionalista conseguida através de um imaginário romantizado e cénico daquilo que era considerado como a tradição, a glória e a história de Portugal, numa tentativa de encontrar nestes territórios o mito de uma “arquitetura portuguesa” ou da Casa Portuguesa de Raul Lino.

“Os bons e belos móveis portugueses de vinhático, robustos, elegantes e sinceros, começaram a sair dos sótãos ou adegas para onde os tinha relegado o estúpido século XIX e vieram substituir nas melhores salas da gente de bom gosto o mogno folheado, degenerescência miserável do estilo do Império. Assim se civilizaram por dentro muitas casas portuguesas pelo simples facto de se tornarem outra vez portuguesas.”¹⁵

Assim era homenageado Raul Lino por Agostinho de Campos no tributo que a Sociedade dos Arquitetos Portugueses e a Sociedade de Belas Artes lhe fizeram. O único problema é que Agostinho Campos esquecera-se de referir que, essas casas que voltaram a ser portuguesas, apenas faziam parte da realidade de uma reduzida fatia da sociedade, e não do imaginário do restante povo português em que os seus belos móveis eram a nobreza da pureza das matérias primas da sua terra.

A objetificação do imaginário sobre a cultura popular portuguesa e o mito da casa portuguesa de Raul Lino como uma realidade totalitária, rapidamente foram confrontadas por dois inquéritos.

15. Sampaio, Joaquim, *Mitificação e Paisagem Simbólica: o caso do Estado Novo*. Porto: Curso de Doutoramento em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. p. 107.



Fig. 14 - Trás-os-Montes nas décadas 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 15 - Montalegre nas décadas 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

No caso do Inquérito à Habitação Rural de 1943, realizado por Engenheiros do Instituto Superior de Agronomia, mostrava-se que não existiam as condições da “casa dos simples” nas verdadeiras casas dos simples. Havia sim, más construções e falta de condições. Eugénio Castro Caldas retratava assim a “simples” paisagem do Minho: *“(as aldeias embora situadas numa) paisagem rica de tons verdes e fresca de água (...) constituem conjuntos de aspecto pobre, senão miserável. (...) Retalhados de caminhos de piso irregular, encharcados de águas (...), atravancados de lenhas e estrumes – passeio de homens e animais e recreio de crianças sujas, piolhosas e assustadiças que precocemente saem do berço, a gatinhar, para acompanhar porcos e galinhas – estes aglomerados populacionais oferecem o espetáculo de quase todas as condições de que os homens se rodeavam em tempos primitivos.”*¹⁶

Em 1955, pela mão de uma nova geração de arquitetos que defendia a não existência de uma “arquitetura portuguesa”, muito menos de uma “casa portuguesa”. O *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*, realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos no seguimento de “Uma Iniciativa Necessária” lançada, em 1947, por Francisco Keil do Amaral, consistia em catalogar a arquitetura vernacular através de seis equipas de três arquitetos que percorreram todo o território continental do país. Inquérito publicado em 1961 com o título de *“Arquitetura Popular em Portugal”*.

Nesse mesmo ano, o espoletar da Guerra Colonial (1961-1974) instaura um clima de grande instabilidade no país. Entre 1960 e 1970, assistimos a uma vaga significativa de emigrações, por motivos políticos e económicos. Para uma população de cerca de oito milhões de habitantes, observa-se um pico de emigrações em 1966, com 232.000 saídas registadas oficialmente.¹⁷ Outros, muitos, emigraram de forma clandestina. Este foi o ultimato para o despovoamento do interior de Portugal.

16. Sampaio, Joaquim, op. cit., 2012, p. 110.

17. Lobo, Susana, *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Parte 3*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012, p. 994.



Fig. 16 - "Retratos". Décadas de 50/60
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

“Agora vai minguando o espaço para as histórias e as personagens líricas do mundo rural. As marcas e as memórias do Portugal profundo vão-se decompondo com a desruralização e o seu rasto de efeitos colaterais: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais - o interior, no dizer mais frequente sobre estas coisas. Os poucos que vão ficando vivem de uma economia assistida entre pensões, reformas, poupanças, ou remessas de familiares e quem pode sai porque são escassos os empregos. A miragem do bucolismo e dos paraísos perdidos é mais de quem está no exterior (do tal interior) e pensa que o rural e a Natureza são lugares para passar férias.”¹⁸

18. Domingues, Álvaro, op. cit., 2012. p. 23.



Fig. 17 - Autoestrada entre Lisboa e o Estádio Nacional, 1933.
Fonte: Galeria de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.



Fig. 18 - Vista de Alenquer, Portugal. Junta Autónoma das Estradas.
Fonte: Galeria de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Território e Património: Um novo olhar.

Liberdade! O povo volta a ser livre, derrubando o regime salazarista na revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974. Um regime que parecia belo por fora, mas completamente podre por dentro. Assim era caracterizado pela revista *Times*, onde ao lado do retrato de António de Oliveira Salazar, surgia uma maçã cujo o seu brilhante e apetecível exterior, contrastava com a podridão do seu interior.

Eis um novo rumo. Um rumo de prosperidade, cooperação e união internacional. Logo em 1977, com o I Governo Constitucional (1976-1977) de Mário Soares, dão-se os primeiros passos para a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), oficializada a 1 de Janeiro de 1986. A abertura de fronteiras e a novos mercados espoletou a regeneração de um país acabado de “despertar”. Grandes esforços foram feitos para diagnosticar o estado da economia e do território nacionais, tendo como base os requisitos e princípios estabelecidos pela CEE através de fundos de apoio comunitário. Nesse contexto, a rede de infraestruturas existente foi sujeita a uma profunda reforma de modernização, essencialmente de aumento e de melhoramento da ligação aos restantes países europeus.

Numa primeira fase, é elaborado um plano pautado por medidas relacionadas com a descentralização e no repensar do desenvolvimento económico e social de centros urbanos marginalizados, o *Plano Rodoviário Nacional* (PRN) de 1985. Este plano foi essencial, não só para fortalecer, mas também criar uma rede de relações entre o litoral e o interior. Medidas como *“a integração das ligações entre sedes de distrito, a união de centros urbanos a portos, aeroportos e fronteiras mais importantes, a reabilitação de vias que não pertenciam à Rede Nacional mas importantes para a integração da Rede Municipal, o acesso a fundos de investimento provenientes de quadros de apoio”*¹⁹, estabeleceram a criação das infraestruturas necessárias para transformação económica e social de núcleos urbanos adormecidos e cruciais para a promoção do desenvolvimento das regiões do interior e para a consequente redução de assimetrias territoriais estabelecidas.

19. Maré, Florbela, História das Infra-estruturas Rodoviárias. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2011. p. 25

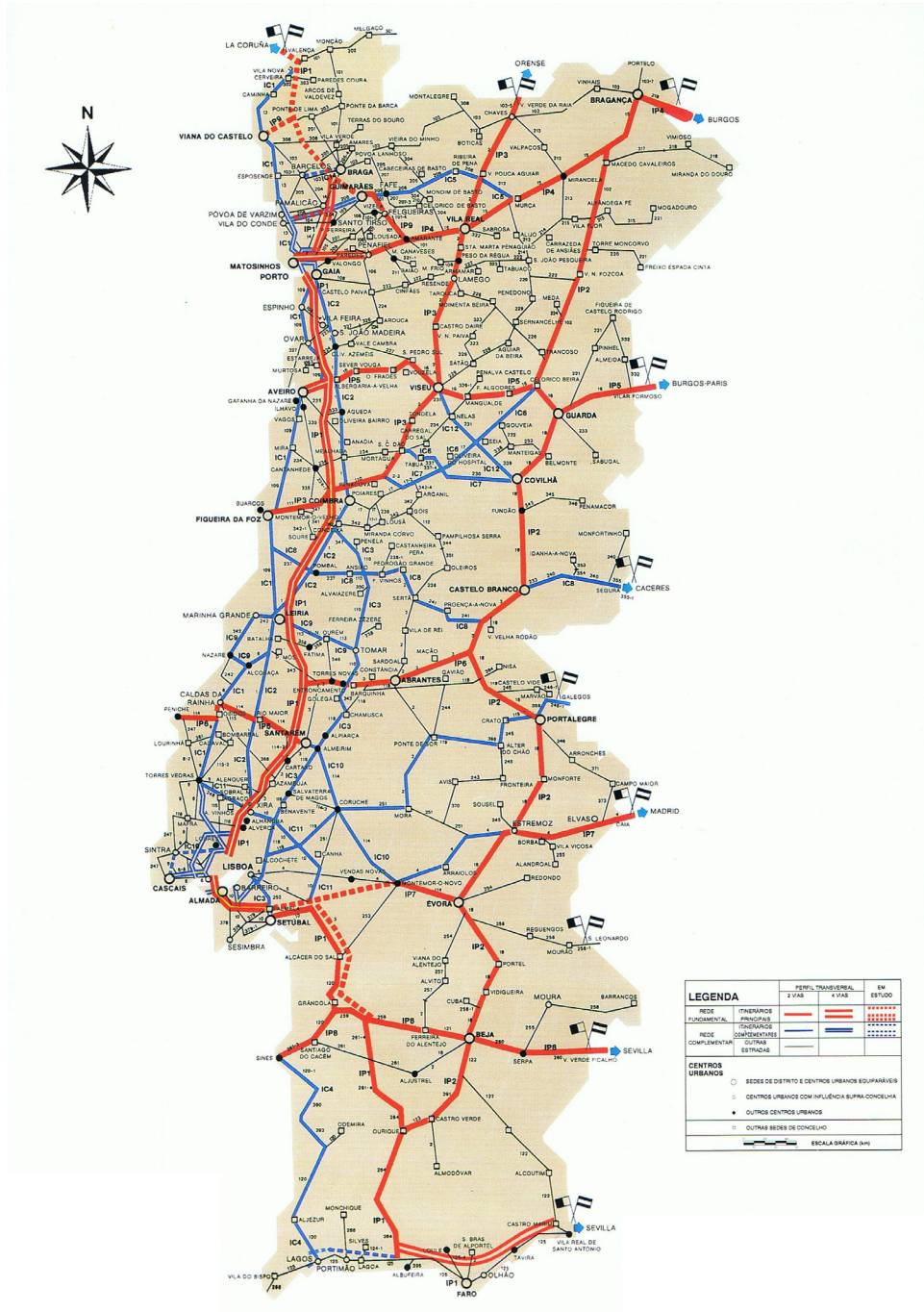


Fig. 19 - PRN, Plano Rodoviário Nacional de 1985.

Fonte: repositorio.ul.pt.

Entre 1990 e 1995 podemos constatar este forte desenvolvimento através da construção de mais de 800 quilómetros de Itinerários Principais (IP), e cerca de 350 quilómetros de Itinerários Complementares (IC).²⁰

Numa fase seguinte, depois de fortalecida a rede existente, surge uma reformulação importante daquele plano, condensada no *Plano Rodoviário Nacional* (PRN) de 2000. Esta revisão constitui uma atualização do plano anterior, juntamente com a requalificação de várias estradas, bem como o aumento de cerca de 6.000 quilómetros da rede fundamental.²¹

Revisão que seguiu uma série de critérios como *“a conclusão e fecho de malhas viárias, garantindo uma circulação rodoviária mais unânime e homogénea, o desenvolvimento de localidades remotas que se encontravam afastadas dos grandes centros urbanos, com a construção de IPs e ICs como acesso às sedes de Concelho, e também definir as vias de estruturação do interior raiano para melhorar os acessos fronteiriços de Portugal.”*²²

O PRN 2000 acabou por fixar os principais eixos de coesão de todo o território português e que atualmente definem o suporte estratégico do sistema rodoviário nacional. Ainda que esta evolução tenha sido gradual, conseguiu-se dotar o país com uma rede bem elaborada, estruturada, e pensada no sentido de reduzir assimetrias regionais, de exponenciar o desenvolvimento de um território no seu todo, e de unir Portugal ao mundo exterior.

O investimento na infraestruturação e equipamento do país, e o conseqüente desenvolvimento económico e social então alcançado, iria ter as suas repercussões na qualificação de áreas fragilizadas e marginalizadas, em especial do interior.

20. Maré, Florbela, op. cit., 2011. p. 25

21. *Ibidem*.

22. Maré, Florbela, op. cit., 2011. p. 26

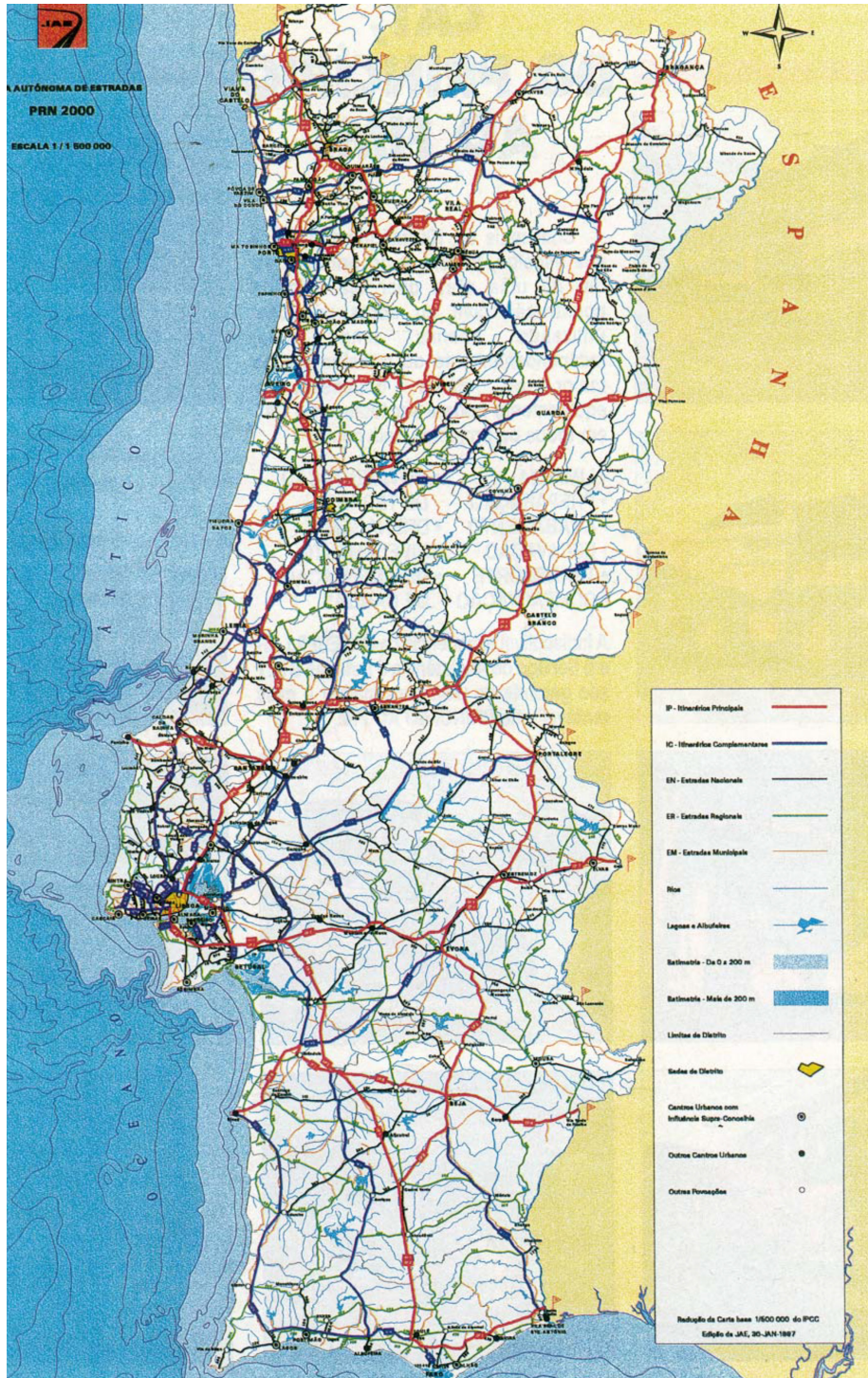


Fig. 20 - PRN, Plano Rodoviário Nacional 2000.
 Fonte: repositorio.ul.pt.

Com o objetivo de dotar esses territórios de melhores condições de atratividade e de vida da população são introduzidas, em Portugal, medidas concretas de incentivo económico, beneficiando dos auxílios financeiros disponibilizados pelos Fundos Estruturais Europeus: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEOGA-O).

Destas medidas, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), de Março de 1989, destinado a *“combater os atrasos estruturais, os desequilíbrios e as desigualdades na distribuição do rendimento e da riqueza(…)”*²³ e a *“(…) criar condições, não só para o desenvolvimento económico e social, mas também para a propagação positiva das condições favoráveis de que dispomos e dos recursos dos fundos estruturais que estão a ser colocados à nossa disposição - no sentido de assegurar na Europa, uma menor disparidade na distribuição dos frutos do progresso.”*²⁴

A concretização deste plano só seria possível através da implementação dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA), aplicados durante três períodos consecutivos: entre 1989 e 1993, correspondendo ao QCA I; entre 1994 e 1999, correspondendo ao QCA II; e entre 2000 e 2006, correspondendo ao QCA III.

O primeiro QCA centrou-se no equilibrar económico e social de Portugal em relação à realidade europeia, através da diminuição das assimetrias de desenvolvimento face aos restantes países da CEE, mas também a nível interno, com a correção de disparidades regionais.²⁵

23. Plano de Desenvolvimento Regional 1989 - 1993, Volume I, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Março 1989. p. 3.

24. *Ibidem.*

25. Pires, Luís Madureira, 30 Anos de Fundos Estruturais (1986-2015), Revista R:1 n.o 53, A face visível da Europa. Os fundos europeus em Portugal, Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade de Lisboa, 2017, p. 22.

Nesse sentido, o QCA I, foi estruturado sobre seis eixos de intervenção:

- criação de infraestruturas económicas com impacto direto sobre o crescimento económico equilibrado;
- apoio ao investimento produtivo e às infraestruturas diretamente ligadas a este investimento;
- desenvolvimento dos recursos humanos;
- promoção da competitividade da agricultura e desenvolvimento rural;
- reconversão e reestruturação industriais;
- desenvolvimento das potencialidades de crescimento das regiões e desenvolvimento local.

O segundo QCA manteve os principais objetivos do primeiro, a redução das assimetrias socio-económicas de Portugal a nível regional e europeu. Este quadro foi estruturado sobre quatro eixos principais de intervenção:

- qualificar os recursos humanos e o emprego;
- reforçar os fatores de competitividade da economia;
- promover a qualidade de vida e a coesão social;
- fortalecer a base económica regional.

Por fim, o terceiro QCA, teve como principal objectivo o ultrapassar dos atrasos estruturais que colocavam Portugal atrás dos países europeus mais desenvolvidos e foi estruturado sobre quatro eixos principais intervenção:

- elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social;
- alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro;
- afirmar a valia do território e a posição geoeconómica do país;
- promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional.



Fig. 21 - Aljezur na década de 50.
Fonte: .Arquivo Artur Pastor.

Este aproximar da realidade portuguesa à dos restantes países da CEE foi necessário para a positiva competitividade do país. Uma aproximação concretizada também ao nível cultural, em particular no que respeita à preservação do património cultural, material e imaterial, enquanto instrumento de revitalização do território. Neste contexto, a continuada adoção das cartas e convenções internacionais, mas sobretudo a implementação de uma consciência global sobre o imperativo da salvaguarda patrimonial levada a cabo por diversas entidades, destacando-se o ICOMOS e a UNESCO, com a definição de princípios fundamentais de classificação, documentação e preservação, conduziu à aprovação, em Portugal, da *Lei de Bases do Património Cultural* de 2001.

De acordo com este documento, *“através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.”*²⁶ Princípio ratificado na própria Constituição da República Portuguesa, que estabelece como responsabilidade do Estado *“proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território.”*²⁷ Património, ambiente e território passam, assim, a ser entendidos, no seu conjunto, como parte identitária de uma civilização, cuja conservação, gestão e valorização é, na sua essência, da responsabilidade do Estado. Mesmo quando pertença de entidades particulares. *“[A]s pessoas coletivas de direito público colaborarão com os detentores de bens culturais, por forma que estes possam conjugar os seus interesses e iniciativas com a atuação pública, à luz dos objetivos de proteção e valorização do património cultural.”*²⁸

26. “Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural” Lei n.º 107/2001 Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08

27. Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional, Art. n.º 9, alínea e), 2005

28. Artigo 8º, nº1, Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro.



Fig. 22 - Obras de restauro da Muralha e Castelo de Óbidos.
Fonte: Restos de Coleção.



Fig. 23 - Castelo de Óbidos, 1950.
Fonte: Restos de Coleção.

Preservar o património tornou-se numa obrigação ética, arquitetónica e política, não apenas pelo seu valor histórico e cultural intrínsecos, mas também pelo seu valor económico, enquanto recurso e produto diferenciador de uma crescente indústria turística, e valor social, como repositório de uma memória coletiva e vivência local. Através desta consciência, surgem os princípios de uma nova responsabilidade patrimonial, o *Património Rural*. Esta nova responsabilidade de preservação patrimonial ainda hoje se define com alguma dificuldade. Definir património rural passa por uma reflexão profunda feita de ambivalências entre “*memórias de um passado*” e “*heranças para um futuro*”. No entanto, o que estas duas ambivalências têm em comum é o sentimento de hereditariedade.²⁹

A evolução da consciência patrimonial tornou esta herança mais complicada de definir “*na medida em que do conceito inicial, que se reduzia aos bens culturais de valor material efetivo, passámos para as heranças que identificam e caracterizam um povo, uma civilização ou até a humanidade. As tradições populares, os rituais, as crenças e todo um conjunto de atos sociais encontram-se também incluídos neste conceito.*”³⁰

Esta polivalência do conceito de património, concebida dos valores materiais e imateriais de pertença pessoal, comunitária ou universal, intrinsecamente ligados à cultura e identidade de determinado lugar, estende-se à definição e particularização do património rural, tornando-se necessário delinear os traços gerais para a sua conceptualização.

29. Alves, João Emílio, Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito. Lisboa: CET-ISCTE-IUL, 2004, p.8.

30. Flores, Joaquim de Moura, “Património. Do Monumento ao Território Urbano”. Em Urbanidade e Património. Lisboa, IGAPHE/URBE, 1998, p. 11.



Fig. 24 - Minho nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Isac Chiva propõe um perfil de classificação de património rural em quatro traços fundamentais. Começa por se focar num primeiro critério referente à *“diversidade de formas, de objetos, de elementos e escalas de observação inerentes ao espaço rural: de centenas de micro-regiões, de numerosos tipos de arquitetura, cobertos vegetais, climas e recursos”*³¹, interligando-o com um segundo critério relativo à *“heterogeneidade dos elementos constituintes que vão desde os modos de existência materiais aos objetos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social”*.³²

No terceiro critério, referente à *“urgência imposta à observação e à intervenção [no património rural], pelos processos incessantes de mudança, de desaparecimento, assim como de criação de bens culturais e naturais”*³³ o autor alerta para a importância de perceber o impacto que as intervenções terão na vivência, subsistência e preservação do meio rural, interligando-o com um quarto critério focado *“na relação íntima com a identidade destas sociedades, - porque [como ele próprio afirma] os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e colectivo: (...) consideram estes bens ao mesmo tempo significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro. É por isto que o meio rural tem sido um «espaço de vida» e deverá continuar a sê-lo se quisermos conservá-lo.”*³⁴

Ainda que, de uma forma muito geral, consigamos ter uma compreensão mais profunda daquilo que é o património rural e a suas dimensões, é necessário percebermos concretamente a que é que nos referimos quando utilizamos o termo em si.

31. Alves, João Emílio, op. cit., 2004, p.9.

32. *Ibidem.*

33. *Ibidem.*

34. *Ibidem.*



Fig. 25 - Trás-os-Montes nas décadas 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 26 - Montalegre nas décadas 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

São muitos os exemplares de um outro tempo feito de paisagens, costumes, tradições, e vivências das sociedades que perpetuaram até à atualidade. Hoje a sua preservação traduz-se numa responsabilidade social, cultural, económica e imbuída de um simbolismo que torna imperativo o perpetuar do eco do passado, enquanto marco identitário da população, em prol da voz do presente e do futuro para reinventar e revitalizar o desenvolvimento das regiões rurais.

São exemplos *“a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitetónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, etc.) (...) A este património físico e construído junta-se tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos “saber-fazer.”*³⁵

Aprofundado o conceito de património rural percebemos a sua importância para a identidade de determinado local ou região. Ainda que a sua diversidade e pluralização patrimonial não permitam uma fácil associação ao conceito, conseguimos perceber que é através destas mesmas dimensões que se fortalece a ligação entre o natural, o cultural e as pessoas. *“Esta diversidade tem também uma dimensão territorial: cada «região» possui o seu carácter próprio, uma «alma» que faz muitas vezes o orgulho dos habitantes e atrai o visitante exterior.”*³⁶

35. Alves, João Emílio, op. cit., 2004, p.10.

36. *Ibidem.*

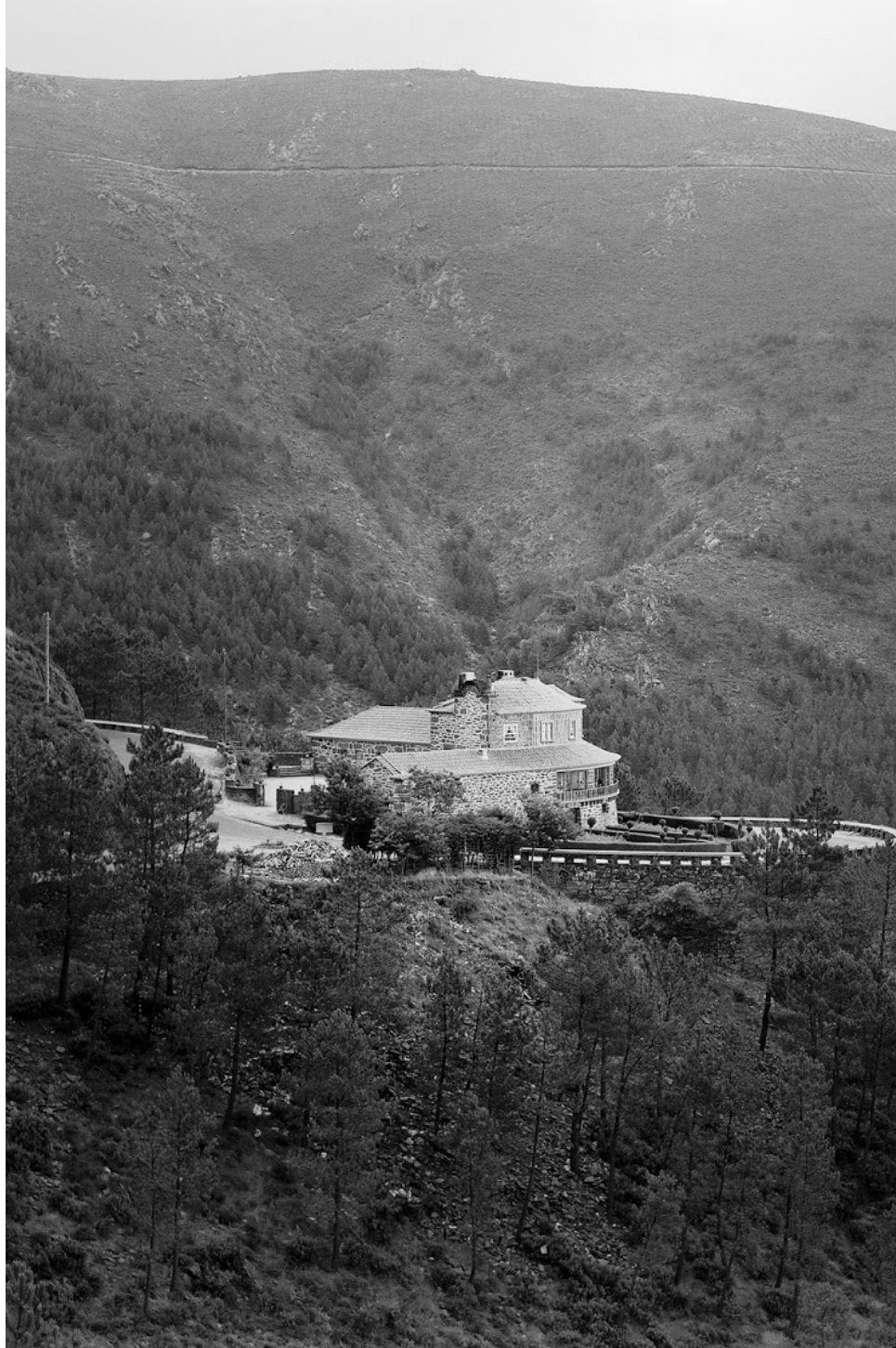


Fig. 27 - Pousada São Gonçalo, Marão, 1942.
Fonte: Restos de Coleção.

A exploração territorial do interior de Portugal, como mina de recursos naturais, sempre foi a doutrina dominante para o seu desenvolvimento quanto região marginal e rural. No entanto, a autenticidade, a tradição, a cultura e a natureza destas regiões impulsionaram o surgimento de um novo olhar para o interior, o *turismo rural*.

Esta nova tipologia turística é resultado de um século repleto de importantes mudanças no estilo de vida da população. Na viragem do século XIX a necessidade de passar uma temporada fora de casa tornou-se gradualmente numa realidade para toda a população. Enquanto que a vilegiatura marítima se começava a desenvolver na costa portuguesa, o conceito de excursionismo, por outro lado, começava a desenvolver-se no interior do país.

Este conceito, à semelhança da vilegiatura, é consequente do Romantismo do século XIX, um movimento que nos transporta para a contemplação de paisagens no seu estado bruto, para a aventura, para o movimento, para a vivência de emoções intensas e para a nostalgia de um outro tempo.³⁷

Muitas foram as tipologias e infraestruturas que começaram a surgir ao longo do território, desde a classe e o requinte romântico do Palace Hotel à simplicidade e pragmatismo estilístico da utópica casa portuguesa de que eram feitas as Pousadas de Portugal. Este forte interesse e promoção turística do interior conduziram surgimento daquilo que hoje é o turismo rural, uma aproximação a uma cultura empírica, natural e autêntica. No entanto, esta nova vertente turística levantou algumas questões cuja resposta alterou por completo o rumo do desenvolvimento do interior de Portugal.

37. Lobo, Susana, Pousadas de Portugal: Reflexos da arquitectura portuguesa do século XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 10.

Por um lado, o problema das construções, dos investimentos e das intervenções descontextualizadas sobre um território e um património específico que é o rural. Por outro lado, o turismo rural como meio de desenvolvimento e de subsistência de regiões que ainda não estariam preparadas para acolher este tipo de práticas.

Garantir a salvaguarda e a preservação da natureza, da autenticidade, da cultura e da população destes territórios que à passagem do tempo resistiram e mantiveram-se erguidos, tornou-se numa das principais premissas mundiais.

Perante a necessidade de reflexão global sobre o turismo rural e o seu impacto no património são elaboradas duas cartas consequentes à 12ª Assembleia Geral do ICOMOS, na Cidade do México, em Outubro de 1999: a *Carta Internacional do Turismo Cultural* e a *Carta Internacional sobre o Património Vernacular*.

A Carta Internacional do Turismo Cultural foi extremamente importante para a criação de princípios de salvaguarda do património de um turismo exacerbado e de uma globalização cultural. Nesta carta, a definição de património acaba por atingir uma nova dimensão, sendo considerado o ambiente natural e cultural, feito de sítios e paisagens, locais e ambientes erguidos pelos nossos ancestrais, práticas do passado e conhecimentos de um outro tempo. É através deste roteiro histórico do passado e da sua permanência no tempo que se alicerça a identidade civilizacional.

A preservação, conservação, manutenção deste património e da sua diversidade cultural tornou-se necessária perante uma crescente globalização e procura turística. Uma vez observada a descaracterização de uma série de núcleos urbanos e do seu património, como consequência de uma sociedade em constante movimento, é necessário garantir a compreensão desta dimensão patrimonial e da sua diversidade cultural enquanto identidade nacional, regional ou local.



Fig. 28 - Minho nas décadas de 50/60
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Esta carta acaba por traçar, também, alguns princípios daquilo que é património rural, com o intuito de contrariar a descaracterização urbana e social, debruçando-se sobre a importância de uma gestão patrimonial equilibrada, a preservação do património tanto para os turistas como para os seus habitantes, e da conservação identitária da sua comunidade bem como da sua sustentabilidade.

A Carta Internacional sobre o Património Vernacular surge dentro do mesmo contexto e de acordo com as mesmas premissas, no entanto, com particular foco na preservação de uma herança vernacular. A necessidade de elaborar estes dois documentos resulta da generalização de uma para a particularização de outra. Enquanto que na Carta Internacional do Turismo Cultural define-se uma concepção global do património como marco identitário civilizacional, a Carta sobre o Património Vernacular debruça-se sobre as construções vernaculares que pautaram sobre o tempo e que definiram o rumo da individualidade dos núcleos urbanos.

É através do Património Vernacular que se consegue contrariar a globalização e homogeneização cultural. Neste documento constam princípios e normas que visam principalmente a conservação, manutenção e continuidade do Património Vernáculo em prol dos seus habitantes, da sua identidade e da sua sustentabilidade, onde através do legado ancestral, se consegue compreender, salvaguardar o presente, e melhorar o futuro das gerações vindouras.



Fig. 29 - Castelo Mendo, 2019.
Fonte: aldeiahistóricasdeportugal.com.



Fig. 30 - Marialva, 2019.
Fonte: aldeiahistóricasdeportugal.com.

O turismo rural espoletou uma série de políticas, programas e organizações que visam o desenvolvimento, preservação e sustentabilidade destes territórios fragilizados e que tornaram este conceito numa prática mais eficaz no seu desenvolvimento económico, dado o desaparecimento da agricultura rural como meio de subsistência predominante. Atualmente, muitos são os viajantes que chegam a Portugal e trocam as praias pelas paisagens verdes do Douro vinhateiro, pelas planícies douradas do Alentejo, ou até mesmo pelas casas cobertas de branco do Norte Transmontano.

No entanto, a revitalização destes territórios não se deve exclusivamente a este novo fenómeno turístico. Deve-se também ao surgimento de planos e estratégias eficazes de desenvolvimento regional, de preservação patrimonial/territorial e de sustentabilidade demográfica que conseguiram alterar o rumo do Interior de Portugal.

Os valores, os princípios universais, os incentivos provenientes da União Europeia e os primeiros programas relativos ao desenvolvimento regional, permitiram que Portugal começasse a construir um novo olhar para o Interior através de uma base constituída por novas políticas de ordenamento territorial, programas de preservação patrimonial, mas sobretudo pela sustentabilidade económica destas regiões que durante séculos foram colocadas de parte.



Fig. 31 - Minho nas décadas de 50/60
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Interior: do Despovoamento ao Desenvolvimento Regional.

Quando falamos em territórios marginalizados e fragilizados, utiliza-se de forma genérica um conceito errado na sua caracterização, o conceito de *Desertificação*. Este conceito é aplicado incorretamente, na medida em que não se trata de uma desertificação territorial mas sim populacional, sendo que “desertificação” é uma palavra demasiado extremada que não expressa o que realmente acontece há décadas no interior do nosso país. De acordo com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), o fenómeno de “desertificação” *“corresponde à degradação da terra, nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas.”*³⁸

Assim, o primeiro posicionamento que devemos tomar em relação ao estudo destes territórios será o de adotar o termo Despovoamento Populacional e não o de Desertificação Territorial. Enquanto existirem pessoas em determinado território, existe vida.

O Despovoamento Populacional resulta de diversos fatores, que abrangem desde motivações económicas, feitas de oportunidades de emprego e de negócio, à modernização das infraestruturas e do estilo de vida, decorrente da industrialização. Este fenómeno deve-se essencialmente a políticas públicas, implementadas ao longo do século XX até à atualidade, que exacerbaram o papel da cidade, atribuindo-lhe uma enorme centralidade e importância na vida contemporânea. O que observamos hoje é então uma perda de vitalidade de diversos territórios através do seu abandono, social e económico, que se estendeu a grande parte do contexto Português e Europeu.

38. United Nations Convention to Combat Desertification, www.unccd.int, consultado a outubro, 2020.

Desde o início do século XX que observamos grandes alterações na demografia portuguesa. A ciência e a tecnologia redefiniram a existência humana. Redefiniram o modo como vivemos, como trabalhamos, mas sobretudo onde nos fixamos hoje - no Litoral, permitindo o avanço da natureza sobre os resquícios da passagem do homem no Interior. A implementação do modelo urbano-industrial nas grandes cidades do Litoral permitiu a decadência e o esquecimento do meio rural, obrigando a população a migrar e a fixar-se onde se encontravam as oportunidades. Paralelamente à definição dessa nova centralidade e dos novos pólos territoriais - Litoral e Interior, instalava-se uma revolução no âmago das famílias portuguesas, a redução da taxa de natalidade e o envelhecimento populacional. Das modestas mesas rodeadas de filhos e netos, passamos a ser um país envelhecido de filhos únicos.

“O que mudou em Portugal foi tudo. Nos anos 60 tínhamos uma população rural, onde os filhos eram um bem necessário para as atividades agrícolas, as mulheres não trabalhavam em grande número fora de casa, as crianças não iam à escola, o custo por criança era relativamente reduzido, e nos anos 70 e seguintes tudo isso se alterou.”³⁹

A importantíssima emancipação da mulher mudou o rumo da demografia nacional. A eficácia dos métodos contraceptivos permitiu um maior controle de quando ter filhos, a sua formação permitiu a concretização de ambições maiores no mercado de trabalho, e gradualmente surgia uma nova equação entre o trabalho e a família, não permitindo uma substituição de gerações. O espoletar dos problemas demográficos que hoje observamos, desde a redução da taxa de natalidade, ao envelhecimento populacional, surgem perante estas alterações sociais e económicas.

39. Sociólogo Pedro Góis citado em Documentário “Nós, Portugueses - nascer para não morrer. Um retrato demográfico de Portugal” realizado por Pedro Clérigo e Tânia Reis Alves. Lisboa: RTP e Fundação Francisco Manuel Santos, 2020.

Estaremos nós preparados para viver num país descaracterizado, despovoado e envelhecido? A sustentabilidade demográfica tornou-se numa premissa universal, e, alinhando-se com os princípios Europeus, Portugal dá os primeiros passos para a criação de estratégias com o objectivo de contrariar o rumo de perda de vitalidade dos territórios despovoados do Interior.

Esta perda de vitalidade territorial e demográfica, em prol do papel exacerbado das cidades, surge também como consequência do modelo económico de crescimento equilibrado, onde através das ligações entre mercados com níveis de desenvolvimento diferentes, promove-se o oposto daquilo que seria a sua finalidade, o desequilíbrio.⁴⁰ Este desequilíbrio motivou ao surgimento de novos modelos económicos, como o da *Causalidade Circular Cumulativa*, uma tese defendida pelo economista sueco Gunnar Myrdal. Esta tese propõe um novo modelo teórico para o desenvolvimento regional, em oposição ao sistema de “*crescimento equilibrado*” que faz com que “*as atividades que proporcionam retornos acima da média se concentrem em determinadas localidades e regiões em prejuízo das outras regiões do país.*”⁴¹

Nesse sentido, Myrdal apresenta um sistema que visa contrariar esse rumo de apropriação periférica, tanto de matéria prima como de mão de obra, um sistema chamado de cumulativo e circular. Este sistema visa um processo de crescimento através da expansão e abertura contínua das economias internas e externas de determinada região, através da alocação eficiente dos recursos disponíveis e de estímulos positivos, levando assim ao equilíbrio económico através da promoção da competitividade e à eliminação das desigualdades.⁴²

40. Silva, José Manuel Ferreira da, *As Assimetrias Regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios*. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, 2012, p. 2.

41. Silva, José Manuel Ferreira da, *op. cit.*, p. 9.

42. Silva, José Manuel Ferreira da, *op. cit.*, p. 10.

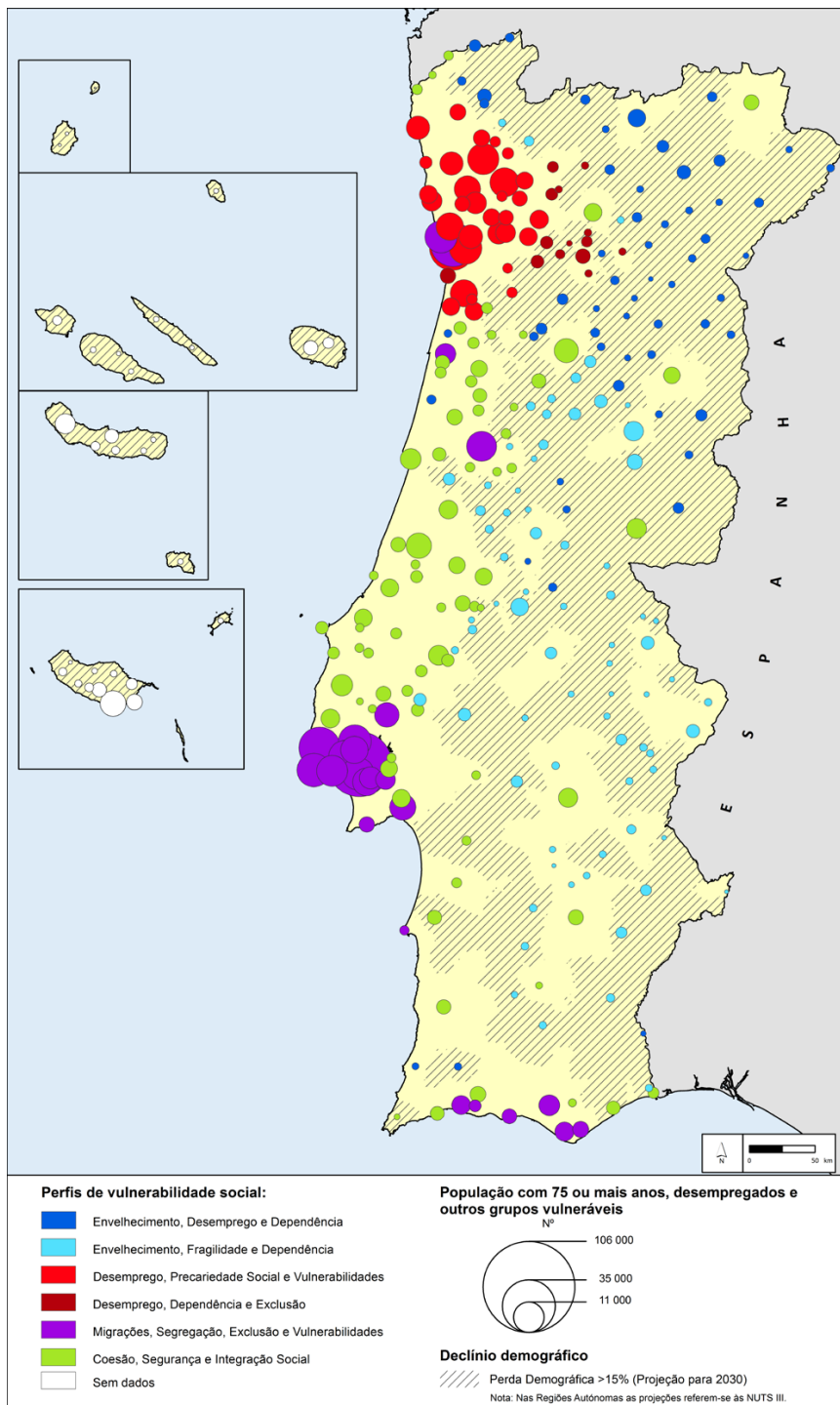


Fig. 32 - Perfis de Vulnerabilidade Social e perda Demográfica, PNPOT 2018.
Fonte: pnpot.dgterritorio.gov.pt.

Inserida nesta teoria surgiu uma projeção ideológica chamada de *Desenvolvimento Regional*. O Desenvolvimento Regional trata-se da criação de sustentabilidade financeira em função do bem estar da população através do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental de territórios fragilizados e marginalizados, mas com potencialidades de recursos e de desenvolvimento. Dado o estado de arte que se observava por toda a Europa, tornando imperativo a criação de medidas concretas para mudar o seu rumo, e uma vez que Portugal já tinha entrado para a CEE em 1986, foi necessário não só, o país alinhar-se com as ideologias e iniciativas europeias, mas também dar início à implementação de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento regional.

Em 1989 deu-se o primeiro passo para a regeneração dos territórios fragilizados, através do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) referidos anteriormente. Através deste plano e destes apoios, traçaram-se as linhas de ação, os objetivos e os princípios de uma estratégia nacional para combater a descaracterização territorial. Resultante da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, de 1998, e da necessidade de assegurar a continuidade da sua estratégia de revitalização territorial, surge, em 2007, o *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT).

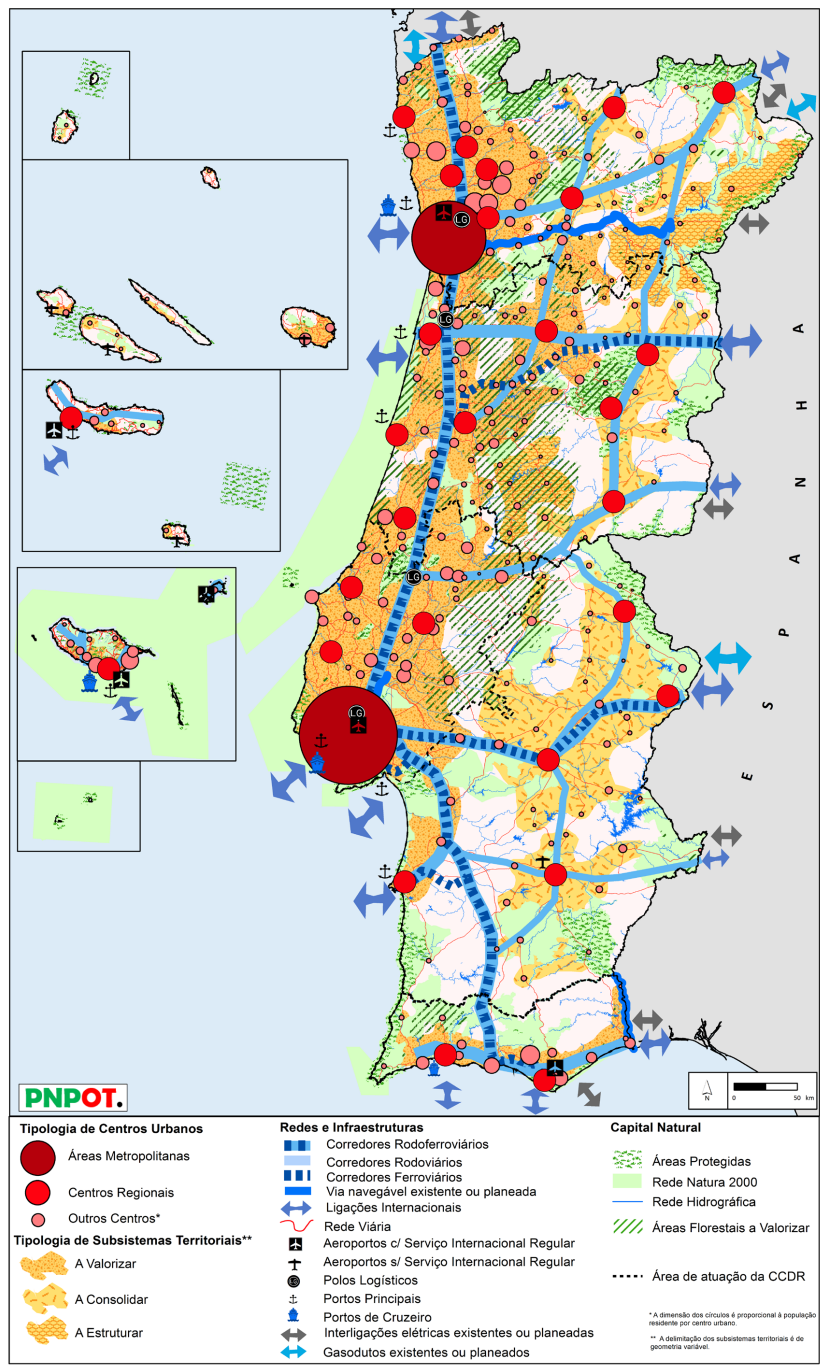


Fig. 33 – Modelo Territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, junho, 2018.
 Fonte: pnpot.dgterritorio.gov.pt.

“O PNPOP é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia” e “estabelece as opções e as diretrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infraestruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural.”⁴³

A continuidade das premissas do PDR são evidentes. A reformulação do PNPOP tornou clara a intenção de aprofundar e fortalecer as políticas de ordenamento territorial através dos seus princípios fundamentais, a eliminação das assimetrias sociais e o aumento da competitividade territorial, para garantir o desenvolvimento sustentável, equilibrado e coeso das regiões apresentadas no plano. A concretização deste projeto foi feita através de objetivos estratégicos e princípios concretos:

Objetivos Gerais (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, art. 27º)

- *Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia (UE);*
- *Garantir a coesão territorial do País atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;*
- *Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;*
- *Articular as políticas sectoriais com incidência na organização do território;*
- *Racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes;*

⁴³. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Lei n.º 58/2007, Diário da República n.º 170/2007, Série I de 2007-09-04.

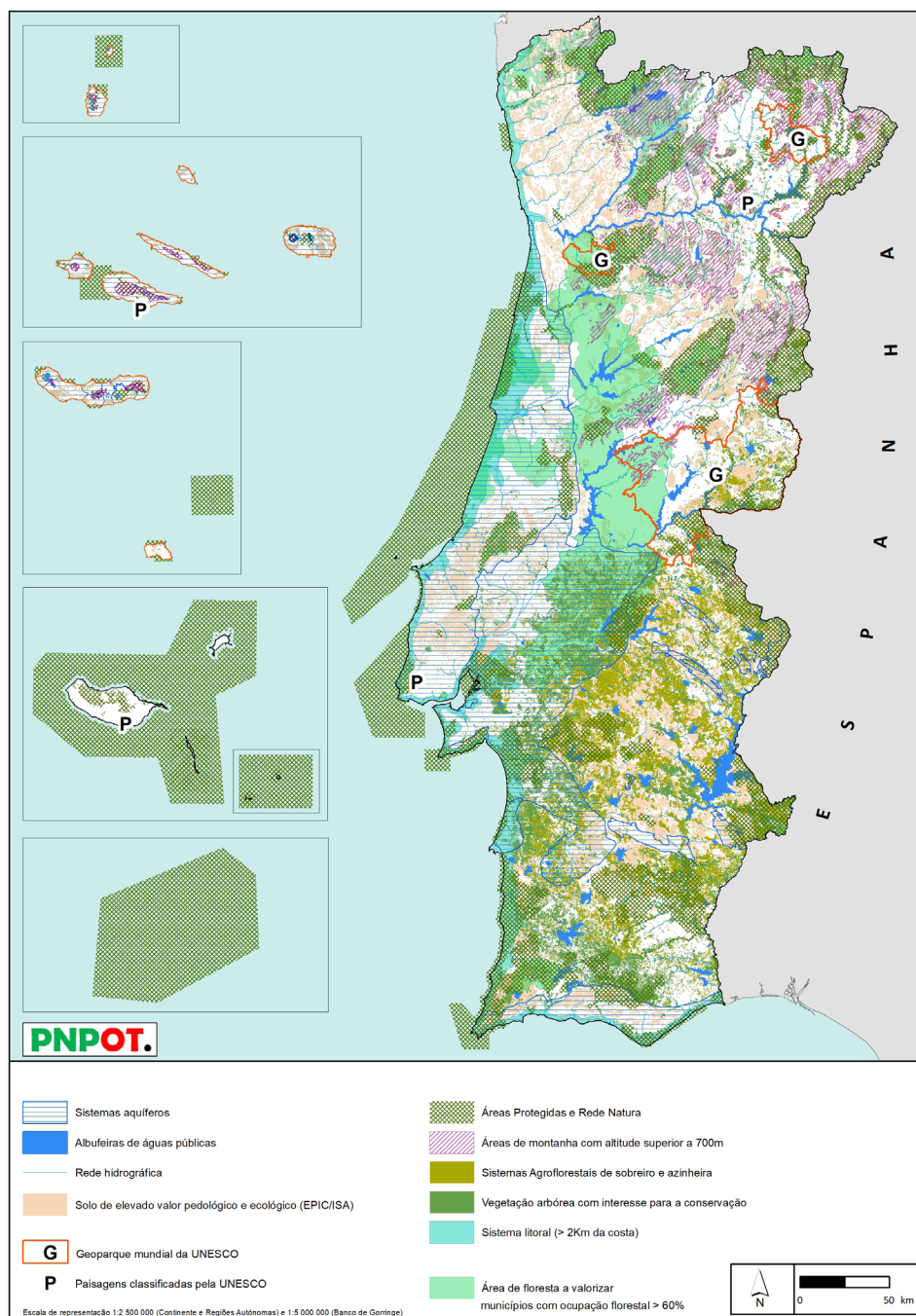


Fig. 34 – Sistema Natural do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. junho, 2018
 Fonte: pnpot.dgterritorio.gov.pt.

- *Estabelecer os parâmetros de acesso às funções urbanas e às formas de mobilidade;*
- *Definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.*

Objetivos Estratégicos (Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2002, de 11 de Abril, ponto 9):

- *Estruturar o território nacional de acordo com o modelo e a estratégia de desenvolvimento económico-social sustentável do País, promovendo uma maior coesão territorial e social, bem como a adequada integração em espaços mais vastos, considerando as questões fronteiriças, ibéricas, europeias e transatlânticas;*
- *Estimular o desenvolvimento local e regional, garantindo a equidade no acesso a infraestruturas, equipamentos colectivos e serviços de interesse geral essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a competitividade das empresas;*
- *Salvaguardar e valorizar os recursos naturais e promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a proteção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico, rural e cultural;*
- *Definir princípios, orientações e critérios que promovam formas de ocupação e transformação do solo pelas atividades humanas compatíveis com os valores subjacentes aos objetivos referidos nas alíneas anteriores;*
- *Compatibilizar opções, políticas e instrumentos de gestão territorial, incluindo os de âmbito sectorial, promovendo a coerência vertical entre os níveis nacional, regional e local e a coerência horizontal entre setores distintos com incidência espacial, bem como favorecer iniciativas e comportamentos dos particulares e dos agentes económicos convergentes com os objetivos definidos.*

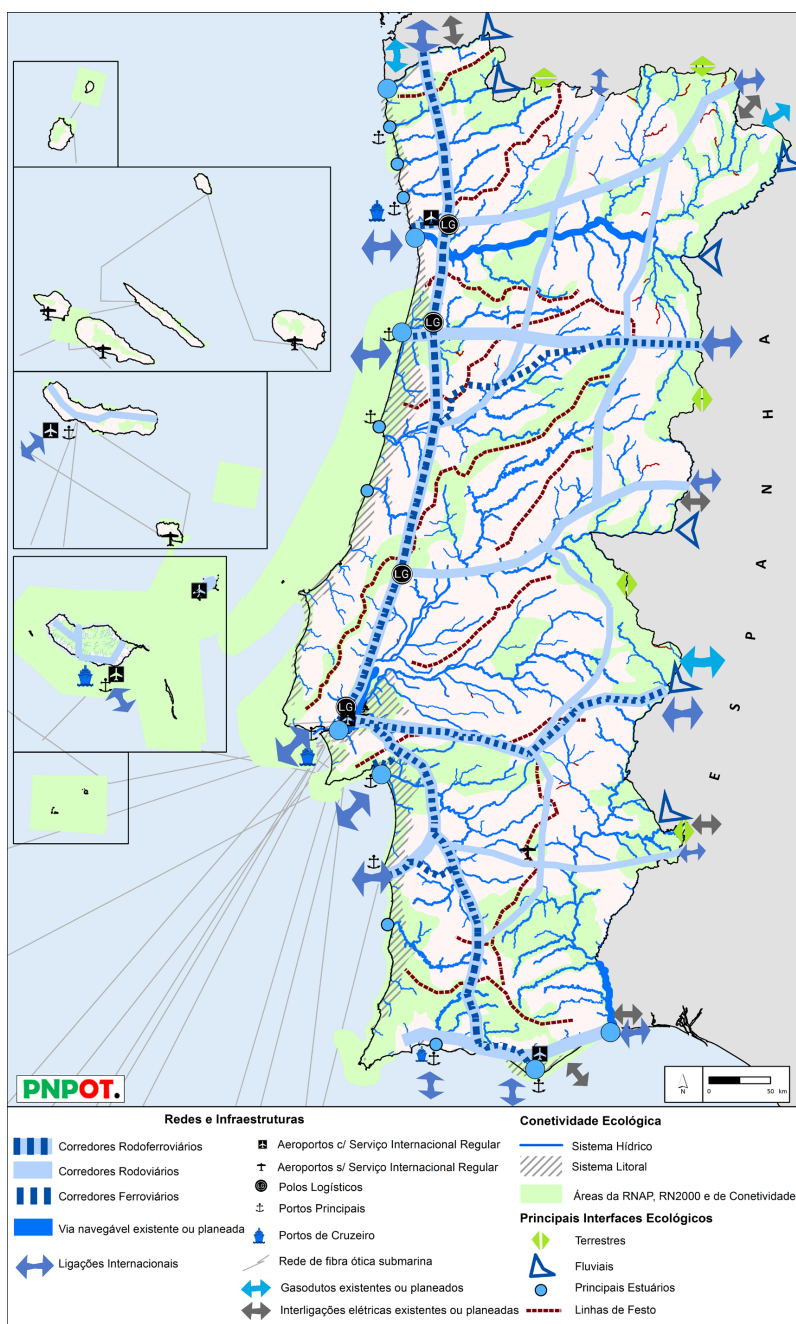


Fig. 35 – Sistema de Conetividade do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, junho, 2018.
 Fonte: pnpot.dgterritorio.gov.pt.

Atualmente o PNPOP é o resultado de diversas correções e alterações feitas ao longo dos anos cuja última, aprovada em 2019⁴⁴, se destaca pelos seus dez compromissos com o território português:

- *Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;*
- *Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;*
- *Adaptar os territórios e gerar resiliência;*
- *Descarbonizar acelerando a transição energética e material;*
- *Remunerar os serviços prestados pelo capital natural;*
- *Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação;*
- *Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;*
- *Integrar nos [Instrumentos de Gestão Territorial] IGT novas abordagens para a sustentabilidade;*
- *Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos;*
- *Reforçar a eficiência territorial nos IGT.*

Englobados no PNPOP encontram-se outros programas de incentivo, investimento e revitalização do Interior como é o caso do *Programa Nacional para a Coesão Territorial* (PNCT).⁴⁵ Em 2016, foi incumbido à Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) “*criar, implementar e supervisionar um programa nacional para a coesão territorial bem como promover medidas de desenvolvimento do território do interior de natureza interministerial.*”⁴⁶

⁴⁴. Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05.

⁴⁵. Programa Nacional para a Coesão Territorial, Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, Diário da República n.º 226/2016, Série I de 2016-11-24.

⁴⁶. Programa Nacional para a Coesão Territorial, República Portuguesa, Unidade de Missão para a Valorização do Interior, 2016, p. 6.

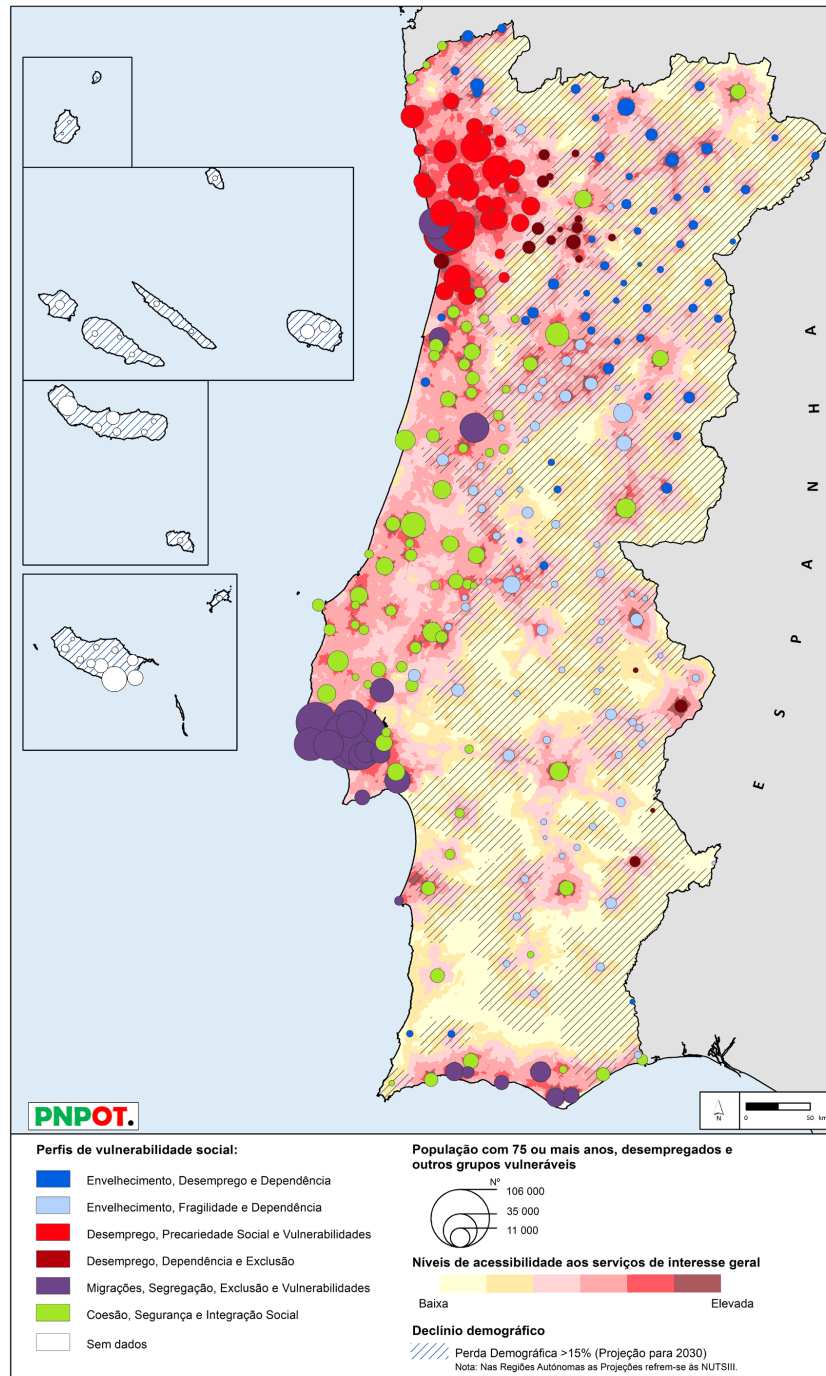


Fig. 36 – Sistema Social do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. junho, 2018.
 Fonte: pnpot.dgterritorio.gov.pt.

Com mais de cento e sessenta medidas, maioritariamente de iniciativa governamental e com uma agenda para o interior com oito medidas de carácter temático, o PNCT foi elaborado sobre cinco eixos:

- Eixo 1 - Um Território do Interior + Coeso: Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e interescales, tendo em vista a qualidade de vida.

- Eixo 2. Um Território do Interior + Competitivo: Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.

- Eixo 3. Um Território do Interior + Sustentável: Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.

- Eixo 4. Um Território do Interior + Conectado: Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.

- Eixo 5. Um Território do Interior + Colaborativo: Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.

A agenda do PNCT, constituída por iniciativas interministeriais e interinstitucionais é organizada em função de oito temáticas importantes para o desenvolvimento dos territórios do interior de Portugal:

- *Envelhecimento com Qualidade;*
- *Inovação da Base Económica;*
- *Capital Territorial;*
- *Cooperação Transfronteiriça;*
- *Relação Rural-Urbana;*
- *Acessibilidade Digital;*
- *Atratividade Territorial;*
- *Abordagens, Redes e Participação.*

Uma vez que estes programas envolvem intervenções e investimentos sobre territórios que durante muito tempo foram esquecidos, resultando em realidades de despovoamento, descaracterização, pobreza entre outras, é imperativo o contato direto e constante, não só com entidades ligadas a estes territórios como Instituições Intermunicipais, Instituições de Ensino Superior, Grupos de Ação Local ou Associações Empresariais, mas sobretudo com a população residente.

Neste sentido, o primeiro passo do PNCT foi a promoção desse mesmo contato, onde se realizou uma série de iniciativas, como colóquios, conferências e reuniões de Norte a Sul de Portugal, com o intuito de aproximar a população, tanto dos problemas que enfrentam no seu dia-a-dia, como também para se tornarem um dos principais agentes na mudança de rumo dos territórios do Interior.

A continuidade destes planos foi igual à continuidade dos problemas do Interior de Portugal tornando necessária uma revisão dos mesmos. Assim, em 2018, o PNCT foi revisto e reestruturado passando a designar-se *Programa de Valorização do Interior* (PVI).⁴⁷

*“Os pressupostos (...) do PVI enquadram-se nos desafios estratégicos do Programa do Governo e do atual ciclo político, em convergência com os desígnios atuais da União Europeia: combater as alterações climáticas, responder ao desafio demográfico, construir a sociedade digital e reduzir as desigualdades. A ambição é contribuir para um país mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo. Para isso, as políticas orientadas pelo reconhecimento das vantagens insubstituíveis de uma imigração regulada e integrada, nas suas múltiplas variantes de atração, regulamentação e integração, bem como as políticas de incentivo ao regresso a Portugal de portugueses e de luso-descendentes, apostando nos recursos humanos e nos talentos da diáspora qualificada, são hoje essenciais para o desenvolvimento e sustentabilidade do país.”*⁴⁸

Este novo programa, destaca-se sobretudo por uma mudança de estratégia, mais focada na população e na sua ligação com o território, através de incentivos para o desenvolvimento da sustentabilidade económica, para a competitividade destes territórios e para a fixação da população no Interior. O PVI foi estruturado sobre quatro eixos de valorização:

- Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior;
- Eixo 2: Promover a Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços;
- Eixo 3: Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior;
- Eixo 4: Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos.

⁴⁷. Programa de Valorização do Interior, Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, Diário da República n.º 172/2018, Série I de 2018-09-06.

⁴⁸. *Ibidem*.

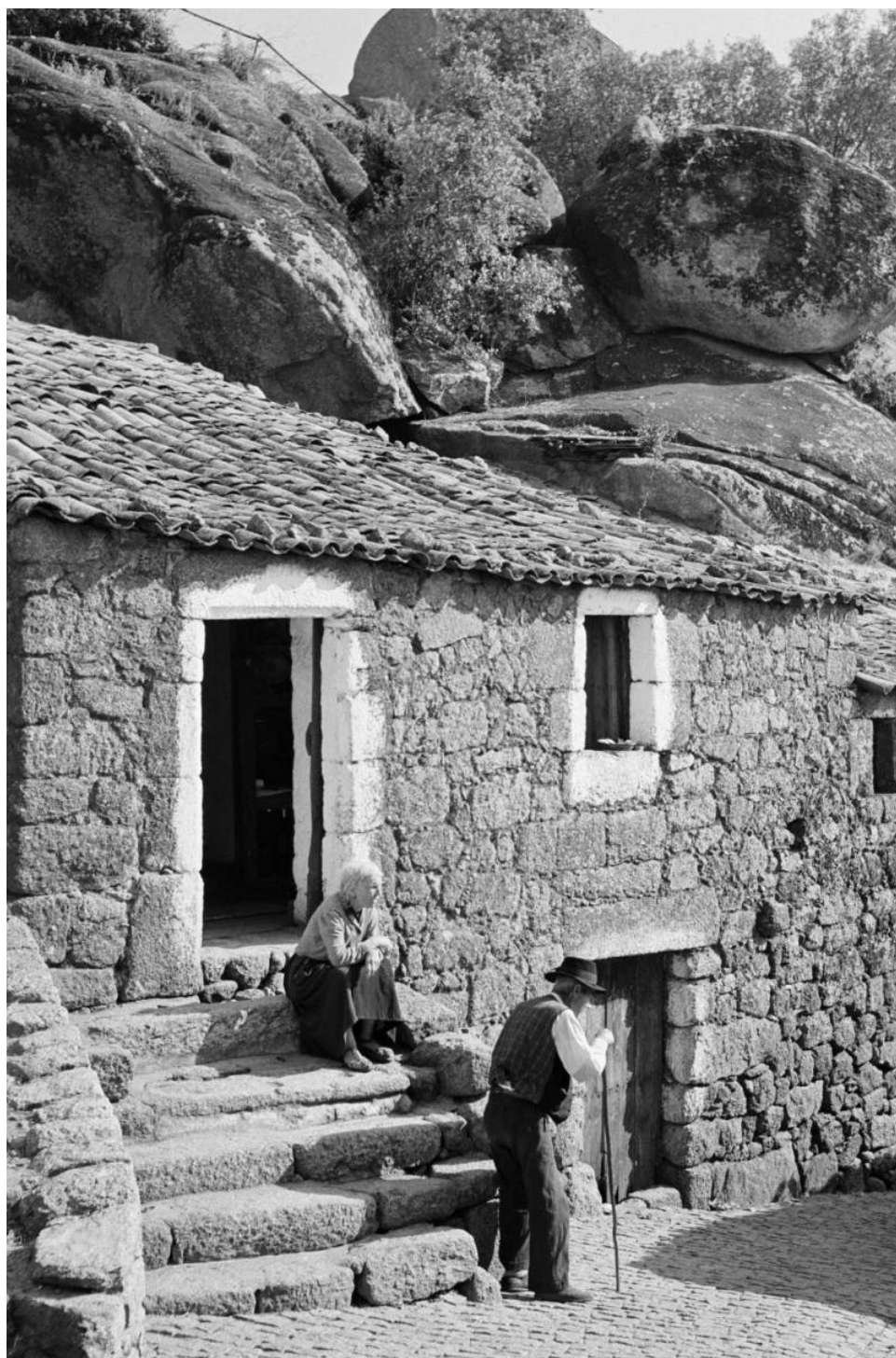


Fig. 37 - Trás-os-Montes nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Através da constante revisão programática desta estratégia nacional de revitalização e valorização do território Interior conseguimos perceber a mudança de pensamento sobre a coesão territorial para a redução das assimetrias, a sua adaptação às causas globais e aos valores europeus, mas sobretudo que o desenvolvimento desequilibrado destes territórios ainda continua a ser um grave problema para o progresso e para a sustentabilidade demográfica nacional. Apesar desta constatação, muitos foram os incentivos e iniciativas que promoveram a mudança de rumo de determinadas zonas de Portugal. Ainda que pontuais, estas intervenções foram significativas e alteraram por completo estes territórios.

Hoje encontramos-nos num momento de mudança. Encontramo-nos na charneira entre um passado descaracterizado e um futuro próspero para o Interior de Portugal. Hoje torna-se imperativo sermos os agentes ativos na mudança, na equidade, na valorização, na preservação e na construção de um território unísono, coeso e equilibrado. Perante este conjunto de mudanças e dentro desta nova realidade, iremos estudar uma iniciativa que visou o desenvolvimento económico e social de diversos territórios despovoados e colocados de parte, o *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*.

Parte II.

Aldeias Históricas de Portugal.
As Aldeias e a Nova Beira Interior.

Assim surgiu uma nova realidade na Europa, onde mudar o rumo do despovoamento e da descaracterização de grande parte dos territórios rurais tornaram-se numa das prioridades. Uma realidade idealizada e implementada através da cooperação internacional, feita de fundos, incentivos, projetos e estratégias focadas na revitalização territorial e que se tem vindo a desenvolver nos últimos quarenta anos.

Através dos principais fundos europeus, Portugal começou a alinhar-se com as novas estratégias e realidades europeias. Com a estruturação do Programa de Desenvolvimento Regional e todos os seus sub-programas, muitos foram os planos, projetos e estratégias para a revitalização, reestruturação e repovoamento das regiões rurais portuguesas, mas mais concretamente do Interior.

A necessidade de reerguer estes territórios passa por uma intenção clara de, não só promover a qualidade de vida, a revitalização económica e social, mas também a valorização patrimonial e turística.

Neste contexto, surge um programa de referência nacional, que alterou por completo a vitalidade de uma região importantíssima para o território português, o *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*.

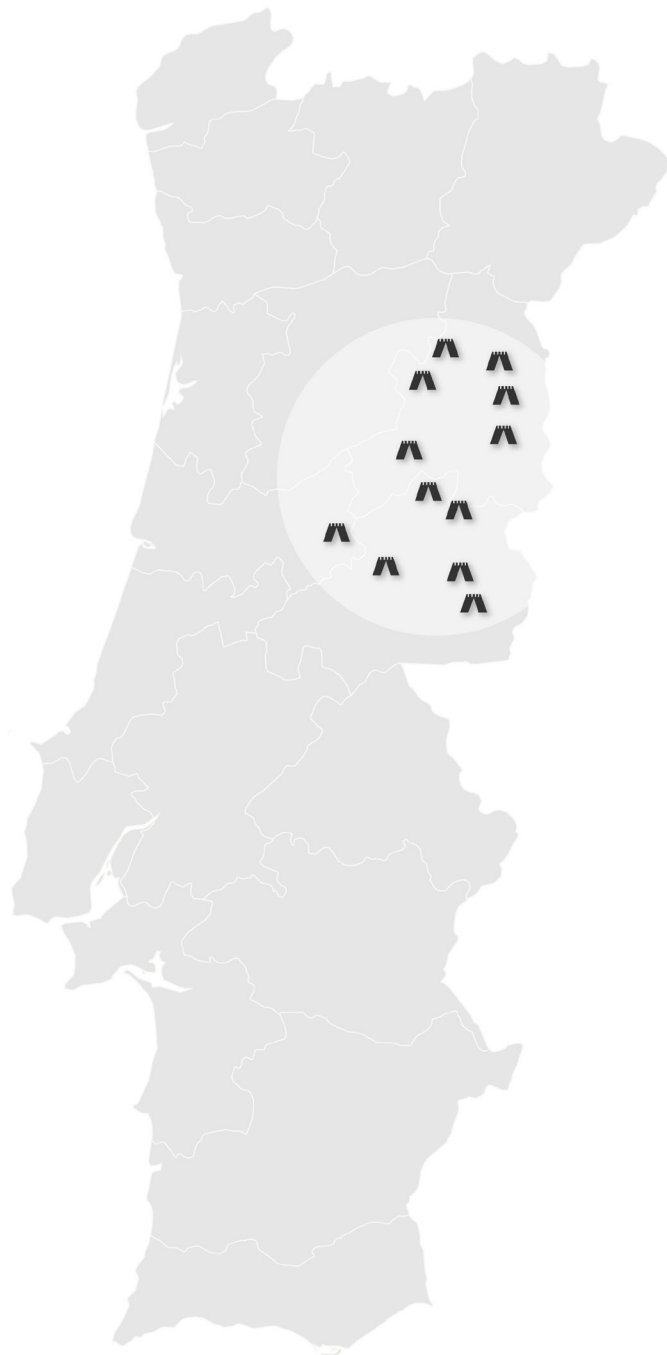


Fig. 38 - Mapa com a localização das Aldeias Históricas de Portugal.

Aldeias Históricas de Portugal.

“O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal é uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país. Partindo da identificação de um conjunto dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs – enquanto património construído, enquanto ambientes de vida, enquanto capital de culturas partilhável pelas memórias individuais e colectivas de todos nós -, este Programa veio mostrar que há lugar no nosso país para uma política ativa de qualificação do ‘urbanismo rural’, recuperando as aldeias enquanto conjuntos simbólicos e materiais, através da valorização dos seus edifícios, dos seus monumentos, das suas praças e largos.”⁴⁹

Criadas na década de 1990, através do despacho normativo nº 2 de 11 de Janeiro de 1995, as “Aldeias Históricas de Portugal” foram integradas num dos programas operacionais do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), o programa de “Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional”, subprograma “Desenvolvimento Rural e Local”. Este subprograma teve como objetivos *“o apoio ao investimento, artesanato e criação de emprego, o apoio às artes e ofícios tradicionais, a recuperação de aldeias rurais, o apoio ao desenvolvimento económico em núcleos rurais, o apoio à dinamização local, e o apoio à dinamização rural.”⁵⁰*

Relativamente ao apoio ao desenvolvimento económico em núcleos rurais, o programa centrava-se na valorização patrimonial do legado com interesse histórico e cultural das aldeias e dos lugares turísticos em consideração, com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e dos serviços locais de apoio ao desenvolvimento económico-social, acabando por englobar todos os objetivos e intencionalidades deste projeto.

⁴⁹. Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior, CCR-C – Comissão de Coordenação da Região Centro, Setembro, 1999.

⁵⁰. Diário da República nº 9/1995, Despacho Normativo nº2/1995 de 11 de Janeiro.



Fig. 39 - Mapa com a localização das Aldeias Históricas de Portugal.

Através desta visão, foi possível fixar parte da população que idealizava uma vida melhor nos grandes centros urbanos, atrair mais atividade turística para estas regiões e incentivar um maior envolvimento em atividades e profissões que se encontram em decadência.⁵¹ A concretização destes princípios seria alcançada por três vias: através do apoio à dinamização económica de núcleos habitacionais rurais, através da recuperação de aldeias turísticas, e através da reativação de lugares ou aldeias em vias de despovoamento e descaraterização.⁵²

Destas considerações genéricas conseguimos perceber as intenções primárias do projeto, principalmente de combate ao despovoamento, que há décadas caracteriza o interior do nosso país, através de intervenções a uma escala real e adequada a esses territórios, promovendo a revitalização patrimonial, social, económica e turística de núcleos urbanos cujo traço identitário se encontrava em degradação.

Dentro deste contexto, e de acordo com as premissas do projeto, Portugal torna-se pioneiro numa estratégia de desenvolvimento regional, relativamente à tipologia de salvaguarda do património e revitalização territorial, inserindo-se numa área concreta que são os territórios específicos. Para a implementação e ensaio desta experiência piloto, numa estratégia de abordagem do tipo “*top-down*”, é escolhida a Beira-Interior. Este tipo de estratégia caracteriza-se pelo planeamento geral a priori de todas as suas componentes, conseguindo atribuir uma imagem homogénea, concisa e forte à intervenção projetada. Numa fase seguinte, é desenvolvida a uma escala de maior pormenor, garantindo uma nova dimensão de particularidade e detalhe. No total, foram selecionadas doze localidades beirãs a serem palco do desenvolvimento e implementação deste programa: Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso.

51. Diário da República n° 9/1995, Despacho Normativo n°2/1995 de 11 de Janeiro.

52. *Ibidem*.



Fig. 40 - Ruínas da Igreja de Santa Maria do Castelo, Castelo Mendo.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 41 - Castelo Rodrigo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal iria pautar sobre três tipos de distribuição de responsabilidades relativamente às intervenções a serem realizadas. Com a intenção de fomentar um crescimento equilibrado e adequado destes territórios, o programa iria concretizar-se através de intervenções da responsabilidade da administração central e autarquias locais, de intervenções da responsabilidade de agentes privados, e de intervenções promovidas por associações de desenvolvimento local. Apesar desta motivação homogénea e uníssona, a diversidade polar das doze aldeias relativamente às suas infraestruturas, aos seus equipamentos, ao seu traçado urbano, e à capacidade de adaptabilidade social, fez com que o caminho não fosse um modelo aplicado de igual forma a todos os territórios, mas sim segundo uma orientação comum capaz de se adaptar a todos os tipos de realidades urbanas.

Nesse sentido, através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDRC), principal gestora dos Fundos Europeus em prol da região, foram instalados gabinetes locais em cada uma das aldeias, com equipas multidisciplinares, onde contavam arquitetos, arqueólogos e sociólogos, responsáveis por desenvolver os projetos para cada um destes territórios tentando não ferir a sua identidade, o seu património.

O programa começa por compreender um conjunto de ações e de intervenções urbanas num grupo inicial de dez aldeias - Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha – realizadas entre 1 de Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro de 1999, e enquadradas no II Quadro Comunitário de Apoio. Mais tarde, através do III Quadro Comunitário de Apoio, de 2000 a 2006, com a intenção de fortalecimento do programa, alargaram-se os projetos a mais dois territórios: Belmonte e Trancoso. Estas intervenções corresponderam a um forte investimento a nível urbanístico e patrimonial, sempre atentas ao valor de histórico e de memória das aldeias selecionadas e respeitando o seu traçado identitário.



Fig. 42 - Trancoso, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Com o objetivo da revitalização destes territórios, o plano de ação pautava pela:

- “- Qualificação dos espaços públicos - pavimentação e arranjo das praças (pelourinhos), largos e ruas, colocação de mobiliário urbano adequado;
- Valorização do património - recuperação de muralhas (conservação e limpeza), de alguma arquitetura militar, do edificado (intervenção nas fachadas e telhados), conservação de solares ou casas de interesse, igrejas, etc;
- Dinamização cultural - criação de espaços de museu e venda de artesanato;
- Dinamização turística - criação de postos de turismo e de alojamento, como a construção de pousadas ou a adaptação de edifícios para turismo de habitação rural;
- Melhoria das acessibilidades - melhoramentos das estradas de acesso, de forma a facilitar a chegada a estes locais por vezes muito isolados, e dentro das aldeias criando constrangimentos à circulação viária;
- Dotação de infraestruturas - remodelação de redes de abastecimento de águas, de esgotos domésticos e pluviais, enterramento das infraestruturas eléctricas e de comunicações, tornando assim as aldeias habitáveis.”⁵³

Através destas ações, não só houve uma metamorfose nas aldeias, como também se conseguiu melhorar o índice de qualidade de vida da comunidade local. Algumas destas aldeias não estavam totalmente infraestruturadas até à data das intervenções, seja em termos de saneamento, seja em termos de eletrificação.

Em 2007, é criado o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), em vigor até 2013, e centrado sobre cinco prioridades:

- promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas;
- promover o crescimento sustentado, através do aumento da competitividade;
- garantir a coesão social;
- assegurar a qualificação do território e das cidades;
- aumentar a eficiência da governação.⁵⁴

53. Moreira, Margarida, Camarinhas, Catarina, Paulo, Luísa, Património Rural em Portugal. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003. pp. 42-43.

54. Pires, Luís Madureira, op. cit., pp. 30-31.



Fig. 43 - Marialva, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 44 - Monsanto, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Ao contrário dos anteriores, este Quadro foi estruturado de acordo com três agendas temáticas:

- Agenda para o potencial humano;
- Agenda para os fatores de competitividade;
- Agenda para a valorização do território.

Dentro desta nova orgânica, o projeto das Aldeias Históricas de Portugal inseriu-se no programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE I), que tinha em vista fomentar a competitividade nestes territórios fragilizados através da dinamização de atividades económicas inovadoras e focadas na valorização dos recursos endógenos, de uma forma sustentável e adequada ao meio e à população residente.

A maioria das intervenções já se encontravam concluídas, no entanto existia a necessidade de animação e promoção de todo o projeto. Tendo como base a CCDRC, e tratando-se de uma ação de Desenvolvimento Regional e Local, não compadecendo com a distância, verificou-se a necessidade de criação de uma entidade mais próxima, a funcionar para além dos gabinetes técnicos locais. Este foi um ponto negativo, a falta de proximidade entre a entidade impulsionadora das intervenções e a população residente. Para colmatar esta falha, é criada, em 2007, e aprovada, em 2010, a constituição das Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico, responsável pela criação de uma Estratégia de Eficiência Coletiva, a vigorar durante o QREN, com o objectivo de animar e promover o território do projeto. Uma associação de carácter privado, sem fins lucrativos, que tem indexada a ela um programa de ação organizado em três vertentes: comunicação, animação e criação de uma estrutura de proximidade com a população, conseguindo assim dar vida à marca Aldeias Históricas de Portugal e principalmente à rede de intervenções.

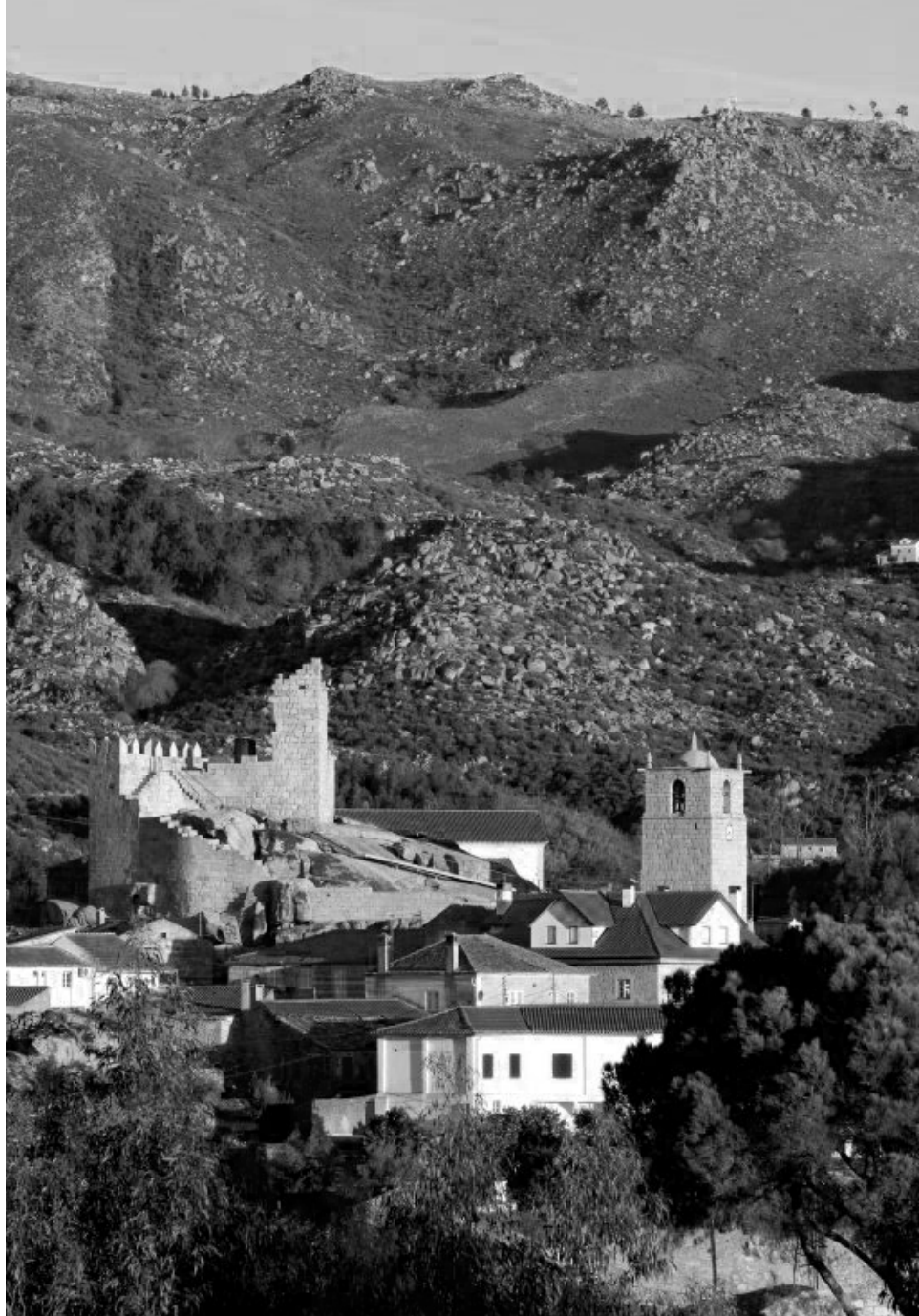


Fig. 45 - Vista para Castelo Novo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Já mais próximo da atualidade e o conseqüente do alinhar da Política de Coesão Europeia com a Estratégia Europa 2020, uma estratégia focada no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, surge o programa Portugal 2020, estruturado a partir de quatro eixos de prioridade:

- “- competitividade e internacionalização;
- inclusão social e emprego;
- capital humano;
- sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.”⁵⁵

Da necessidade de dar continuidade à estratégia do programa PROVERE, a AHP reformulou e reestruturou uma nova Estratégia de Eficiência Colectiva para 2020, a EEC-AHP 2020.

Esta estratégia pauta pela sua resposta aos objetivos daquele programa e, conseqüentemente, da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão Europeia, através da *“criação de condições facilitadoras da coesão social, empreendedorismo, competitividade e sustentabilidade do território com base no crescimento verde.”*⁵⁶

O programa PROVERE II, destinou-se à reformulação da estratégia de eficiência colectiva, a ser implementada durante o período de 2014 a 2020, no sentido de contribuir *“para a coesão e competitividade do território das AHP através da inovação (crescimento inteligente) e promoção do uso eficiente dos recursos apostando na sustentabilidade ambiental adaptação ao crescimento verde (crescimento sustentável) e na coesão social (crescimento inclusivo), reforçando o desenvolvimento local e o reconhecimento da marca AHP no contexto nacional e internacional.”*⁵⁷

55. Pires, Luís Madureira, op. cit., pp. 33-34.

56. Aldeias Históricas de Portugal, www.aldeiashistoricasdeportugal.com, consultado a outubro de 2020.

57. *Ibidem*.



Fig. 46 - Belmonte, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 47 - Almeida, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Existem inúmeros projetos dentro do programa Portugal 2020, no entanto não tocam diretamente a questão da manutenção e salvaguarda do património. Nesse sentido, se a premissa principal do programa é o património, torna-se imperativo avançar e desenvolver uma estratégia de salvaguarda patrimonial. O património deve ser um elemento ativo no processo de desenvolvimento deste programa. Assim, a associação Aldeias Históricas de Portugal, para dar continuidade às estratégias de salvaguarda e de revitalização, pretende implementar os conceitos de *Smart Village* e de *Especialização Inteligente*.

O conceito de *Smart Village* surge de um programa apoiado pela Comissão Europeia, o *Smart Rural 21, Preparatory Action on Smart Rural Areas in the 21st Century*, dado o seu alinhamento com os objetivos da Política de Coesão Europeia. Este programa, coordenado pelo grupo E40, é destinado à promoção do desenvolvimento de intervenções, abordagens e estratégias de eficiência e sustentabilidade ambiental a serem implementadas nas áreas rurais de modo a serem criados os programas, as políticas e regulamentações necessárias à continuidade e consequente globalização deste conceito de *Smart Village*, como é o caso, em Portugal, de Penela que abraça este conceito desde 2007.⁵⁸

O conceito de Especialização Inteligente é um dos princípios da Estratégia de Coesão Europeia e, em Portugal, pauta por “*consolidar ou fazer emergir a sua liderança na economia verde, na economia digital, e na economia azul através da utilização e desenvolvimento das vantagens adquiridas em tecnologias de informação e de comunicação e em novos materiais, e da exploração sustentável dos recursos endógenos nomeadamente do mar, florestais e minerais.*”⁵⁹

⁵⁸. European Network for Rural Development, Smart and Competitive Rural Areas, www.enrd.ec.europa.eu, consultado em outubro de 2020.

⁵⁹. Fundação para a Ciência e Tecnologia, A Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente, www.fcp.pt, consultado em outubro de 2020.



Fig. 48 - Vista para Sortelha, Sabugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Perante estes dois conceitos, a associação pretende ser uma incubadora ligada à experimentação de boas práticas de convivência entre contemporaneidade, sustentabilidade ambiental, crescimento verde em prol da manutenção da traça identitária dos seus núcleos urbanos, através da inovação territorial, resultando em parcerias de impacto com arquitetos e com o setor da construção e, assim, perceber como é que se pode intervir dentro das aldeias, qualificando-as e valorizando-as, sem ferir a sua identidade, o seu património, os seus habitantes, e dar continuidade à preservação e revitalização da sua história. Em conjunto com estes objetivos, a Aldeias Históricas de Portugal pretende dotar a sua rede com a *“capacidade operacional e institucional para a formalização de uma candidatura a Património da Humanidade da UNESCO, com o reconhecimento da valia histórica destes recursos.”*⁶⁰

Atualmente, para além da continuidade dos objetivos delineados, a associação pretende também definir e construir, junto da população, a imagem do que é uma Aldeia Histórica, com o intuito, não só de garantir um envolvimento ativo dos residentes nas mais diversas intervenções, mas também de construir uma base mais sólida para a possibilidade de alargamento do Programa a Norte e a Sul de Portugal.

⁶⁰. Aldeias Históricas de Portugal, www.aldeiahistoricasdeportugal.com, consultado a outubro de 2020.



Fig. 49 - Piódão, Portugal.

Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 50 - Sortelha, Portugal.

Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Através desta estratégia, alinhada com as prioridades europeias, não se pretende a estetização do edificado e do património, mas sim que resulte em instrumentos de salvaguarda, manutenção e intervenção nas aldeias face àquilo que são as tendências e desafios demográficos atuais, promovendo uma visão a longo prazo da rede e do programa de ação. A criação destes instrumentos é o grande passo que o programa das Aldeias Históricas de Portugal pretende dar nos próximos anos, para garantir a longevidade e a sustentabilidade destes núcleos de elevada valia patrimonial.

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, representa um dos principais impulsionadores de mudança e prosperidade relativamente ao futuro do interior de Portugal. Representa, também, uma mudança de pensamento na população em geral, permitindo um maior interesse e investimento neste território que há décadas se tem marginalizado e fragilizado. Através da revitalização económica e social, impulsionando a criação de emprego, da dinamização da cultura popular e da atratividade turística, conseguiu-se estabelecer a base do que é o tema desta dissertação: *A Expansão do Programa das Aldeias Históricas de Portugal*.



Fig. 51 - Castelo Novo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

As Aldeias e a Nova Beira Interior.

Para compreendermos melhor e para termos uma percepção real do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, é necessário fazer leitura geral e particular das intervenções que foram feitas nesta que foi região escolhida para acolher a ação piloto, a Beira Interior. Esta leitura passará pela estratégia geral do projeto, para compreendermos o seu plano de ação, pelas intervenções feitas em cada aldeia, para conferir a realização programática e a sua adequação a cada território e, por fim, pelo impacto real do programa nestes territórios.

As intervenções previstas foram ao encontro das concepções e recomendações internacionais relativas ao património. Património que já não se caracterizava apenas pela singularidade do edifício histórico, mas pela pluralidade do seu contexto urbano. Um princípio que deriva de diversas concepções internacionais como por exemplo da Carta de Amsterdão, publicada em 1975, e que traçava as premissas para a salvaguarda patrimonial dos núcleos urbanos no seu todo, opondo-se à museificação destes tecidos rurais.

“O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.”⁶¹

Através desta ideologia dá-se o ponto de partida para as intervenções nas doze Aldeias Históricas de Portugal ao abrigo de um enorme investimento proveniente dos Quadros Comunitários de Apoio. Durante o QCA II, entre 1995 e 1999, e o QCA III, entre 2000 e 2006, realizou-se um investimento de aproximadamente 44 milhões de euros para as intervenções nas aldeias.⁶² Este investimento corresponde a uma primeira fase de concretização do programa, incidindo sobretudo na reabilitação, infraestruturação e revitalização.

⁶¹. Carta Europeia do Património Arquitetónico adotada pelo Conselho Europeu em Amsterdão em Outubro de 1975.

⁶². **Ferreira**, Pedro Navega, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal, Um Balanço, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 23.



Fig. 52 - Portas de São Francisco, Almeida, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 53 - Solar dos Cabrais, Belmonte, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Este valor foi distribuído estrategicamente para a valorização patrimonial (34%), reabilitação e requalificação urbanística (21%), infraestruturas de base (19%), equipamentos turísticos (12%), iniciativas de animação, promoção e divulgação (10%) e dinamização da economia local, com estímulo ao empreendedorismo e criação de microempresas (4%).⁶³ Perante estas áreas de ação, o investimento seria feito de acordo com três domínios, o domínio Patrimonial, o domínio Social e domínio Económico.

“No domínio Patrimonial inscreveram-se ações de valorização de monumentos e conjuntos edificados, tendo em conta a sua integração no quotidiano das Aldeias e respondendo, em simultâneo, aos desafios da vida contemporânea, de acordo com recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais, adotada pela UNESCO em 1976. (...) No domínio Social instalaram-se infraestruturas básicas e fez-se reabilitação urbanística com o duplo objetivo de responder a necessidades da população residente, e de contribuir para um maior equilíbrio estético e ambiental dos aglomerados, promovendo a sua valorização e afirmação no contexto de uma rede com elevado potencial turístico. Por fim surge o domínio Económico como corolário do efeito demonstrativo das vertentes anteriores e reflete a confirmação da estratégia pela aproximação aos objetivos, inicialmente definidos.”⁶⁴

Nesse sentido é imperativo analisar as intervenções que foram feitas nestas aldeias, de modo a perceber, não só o impacto que tiveram para o território e para a população residente, como também contribuir para a seleção de novos territórios a serem intervencionados de acordo com este programa pioneiro na revitalização do territorial rural.

⁶³. Ferreira, Pedro Navega, op. cit, 2011, p. 23.

⁶⁴. Aldeias Históricas de Portugal, www.aldeiahistoricasdeportugal.com, consultado a Outubro de 2020.



Fig. 54 - Ruínas da Igreja de Santa Maria do Castelo, Castelo Mendo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

“O Programa tem por objetivo principal a valorização do património rural existente no interior do país, através de intervenções tais como:

Qualificação dos espaços públicos – pavimentação e arranjo das praças (pelourinhos), largos e ruas, colocação de mobiliário urbano adequado;

Valorização do património – recuperação de muralhas (conservação e limpeza), de alguma arquitetura militar, do edificado (intervenção nas fachadas e telhados), conservação de solares ou casas de interesse e igrejas;

Dinamização cultural – criação de espaços de museu e venda de artesanato;

Dinamização turística – criação de postos de turismo e de alojamento, como a construção de pousadas ou a adaptação de edifícios para turismo de habitação rural;

Melhoria das acessibilidades – melhoramentos das estradas de acesso, de forma a facilitar a chegada a estes locais por vezes muito isolados, e dentro das aldeias criando estrangimentos à circulação viária;

Dotação de infraestruturas – remodelação de redes de abastecimento de águas, de esgotos domésticos e pluviais, enterramento das infraestruturas elétricas e de comunicações, tornando assim as aldeias habitáveis.”⁶⁵

A diversificada morfologia urbana e patrimonial destas doze aldeias, contribuiu para a implementação de um modelo orgânico, adaptável, com uma linha referencial comum e que *“fosse capaz de integrar métodos suficientemente amplos (...) que conduzissem à existência de um conjunto de aldeias, que pelo seu passado rico e significativo património arquitetónico, conseguissem de uma forma não estereotipada enriquecer de diferentes formas o seu património.”⁶⁶*

65. Moreira, Margarida, Camarinhas, Catarina, Paulo, Luisa - Património Rural em Portugal. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2003

66. Ferreira, Pedro Navega, op. cit, 2011, p. 19.



Fig. 55 - Antigos Paços do Concelho, Castelo Novo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 56 - Palácio Cristóvão de Moura, Castelo Rodrigo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Este modelo, implementado ao longo dos QCAs II e III, permitiu que fossem criadas as bases do novo futuro desta região. Através da valorização patrimonial e promoção turística, foram criados espaços museológicos, postos de turismo e alojamentos locais. Através da revitalização económica, foram criadas vinte e sete microempresas diretamente relacionadas com as atividades de subsistência da região. E através da dinamização social, foram estruturadas associações de desenvolvimento local, focadas na promoção de atividades que dinamizassem estes territórios a nível social, económico, cultural e turístico.⁶⁷

Além destas intervenções, o desenvolvimento infraestrutural também foi importante para fortalecer e melhorar os acessos às aldeias, bem como o seu desenvolvimento urbano, permitindo uma melhor mobilidade e qualidade de vida, tanto para os seus habitantes como para os seus visitantes.

De uma forma bastante coordenada e faseada, estas intervenções estavam praticamente concluídas em 2007. No entanto, para compreendermos melhor o impacto real que estas intervenções tiveram perante a revitalização territorial da nova Beira Interior, é necessário fazer uma análise mais aprofundada do que realmente foi feito nestas doze aldeias, segundo os seus três domínios, e de que forma transformou a sua população, o seu património e o seu território.

67. Ferreira, Pedro Navega, op. cit, 2011, p. 19.



Fig. 57 - Capela de S. Miguel, Monsanto, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

No domínio patrimonial, através da conjugação entre a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), de profissionais externos e dos serviços municipais, o programa pautou por intervenções em quinze Igrejas, oito Castelos e muralhas e vinte e quatro edifícios com valor arquitectónico reconhecido de acordo com três níveis de ação: *“a valorização e recuperação do património, com ou sem introdução de componentes e materiais contemporâneos, a simples conservação das ruínas, com o objetivo de criar conjuntos cénicos simbólicos, e iniciativas de recuperação de imóveis com incorporação de novas funcionalidades permitindo, em simultâneo, valorizar, reutilizar, animar e rentabilizar um património histórico.”*⁶⁸

Em alguns casos, a valorização e recuperação patrimonial caracterizou-se por intervenções que visassem restabelecer o carácter funcional inicial dos edifícios e conjuntos classificados com o objetivo recuperar a história e a memória da sua existência, a identidade e vivência da comunidade local. Intervenções como o *Picadeiro d-el Rey*, o *Hospital de Sangue*, o *Antigo Paiol* e *Casa da Guarda* em Almeida são exemplares desta clara intenção de preservar a autenticidade, de manter viva a sua essência cultural e reerguer o património destas aldeias.

Noutros casos, as intervenções passaram por uma clara intenção de reformulação das funcionalidades iniciais, conseguindo dotar as aldeias com edifícios polivalentes, adaptados a diferentes usos, desde alojamento local, a atividades culturais como concertos, palestras, conferências, entre outras que fomentassem a dinamização social, económica, cultural e turística destes territórios. A *Catedral de Idanha-a-Velha* como equipamento multifuncional, o *Solar Corte Real*, a *Casa Brandão de Melo*, as *Casas Senhoriais de Linhares da Beira* como alojamentos locais, são exemplos destas intervenções que promoveram uma reestruturação utilitária do património da Beira Interior.

68. Ferreira, Pedro Navega, op. cit, 2011, p. 25.



Fig. 58 - Sé Catedral de Idanha-a-Velha, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.



Fig. 59 - Igreja S. Pedro de Marialva, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Sobre património em elevado estado de degradação, compreendeu-se que apenas se iria consolidar o estado de ruína de modo a criarem locais emblemáticos e simbólicos, uma vez que, a sua reabilitação, reconstrução ou recaraterização colocaria em risco a sua autenticidade patrimonial, o seu valor histórico e a identidade do lugar. São exemplos destas intervenções o *Palácio Cristóvão de Moura* em Castelo Rodrigo e a *Igreja de Santa Maria do Castelo* em Castelo Mendo.

As intervenções do domínio social foram extremamente importantes uma vez que um dos principais objetivos do programa seria o aumento da qualidade de vida dos habitantes e da atração local e, conseqüentemente, turística. Muitas destas aldeias careciam de redes infraestruturais dignas e de condições de habitação. Nesse sentido, estas intervenções atuaram em função de dois princípios: o melhoramento das infraestruturas e acessibilidades públicas e a reabilitação habitacional e urbana.

Em muitas destas aldeias não existiam infraestruturas consideradas essenciais aos mínimos de qualidade de vida, noutras estavam completamente degradadas. Assim, podemos observar uma enorme preocupação na renovação, ou até mesmo na introdução de redes de abastecimento de água, de esgotos domésticos e pluviais, na reestruturação da rede de iluminação pública, na remoção dos cabos inestéticos com a implantação subterrânea da rede eléctrica, de telefone e televisão por cabo. Através destas intervenções, conseguiu-se, não só uma melhoria significativa na qualidade de vida da população residente, como também a restituição da identidade do “passado medieval” destes territórios.⁶⁹

Os acessos a estas aldeias eram uma grande condicionante ao desenvolvimento territorial, uma vez que as tornavam em territórios isolados e de difícil acesso, dadas as sinuosas estradas, muitas das vezes em mau estado ou já inexistentes. Nesse sentido foram reconstruídas e reabilitadas algumas vias de acesso a estes aglomerados. Outras foram retificadas por completo dada a sua dificuldade e complexidade de acesso.

69. Ferreira, Pedro Navega, op. cit, 2011, p. 37.



Fig. 60 - Castelo de Trancoso, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

A dificuldade de acesso às aldeias não se verificava apenas nos acessos rodoviários. Dentro dos centros urbanos existiam arruamentos com pavimentos extremamente degradados dificultando a mobilidade interna. Algumas praças, largos, pelourinhos e outros locais de convívio encontravam-se completamente descaracterizados e sem condições de permanência ou usufruto. Nesse sentido, várias intervenções foram feitas, desde a repavimentação adequada à dotação de mobiliário urbano de forma a trazer de volta a sua traça identitária e a convivência rural que se fora perdendo ao longo do tempo.

Dando continuidade à reabilitação e embelezamento urbano em prol do aumento da qualidade de vida da população, foram feitas diversas intervenções nos edifícios, melhorando as fachadas e as coberturas e proporcionando uma melhor coesão urbanística. Estas intervenções visavam também uma aproximação à realidade que caracterizou outrora aqueles edifícios, numa tentativa de reduzir as intervenções inapropriadas e dissonantes para com a sua essência arquitetónica.

Por fim, relativamente ao domínio económico do programa, podemos destacar o desenvolvimento exponencial do empreendedorismo local através da criação de vinte e sete microempresas nas mais diversas áreas de subsistência económica desta região. Desde o turismo rural, à gastronomia, do artesanato aos produtos locais, várias foram as empresas que geraram postos de trabalho cativantes tanto para a população rural, promovendo a sua fixação, como para a população urbana, motivando uma mudança da vida da cidade para a calma e tranquilidade da vida no Interior. Para além da criação de novas fontes de aumento do mercado de trabalho, também foram criadas diversas associações de animação local que proporcionaram um forte desenvolvimento dos três domínios: social, económico e patrimonial.

Ainda que consigamos ter uma percepção geral do plano de ação do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, torna-se necessário estudarmos todas as intervenções que foram feitas nestas doze aldeias. Através do contributo da dissertação de mestrado de Pedro Navega Ferreira, *Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal, Um Balanço (2011)*, conseguimos estabelecer um contato real entre os objetivos e as premissas do programa com as intervenções realizadas.

Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal: Ação Piloto de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional.

“Algumas regiões do interior de Portugal conhecem problemas de enfraquecimento gradual da sua capacidade produtiva e de envelhecimento e desertificação populacional. O Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal propõe-se concorrer para atenuar estes problemas e contribuir para vencer um dos principais desafios que o nosso país enfrenta - o reforço da coesão económica e social nacional.

Por outro lado, as aldeias selecionadas têm um património histórico único, sendo autênticos conjuntos monumentais que interessa preservar e valorizar.

Este programa pretende, assim, favorecer de modo relevante a melhoria do quadro de vida das populações e dos seus níveis de rendimento, através de três tipos de atuações:

1. Intervenções da responsabilidade da Autarquia Local e da Administração Central, onde se incluem todos os investimentos de carácter público que geralmente se designam por «bem público».

2. Intervenções da responsabilidade dos agentes privados que estão essencialmente ligados à obtenção de um rendimento e que contemplam investimentos que vão desde a recuperação de casas para fins turísticos (por exemplo, criação de alojamento turístico, se não forem passíveis de se candidatarem a outros sistemas) à constituição ou dinamização de pequenas iniciativas produtivas geradoras de emprego (investimentos, em regra, inferiores a 100 mil euros.

3. Intervenções dinamizadas e promovidas por associações ou agentes de desenvolvimento local, em colaboração estreita com as populações locais e outras entidades, designadamente as Autarquias Locais.



Legenda

- | | | |
|---|--|--|
| 1 - Portas Duplas de São Francisco ou da Cruz: séc. XVII | 5 - Casa da Roda dos Expostos: séc. XIX (Data epigrafada de 1843) | 16 - Casa Brasonada António Pereira Fontão Júnior: séc. XVIII |
| 2 - Antigo Convento de Nossa Senhora do Loreto/ Quartel e Hospital Militar: séc. XVI/XVII/XVIII | 6 - Casa Quinhentista: séc. XVI | 17 - Casa João Dantas da Cunha: séc. XVIII (Epigrafada a data de 1769) |
| 3 - Casa Nobre: séc. XVII/XVIII | 7 - Praça Alta | 18 - Terreiro Velho: Séc. XX |
| 4 - Casamatas: séc. XVII/XVIII (Atual Museu Histórico-Militar) | 8 - Revelim Doble - Hospital de Sangue: Séc. XVIII | 19 - Corpo da Guarda Principal: séc. XVIII (1790) |
| | 9 - Paio e Casa da Guarda: séc. XIX | 20 - Vedoria Geral da Beira / Casa dos Governadores da Praça de Almeida: Fins do séc. XVII / Início do XVIII |
| | 10 - Picadeiro D'EL Rey: séc. XX (Antigo Trem de Artilharia no séc. XVII) | 21 - Quartel das esquadras: séc. XVIII (1736-1750) |
| | 11 - Portas Duplas de Santo António: séc. XVII | 22 - Igreja da Misericórdia: séc. XVII |
| | 12 - Castelo de Almeida: séc. XIII - XIV / XVI | 23 - Casa da Câmara: séc. XVI |
| | 13 - Torre do Relógio: 1830 | 24 - Casa dos Vedores Gerais |
| | 14 - Casa Brasonada - Brigadeiro Vicente Delgado Freire: Séc. XVIII / XIX | 25 - Praça Alta |
| | 15 - Casa do Marchal de Campo Manuel Leitão de Carvalho / Palácio dos Leitões: Fins do séc. XVII / 1.º Quartel do Séc. XVIII | |

Fig. 61 - Mapa de Almeida.

Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Almeida.

“Almeida terá tido origem na migração dos habitantes de um castro lusitano, localizado a Norte do lugar do Enxido da Sarça, ocupado em 61 a.C. pelos Romanos, e depois pelos povos bárbaros. Dada a sua situação em planalto, os Árabes chamaram-na Al-Mêda (a Mesa), Talmeyda ou Almeydan, tendo construído um pequeno Castelo (séc. VIII-IX).

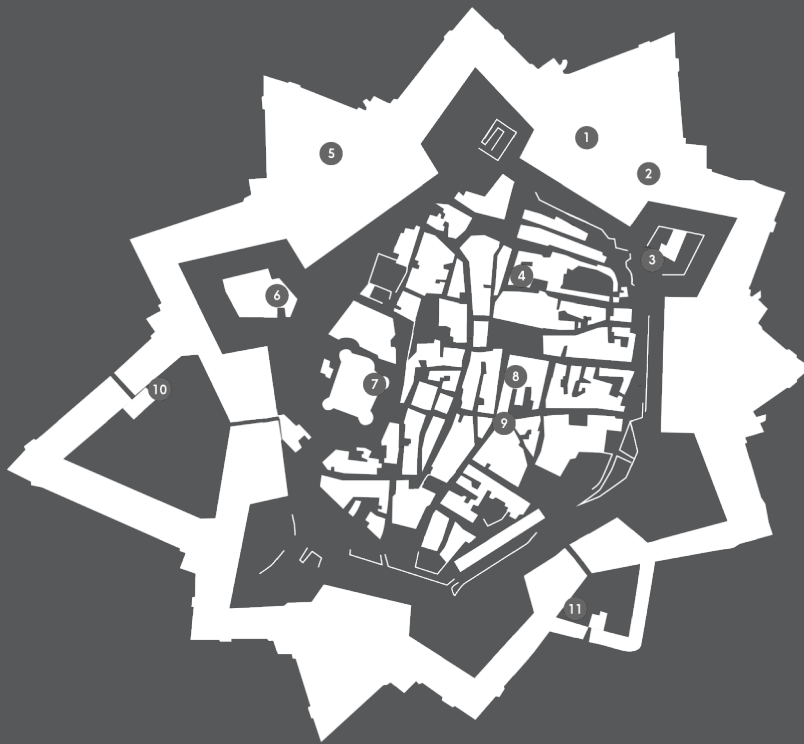
No período da Reconquista, os Cristãos tomaram-na definitivamente em 1190 e foi sucessivamente disputada a Leão, passando à posse portuguesa com o Tratado de Alcanizes em 1297. Recebeu foral de D. Dinis (1296), que reconstruiu o Castelo, e foral novo de D. Manuel (1510).

Junto ao Castelo de planta retangular e quatro torres circulares, cresceu o núcleo medieval limitado pelas muralhas, cujo vestígio se vê na Porta do Sol, traçado que a Rua dos Combatentes acompanha e que define o velho burgo. No Castelo havia a primitiva Igreja Matriz.

A Praça Forte de Almeida, perfeito exemplar da arquitetura militar barroca, é uma fortaleza abaluartada com traçado hexagonal em estrela, ao estilo do engenheiro francês Antoine Deville. Dispõe de seis baluartes, com suas casamatas - galerias subterrâneas onde a população se recolhia em caso de perigo e que também serviram de prisões miguelistas - e revelins, com fossos de profundidade média de doze metros, onde se construiu também um Hospital de Sangue, e se localiza o Museu Militar.

Hoje, a fortaleza que desempenhou um papel de charneira na época moderna é conhecida pelas duas grandes portas que a ligam com o exterior da Praça e três Poternas embora as últimas de carácter exclusivamente militar. A par dos novos métodos de fortificar internacionais a fortaleza de Almeida teve um papel defensivo extraordinário que ainda hoje surpreende que por ela se passeia.”⁷¹

71. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Almeida, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|--|-----|
| Recuperação Física e Funcional do Hospital de Sangue | 1. |
| Pavimentação do troço entreda Porta Nova e a EN 332 | 2. |
| Beneficiação de Casamatas e Baluarte S. João de Deus | 3. |
| Remodelação de Infraestruturas Telefónicas, TV por Cabo e Abastecimento de Água | 4. |
| Recuperação Física e Funcional do Antigo Paiol e Casa da Guarda | 5. |
| Recuperação do Picadeiro | 6. |
| Vitalização do Espaço do Castelo | 7. |
| Recuperação de Fachadas no Centro Histórico de Almeida Fases, I, II e III | 8. |
| Recuperação de Fachadas e Coberturas no Centro Histórico de Almeida Fases IV e V | 9. |
| Impermeabilização das Portas de Santo António e recuperação funcional das suas salas | 10. |
| Impermeabilização das Portas de S. Francisco - Sala de Armas | 11. |

Fig. 62 Mapa das Intervenções em Almeida.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Contornada por uma estrutura abaluartada, que ainda hoje caracteriza o seu perfil arquitetónico e urbanístico, a aldeia de Almeida recebeu um grande investimento a nível da reabilitação e revitalização patrimonial. Dado o estado de degradação e de ruína de grande parte do seu legado patrimonial, as intervenções da Vitalização do Espaço do Castelo, através de um deambulatório pedonal sobre as ruínas | **7** (QCA III), a Recuperação do Picadeiro d'el Rey onde se recriou o ambiente primário e o seu aspeto formal através de um complexo hípico | **6** (QCA II), a Beneficiação de Casamatas e do Baluarte de S. João de Deus, transformando-os em espaços culturais e recreativos | **3** (QCA II), a Impermeabilização das Portas de Santo António e recuperação da funcionalidade das suas salas | **10** (QCA II) e também a Impermeabilização das Portas de S. Francisco | **11** (QCA II), estabelecem-se como exemplares de boas práticas de intervenções sobre o património esquecido.

Para além da revitalização patrimonial e, devido ao seu perfil urbano vincado, também observamos um grande investimento na recuperação e reabilitação urbana através das intervenções de Recuperação de Fachadas a norte do centro histórico | **8** (QCA II), a Recuperação de Fachadas e Coberturas a sul do centro histórico | **9** (QCA III), a recuperação física e funcional do Hospital de Sangue | **1** (QCA II), do Antigo Paiol e também da Casa da Guarda | **5** (QCA II).

Devido aos acessos condicionados a esta aldeia, consequente da sua estrutura abaluartada, observamos também intervenções infraestruturais como a Pavimentação do troço entre a Porta Nova e a EN 332 | **2** (QCA II) e também a remodelação infraestrutural telefónica, televisão por cabo e abastecimento de água | **4** (QCA II).⁷²

Estas intervenções sobre a aldeia de Almeida foram essenciais tanto para os seus habitantes, acabando por melhorar a sua qualidade de vida e promovendo a fixação/atração populacional, como também para os seus visitantes.

72. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 51 - 61.



Legenda

- | | | |
|--|--|---|
| 1 - Castelo de Belmonte | 8 - Antigos Paços do Concelho. Atual sede das Aldeias Históricas e Rede de Judiarias de Portugal | 16 - Estátua Pedro Álvares Cabral |
| 2 - Posto de Turismo | 9 - Pelourinho | 17 - EMPDS - Turismo |
| 3 - Igreja de Santiago e Panteão dos Cabrais | 10 - Museu Judaico | 18 - Museu do Azeite |
| 4 - Capela de S. António | 11 - Igreja Matriz | 19 - Auditório Municipal |
| 5 - Capela do Calvário | 12 - Câmara Municipal de Belmonte | 20 - Escola de Música |
| 6 - Sinagoga Bet Eliahu | 13 - Solar dos Cabrais. Atual Biblioteca e Arquivo Municipal | 21 - Pavilhão Multiusos |
| 7 - Banda de Música | 14 - Museu dos Descobrimentos | 22 - Quinta da Fórnea |
| | 15 - Ecomuseu do Zêzere | 23 - Convento Nossa Senhora da Esperança. Atual Pousada |
| | | 24 - Ginnodesportivo de Belmonte |
| | | 25 - Centum Cellas (Colmeal da Torre) |

Fig. 63 - Mapa de Belmonte.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Belmonte.

“Situada em plena Cova da Beira e com ampla vista sobre a encosta oriental da Serra da Estrela, a vila de Belmonte justifica plenamente as características que lhe terão dado o nome. Diz a tradição que o nome Belmonte provém do lugar onde a Vila se ergue (monte belo ou belo monte). Porém, há quem lhe atribua a origem de “belli monte” - monte de guerra.

Na Idade Média Belmonte surge-nos, primeiramente, ligado à história do concelho da Covilhã, concretamente, no foral concedido em 1186 por D. Sancho I. Mas, em 1199, de acordo com a sua política de povoamento e reforço da defesa fronteiriça, o mesmo rei concedeu foral a Belmonte ficando esta até 1385 sob jurisdição da Covilhã. No século XIII, a vila encontrava-se já em franco desenvolvimento justificando a existência de duas Igrejas - a de São Tiago e de Santa Maria (perto do velho cemitério, junto ao Castelo) e de uma Sinagoga.

Embora pertencendo à Coroa, o Castelo de Belmonte era administrado por um alcaide local e já desde 1398 que este cargo estava ligado aos Cabrais. O primeiro alcaide foi Luís Alvares Cabral. Fernão Cabral, pai de Pedro Alvares Cabral, foi o primeiro alcaide-mor. Com ele se iniciou, no século XV, a época de maior destaque do Castelo e de Belmonte.

A história, o património e tradições de Belmonte são contadas nos espaços museológicos. Mas se procura os segredos, estes estão escondidos pelos trilhos naturais. Junte o Castelo de Belmonte, Igreja de Santiago, Museu Judaico, Ecomuseu do Zêzere, Museu do Azeite, Museu dos Descobrimentos, Centum Cellas, Quinta da Fórnea, Casa da Roda e Casa Etnográfica à paisagem e conheça todos os nossos cantos e recantos.”⁷³

⁷³. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Belmonte, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|--|----|
| Recuperação, Valorização e Restauro das Muralhas e Recinto Interior do Castelo | 1. |
| Plano de Aldeia, Reabilitação do largo Afonso Costa e Recuperação de Fachadas e Coberturas | 2. |
| Reabilitação de Casas na Zona Histórica de Belmonte e Recuperação de Espaços Públicos | 3. |
| Requalificação da Rua da Misericórdia, Fonte da Rosa e Judiaria | 4. |
| Recuperação do Solar dos Cabrais - Centr Interpretativo "À Descoberta do Novo Mundo" | 5. |

Fig. 64 - Mapa das Intervenções em Belmonte.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

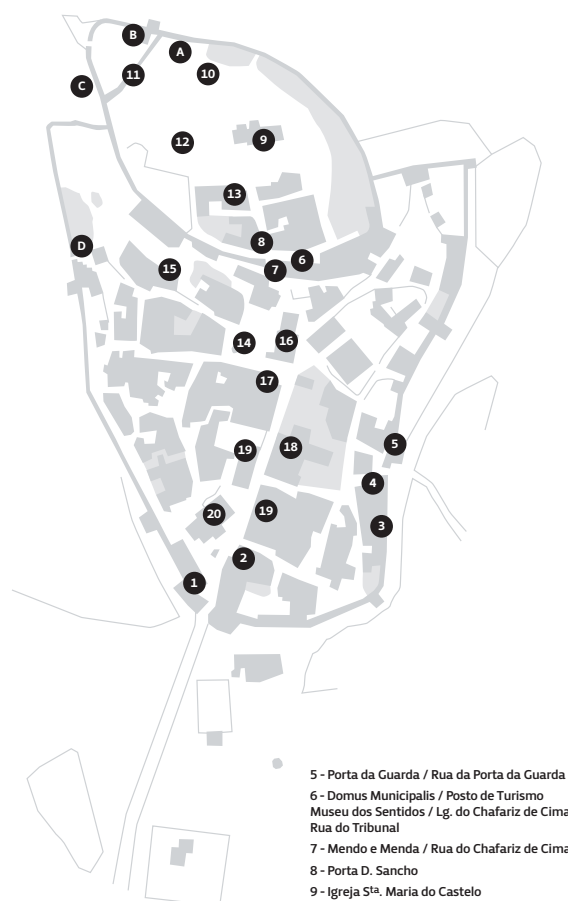
Na aldeia de Belmonte, caracterizada pelo seu centro histórico organizado em volta do marcante castelo, observamos, principalmente, intervenções de requalificação urbana e habitacional, dada a sua integração tardia no Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal e também a intervenções anteriores sobre o seu património.

Relativamente às intervenções de revitalização e reabilitação urbana podemos verificar o Plano de Aldeia - Reabilitação do Largo Afonso Costa e Recuperação de Fachadas e Coberturas | **2** (QCA III) a Requalificação da Rua da Misericórdia, Fonte da Rosa e Judiaria | **4** (QCA III) e também a Reabilitação de casas na zona histórica de Belmonte e recuperação dos espaços públicos | **3** (QCA III).

As intervenções de reabilitação patrimonial, apesar de serem mais reduzidas, não foram menos marcantes para a aldeia. Podemos verificar a recuperação, valorização e restauro das muralhas e recinto do interior do Castelo | **1** (QCA III) através da limpeza, recuperação e consolidação dos panos de muralha e dos muros envolventes, e a recuperação do Solar dos Cabrais, antiga casa da família de Pedro Álvares de Cabral, no Centro Interpretativo “*À Descoberta do Novo Mundo - Museu dos Descobrimentos*” juntamente com a Biblioteca e Arquivo Municipal de Belmonte | **5** (QCA III) “*O novo edifício a construir e destinado a Centro Interpretativo de Belmonte – À Descoberta do Novo Mundo foi desenhado de modo a poder ser entendido como um conjunto de espaços sucessivos, de temas diversos, quase contentores fechados que permitem que imagens e sons temáticos nos envolvam e nos deixem percorrer os 500 anos de história.*”⁷⁴

Dada a sua integração tardia no programa, observamos uma quantidade reduzida de intervenções, no entanto não menos importantes para a revitalização patrimonial, social, económica e urbana de Belmonte. Nestas intervenções, ainda que pontuais, prevalecem os valores e os princípios do programa, onde dotar de condições de habitabilidade dignas para os seus habitantes traduz-se tanto na revitalização patrimonial como na recuperação urbana e habitacional deste marcante centro rural.

74. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 65 - 71.



Legenda

- A - Cisterna
- B - Porta da Traição
- C - Penedo dos Desejos
- D - Porta do Sol

- 1 - Porta da Vila: Berrões
- 2 - Casa Quinhentista / Largo do Chafariz Menor
- 3 - Casa da Roda / Rua da Praça
- 4 - Hospital da Misericórdia / Rua da Praça / Rua do Corro

- 5 - Porta da Guarda / Rua da Porta da Guarda
- 6 - Domus Municipalis / Posto de Turismo
Museu dos Sentidos / Lg. do Chafariz de Cima
Rua do Tribunal
- 7 - Mendo e Menda / Rua do Chafariz de Cima
- 8 - Porta D. Sancho
- 9 - Igreja S^{ta}. Maria do Castelo
- 10 - Sepultura do Fidalgo
- 11 - Porta do Castelinho
- 12 - Ruínas da Torre de Menagem
- 13 - Calçada Medieval / Rua do Castelo
- 14 - Pelourinho / Praça do Pelourinho
- 15 - Forno / Rua do Forno
- 16 - Igreja S. Pedro / Largo da Igreja
- 17 - Casa com varanda alpendrada / Largo da Igreja / Rua Direita
- 18 - Solar do Fidalgo / Rua Direita
- 19 - Casas Manuelinas / Rua Direita / Largo de S. Vicente
- 20 - Igreja S. Vicente / Largo S. Vicente

Fig. 65 - Mapa de Castelo Mendo.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Castelo Mendo.

“Castro Mendi é a designação que consta do documento mais antigo (1202) referente a Castelo Mendo. Aldeia de características predominantemente medievais é constituída por dois núcleos amuralhados, a Cidadela e a Barbacã.

A cidadela de formato oval corresponde ao burgo velho, formado após o foral de D. Sancho II. O burgo novo ou Arrabalde de S. Pedro protegido por uma muralha dionisiana (finais do séc. XIII), foi no passado guarnecida por oito torres, parcialmente destruídas com o terramoto de 1755. Mantém contudo as cinco portas (Porta da Vila, da Guarda, do Sol, da Traição e de D. Sancho).

A Devesa exterior destina-se ainda hoje a pastagem e nela se situa também o Alpendre de feira e o Chafariz d’el Rei. Pela encosta se estendeu a Vila, nela se organizando a vida da população abraçada pelos muros. Espaço fechado, comunica com o exterior por portas abertas a Norte, Poente e Nascente com acessos reforçados por torres.

A Igreja, reguladora dos comportamentos, acompanha os edifícios públicos, símbolos do poder político e da ordem civil: Casa da Câmara e Cadeia e Pelourinho. É também neste espaço privilegiado que as famílias localmente mais consideradas ergueram a sua casa.

A carta de foro de Castelo Mendo outorga e regulamenta pela primeira vez em Portugal, uma feira franca, que se realizava três vezes por ano, na Páscoa, na festa de S. João Baptista e na Festa de S. Miguel, tendo a duração de oito dias. A aldeia de Castelo Mendo foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 1984.”⁷⁵

75. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Castelo Mendo, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|---|----|
| Igreja Santa Maria do Castelo - Consolidação e Conservação da Ruína | 1. |
| Recuperação e Remodelação do Edifício Sede do Antigo Tribunal e Cadeia de Castelo Mendo | 2. |
| Restauro da Igreja Matriz de S. Pedro | 3. |
| Recuperação de Fachas no Centro Histórico de Castelo Mendo | 4. |
| Conservação e Valorização da Igreja de S. Vicente | 5. |
| Infraestruturas de Castelo Mendo | 6. |

Fig. 66 - Mapa das Intervenções em Castelo Mendo.

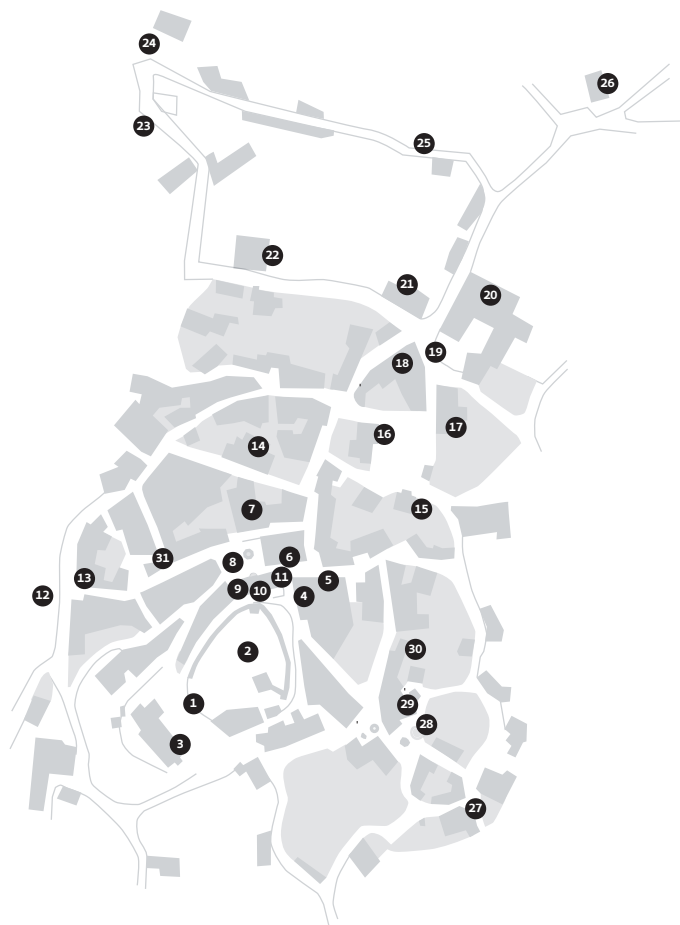
Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Na aldeia de Castelo Mendo verificamos que o investimento nas intervenções de reabilitação patrimonial e urbana acompanharam apenas o Quadro Comunitário de Apoio II, conferindo um resultado semelhante ao da aldeia de Belmonte - intervenções mais reduzidas mas extremamente importantes para a revitalização e reabilitação local.

Em relação às intervenções de requalificação patrimonial, destacam-se a Recuperação e remodelação do edifício Sede do Antigo Tribunal juntamente com a Cadeia de Castelo Mendo | **2** (QCA II), para adaptação de um espaço museológico e de um posto de turismo, o Restauro da Igreja matriz de S. Pedro | **3** (QCA II) a Conservação e Valorização da Igreja de S. Vicente | **5** (QCA II) e também a Consolidação e Conservação da ruína da Igreja de Santa Maria do Castelo | **1** (QCA II). Sobre as intervenções de reabilitação urbana, referimos a Recuperação de fachadas no centro histórico de Castelo de Mendo | **4** (QCA II).

Por fim, de modo a conferir uma melhor qualidade urbana, a criar as bases necessárias à melhoria da qualidade de vida da população de Castelo Mendo e de promover o desenvolvimento do turismo local e regional, observamos uma requalificação geral das infraestruturas | **6** (QCA II) através da pavimentação dos arruamentos, o enterrar de infraestruturas eléctricas e de telefone, a remodelação da rede de iluminação pública e de distribuição de sinal de TV, ampliação da rede de esgotos existentes, bem como da rede de abastecimento de água.⁷⁶

76. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

- | | |
|-----------------------------------|---|
| 1. Posto de informação Turística | 17. Casa D. José Correia |
| 2. Castelo | 18. Solar D. Silvestre (TH) |
| 3. Igreja Matriz de Castelo Novo | 19. Chafariz D'El Rei |
| 4. Capela de Santo António | 20. Quinta do Ouriço (TH) |
| 5. Casa Petrus Guterrí (TH) | 21. Casa Sampaio Roquete |
| 6. Casa de Arquitetura Beirã | 22. Restaurante O Lagarto |
| 7. Solar da Família Gamboa | 23. Cruzeiro |
| 8. Pelourinho | 24. Cabeço da Forca |
| 9. Antigos Paços do Concelho | 25. Calçada romana |
| 10. Chafariz D. João V | 26. Capela de Santa Ana |
| 11. Núcleo Museológico | 27. Casa da Comenda |
| 12. Fonte Paio Pires | 28. Lagariça |
| 13. Janela Manuelina | 29. Casa da Lagariça (loja de artesanato) |
| 14. Capela do Sr. da Misericórdia | 30. Casa de Castelo Novo (TH) |
| 15. Chafariz da Bica | 31. Casa Villa Veteris |
| 16. Casa Paroquial | |

Fig. 67 - Mapa de Castelo Novo.

Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Castelo Novo.

“Em plena alma da Serra da Gardunha, numa paisagem em anfiteatro natural, em tons de verde e cinza, descobrimo Castelo Novo, Aldeia Histórica de Portugal, envolta numa aura de misticismo. Aqui, sentimos algo de fascinante, que nos envolve e harmoniza. Tudo nos inspira... tudo nos cativa, desde o som da água que brota das fontes de granito perpetuado que ergue a aldeia e talha o casario, os templos, as calçadas, as praças,... todo um património arquitetónico único.

Enchem-nos de contrastes de cores, sabores e texturas, mas a verdadeira descoberta é feita nas muralhas com mais de 800 anos de história. O Castelo, implantado a 650 metros de altitude, constitui um ponto evidente de organização do povoado. Pela encosta da Serra da Gardunha estendeu-se a povoação, desprovida de cerca mas ao abrigo da estrutura fortificada dos Templários.

Cada pedra desvenda uma memória, cada esquina saberes ancestrais, todos eles pautados pelo vento que nos sussurra lendas, contos e cantigas.

No espaço construído de Castelo Novo dominam, largamente, as edificações destinadas à habitação. A casa tradicional, de granito e sem reboco, apresenta planta retangular com dois pisos, com o térreo destinado à loja e o superior à habitação.

Castelo Novo, desperta-nos os sentidos: os cheiros da terra e das lareiras acesas no inverno, as levadas da água nascente que nos acompanham, e os sabores tão nossos: as castanhas, as cerejas, o azeite, o queijo e o vinho. Castelo Novo, uma mistura de experiências e emoções que nos enriquece. Um tesouro que permanece intacto à espera de ser vivido.”⁷⁷

⁷⁷. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Castelo Novo, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiahistoricasdeportugal.com



Legenda.

- Remodelação do edifício dos Antigos Paços do Concelho 1.
- Concepção do Plano de Salvaguarda e Revitalização de Castelo Novo 2.
- Infraestruturas, Telecomunicações e Electrividade e de Castelo Novo 3.
- Recuperação da Igreja Matriz de Castelo Novo 4.
- Recuperação de Fachadas, Coberturas e requalificação de espaço público 5.

Fig. 68 - Mapa das Intervenções em Castelo Novo.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Encaixada na encosta da Serra da Gardunha, a aldeia de Castelo Novo é caracterizada pela pureza das rochas que esculpem o seu perfil urbano e arquitetónico. O investimento nesta aldeia foi feito ao longo dos dois Quadros Comunitários de Apoio II e III realizando intervenções de reabilitação patrimonial, urbana e infraestrutural.

Sobre as intervenções de reabilitação patrimonial, podemos observar a Remodelação do edifício dos Antigos Paços do Concelho | **1** (QCA II), onde foi criado um espaço polivalente dedicado à população e ao turismo, no qual num primeiro piso encontramos uma oficina de artesanato e um espaço para a venda do mesmo, e num andar superior uma sala polivalente e recreativa para dinamizar a aldeia e integrar mais a população. Também podemos salientar a Concepção do Plano de Salvaguarda e Revitalização de Castelo Novo | **2** (QCA III), e a Recuperação da Igreja Matriz | **4** (QCA III). Relativamente às intervenções de reabilitação urbana, refere-se a Recuperação de fachadas, coberturas e requalificação do espaço público no centro histórico de Castelo Novo | **5** (QCA III) cuja *“a intervenção nos edifícios compreendeu ao nível dos telhados a substituição e aplicação de telha cerâmica igual à original, eliminação de algerozes e tubos de queda e limpeza geral do telhado. Quanto às fachadas, a substituição de janelas, portadas interiores e peitoris, substituição e aplicação de portas, pintura e manutenção de madeiras e ferros em geral, substituição de guardas e gradeamentos, limpeza de fachadas, consolidação e restauro de paramentos em granito e remoção de todos os elementos dissonantes.”*⁷⁸

Por fim, sobre as intervenções infraestruturais, podemos verificar a melhoria das telecomunicações e eletricidade da Aldeia de Castelo Novo | **3** (QCA III), consolidando os objetivos do programa.

⁷⁸ Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 - Porta do Sol | 17 - Cisterna Medieval |
| 2 - Pelourinho | 18 - Casa da Cadeia |
| 3 - Casa da Câmara | 19 - Portal com inscrição hebraica |
| 4 - Casa da Misericórdia | 20 - Torre Albarrã (ruínas) |
| 5 - Igreja Matriz Rocamador | 21 - Cubelos/torreões semicirculares |
| 6 - Porta da traição (Alvacar) | 22 - Torreão quadrangular |
| 7 - Cisterna com 63 degraus ("túnel") | 23 - Torreão em ruína |
| 8 - Palácio de Cristóvão de Moura | |
| 9 - Bombardeiras Cruzetadas | |
| 10 - Porta Monumental do Palácio | |
| 11 - Torre de Menagem (ruínas) | |
| 12 - Torre do Relógio | |
| 13 - Posto de Turismo | |
| 14 - Instalações Sanitárias | |
| 15 - Padrão da Restauração | |
| 16 - Porta de São João | |

Fig. 69 - Mapa de Castelo Rodrigo.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Castelo Rodrigo.

“A Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo é, no seu todo, um autêntico espaço monumental que conserva importantes referências no plano medieval. Entre os monumentos que acrescentam valor ao património histórico são de destacar as velhas muralhas, as ruínas do palácio de Cristóvão de Moura, o Pelourinho quinhentista, a igreja medieval, a igreja matriz, a cisterna medieval e as inscrições que atestam a presença de uma importante comunidade de cristãos-novos.

Durante mais de 600 anos, a povoação foi vila e sede do concelho. Em vários momentos da história nacional, os seus habitantes destacaram-se pela sua coragem e lealdade à coroa.

Foi D. Dinis que ordenou a reconstrução do castelo, dotando a porta de entrada da alcáçova com duas torres quadrangulares e um balcão com matacães. Durante a dinastia Filipina, Cristóvão de Moura manda construir aqui a sua residência, em estilo Maneirista. No período da Restauração da Independência (1640) é incendiado e destruído.

Apesar do abandono a que foi deixado, conservam-se algumas importantes estruturas defensivas, como é o caso de alguns dos seus treze torreões e três portas, entre elas a Porta da Traição. Com o destaque para os cubelos semicirculares, ruínas do palácio, torre de Menagem e torro Albarrã. Historicamente, nenhuma povoação raiana exerceu por tão longo período um lugar tão relevante nas relações Luso-Castelhanas e na defesa do território português.”⁷⁹

79. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- Consolidação e Beneficiação das Muralhas 1.
- Recuperação de Fachadas de Castelo Rodrigo Fases I e II 2.
- Recuperação de Castelo Rodrigo - Acessos 3.
- Recuperação de Castelo Rodrigo - Infraestruturas 4.
- Restauro da Igreja do Reclamador, Matriz de Castelo Rodrigo 5.
- Consolidação e Beneficiação da Igreja do Reclamador, Matriz de Castelo Rodrigo 6.
- Valorização do Palácio do Marquês de Castelo Rodrigo (Palácio Cristóvão de Moura) 7.
- Recuperação de Fachadas e Coberturas Fases III a VI 8.
- Recuperação de Castelo Rodrigo - Acessos Fase II 9.

Fig. 70 - Mapa das Intervenções em Castelo Rodrigo.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Apesar da sua riqueza patrimonial e das intervenções urbanas na aldeia de Castelo Rodrigo, o investimento desenvolvido nesta aldeia através do Quadro Comunitário de Apoio II e III, foi sem dúvida a nível infraestrutural.

A requalificação infraestrutural de Castelo Rodrigo transformou por completo a aldeia através de uma melhoria significativa nos acessos e das novas infraestruturas de comunicação | **3, 4 e 9** (QCA II e III). Estas intervenções tiveram *“em consideração a necessidade de novas infraestruturas, todas a serem instaladas no subsolo (eléctricas, telecomunicações e TV por cabo) e que originaram a destruição da pavimentação em toda a aldeia. Neste sentido propôs-se a repavimentação da aldeia, existindo uma caleira central onde ficaram instalados todos os cabos das infraestruturas referidas anteriormente.”*

As intervenções urbanas pautaram pela Recuperação de Fachadas e coberturas no centro Histórico de Castelo Rodrigo | **2 e 8** (QCA II e III). Estas intervenções visaram *“a beneficiação, recuperação e reabilitação em termos arquitetónicos do parque urbano de Castelo Rodrigo. A natureza dos trabalhos diz respeito à recuperação de coberturas e seus revestimentos (incluindo limpeza e tratamento das madeiras, limpeza da telha existente e sua substituição e recuperação do beiral), e recuperação de paredes de granito/reboco (limpeza dos rebocos existentes, limpeza de fungos e vegetação infestante, consolidação estrutural do plano da fachada e refechamento de juntas, reparação de algumas pinturas e substituição de caixilharia).”*

Sobre as intervenções de carácter patrimonial, destacam-se a Valorização do Palácio do Marquês de Castelo Rodrigo | **7** (QCA III), a Consolidação e Beneficiação das Muralhas | **1** (QCA III) e também o Restauro e Beneficiação da Igreja do Reclamador | **5 e 6** (QCA III).⁸⁰

80. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

1. Porta Norte
2. Igreja de Santa Maria ou Sé
3. Lagar de Varas / Posto de Turismo
4. Habitação Romana
5. Poldras sobre o rio Ponsul
6. Arquivo Epigráfico
7. Pelourinho
8. Forno Comunitário
9. Torre dos Templários
10. Igreja Matriz
11. Capela de São Dâmaso
12. Palheiros de São Dâmaso — Oficina de Arqueologia
13. Ponte de Origem Romana
14. Capela do Espírito Santo
15. Capela de São Sebastião

Fig. 71 - Mapa de Idanha-a-Velha.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Idanha-a-Velha.

“Pelo notável conjunto de ruínas que conserva, ocupa um lugar de realce no contexto das estações arqueológicas do país. Ergue-se no espaço onde outrora existiu uma cidade de fundação romana capital Civitas Igaeditanorum (séc. I a.C.), mais tarde sede episcopal sob o domínio suevo e visigótico.

Ocupada pelos muçulmanos no séc. VIII, foi reconquistada pelos cristãos no séc. XII. Doadà à ordem do Templo no séc. XIII, mantém vestígios de diversas épocas que evidenciam uma grande permanência civilizacional.

A chegada a Idanha-a-Velha é marcada pela monumentalidade da muralha e a história começa pela Porta Norte. A aldeia que espera por si no seguimento da rua da Palma tem uma forma ovalada com uma extensão de 745 metros e 7 torres defensivas que não seguem todas a mesma estrutura.

Semicirculares ou quadrangulares são estas torres que marcam vários momentos e irão marcar também a sua visita.

Fundada pelos romanos em finais do séc. I a.C. e elevada a município cerca de um século mais tarde, a cidade sobreviveu às invasões dos povos germânicos. Com os suevos torna-se sede de bispado, estatuto que mantém até ao séc. XII, com interregnos. A este período remete uma das suas lendas mais conhecidas, a do Rei Wamba.

Hoje Idanha-a-Velha, como Monumento Nacional, surge renovada. Uma Aldeia Histórica criteriosamente adaptada para os que aqui residem e para os que a visitam.”⁸¹

⁸¹. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|--|-----|
| Reutilização dos Palheiros de S. Dâmaso | 1. |
| Caçadas de Idanha-a-Velha | 2. |
| Recuperação de Fachadas e Coberturas em Idanha-a-Velha Fases I, II e III | 3. |
| Posto de Turismo de Idanha-a-Velha | 4. |
| Recuperação do Lagar de Varas e Musealização e Cobertura do Logradouro | 5. |
| Cobertura do Batistério e arranjo da envolvente | 6. |
| Recuperação da Sé Catedral de Idanha-a-Velha | 7. |
| Recuperação da Igreja Matriz de Idanha-a-Velha | 8. |
| Recuperação de construções e espaços de Interesse Patrimonial | 9. |
| Recuperação de edifício para Centro de Interpretação | 10. |
| Remodelação da Paça do Espírito Santo | 11. |

Fig. 72 - Mapa das Intervenções em Idanha-a-Velha.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Ao longo dos Quadros Comunitários de Apoio II e III, várias intervenções urbanas e patrimoniais foram feitas na aldeia de Idanha-a-Velha.

A nível urbano, são de destacar as intervenções de recuperação de um edifício para um Centro de Interpretação | **10** (QCA II), a Recuperação do Lagar de Varas dedicado à temática do fabrico e uso do azeite, juntamente com Musealização e Cobertura do Logradouro para armazenamento e exposição de uma coleção de epígrafes romanas | **5** (QCA II), a recuperação das calçadas Romanas de Idanha-a-Velha | **2** (QCA II), a Reutilização dos Palheiros de S. Dâmaso | **1** (QCA II), como Gabinete de Arqueologia, e o Posto de Turismo de Idanha-a-Velha | **4** (QCA II).

Também foram efetuadas intervenções de Recuperação de Fachadas e Coberturas no centro histórico de Idanha-a-Velha | **3** (QCA II e III) e de espaços de Interesse Patrimonial | **9** (QCA II) com a intenção de *“monumentalizar a Porta Norte no sentido de a dignificar e transformar num dos elementos carismáticos e de identidade da aldeia.”*

A nível patrimonial, são de destacar as intervenções de Recuperação da Sé Catedral | **7** (QCA III) e da Igreja Matriz | **8** (QCA III), a Remodelação da Praça do Espírito Santo | **11** (QCA III) e também a cobertura do Batistério | **6** (QCA III).⁸²

82. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

- | | | |
|--|--|---|
| 1. Igreja da Misericórdia | 6. Janela Manuelina no Beco das Escadinhas | 21. Solar Pina Aragão |
| 2. Casa da Fortaleza | 7. Janelas Manuelinas na R. Da Procissão | 22. Casa do Lg. Da Igreja |
| 3. Fonte Barbosa | 8. Pelourinho | 23. Porta Manuelina na R. de São Pedro |
| 4. Janelas Manuelinas no Largo Da Misericórdia | 9. Fonte de Mergulho e Fórum | 24. Igreja de Nossa Senhora da Assunção |
| 5. Solar Corte Real/Inatel | 10. Antiga Casa da Câmara e Cadeia | 25. Fonte de S. Caetano |
| | 11. Antiga Hospedaria | 26. Castelo |
| | 12. Solar Brandão de Melo/Inatel | 27. Calçada Romana |
| | 13. Capela da Nossa Senhora da Conceição | |
| | 14. Janela Manuelina na R. da Procissão | |
| | 15. Janela Manuelina na Tv. De S. Pedro | |
| | 16. Janela Manuelina na Tv. De S. Pedro | |
| | 17. Janela Manuelina na R. do Passadiço | |
| | 18. Casas com vãos Manuelinos | |
| | 19. Arcos e vãos Manuelinos | |
| | 20. Janela Manuelina da R. da Igreja | |

Fig. 73 - Mapa de Linhares da Beira.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Linhares da Beira.

“Aldeia medieval do séc. XII, Linhares da Beira possui uma diversidade arquitetónica e artística ímpar, fruto do legado de várias épocas.

Em 1169, recebeu o seu primeiro foral, atribuído por D. Afonso Henriques. Mas só mais tarde, no reinado de D. Dinis, foi erigido o seu imponente Castelo, ex-líbris da aldeia e principal cartão de visita nos nossos dias.

Deambular pelas ruas desta aldeia museu é fazer uma incursão ao passado, à sua história, e sentir a brisa do Vale do Mondego a acariciar-nos o rosto.

O castelo, implantado num cabeço rochoso a cerca de 820 m de altitude e dominando o Vale do Mondego, constitui o núcleo gerador do aglomerado.

Na encosta, sobranceira à várzea de Linhares e cruzada por antiga via romana, estendeu-se a povoação: o sistema fortificado, entregue a um alcaide e dispendo de pequena guarnição militar, defendia um território bem como a sua população e bens; o foral, concedido pelo Rei, prescrevia a autonomia concelhia e organizava a vida económica e social do povoado; a Igreja estabeleceu as paróquias.

No interior de uma das duas torres desta fortaleza encontra-se o mecanismo de um relógio mecânico do século XVII cujos pêndulos de pedra ainda hoje marcam o ritmo da vida que não parou no tempo.

Mas é sem dúvida a magnífica paisagem avistada do terraço da torre do castelo que mais deslumbra o visitante.”⁸³

⁸³. Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Linhares da Beira, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- Rectificação EM 555-3 Troço Carrapichana-Linhares 1.
- Miradouro Virtual no Castelo de Linhares 2.
- Recuperação da Igreja Matriz de Linhares 3.
- Recuperação de Fachadas e Coberturas em Linhares Fase VIII e IX 4.
- Remodelação e Ampliação da Rede Telefónica de Linhares 5.
- Pavimentação de Arruamentos em Linhares 6.
- Recuperação de Fachadas de Linhares Fases I a VII 7.
- Recuperação e Remodelação da Casa Brandão de Melo 8.
- Solar Corte Real e Casa Brandão de Melo - Adaptação a Pousada 9.
- Acessos a Linhares 10.

Fig. 74 - Mapa das Intervenções em Linhares da Beira.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

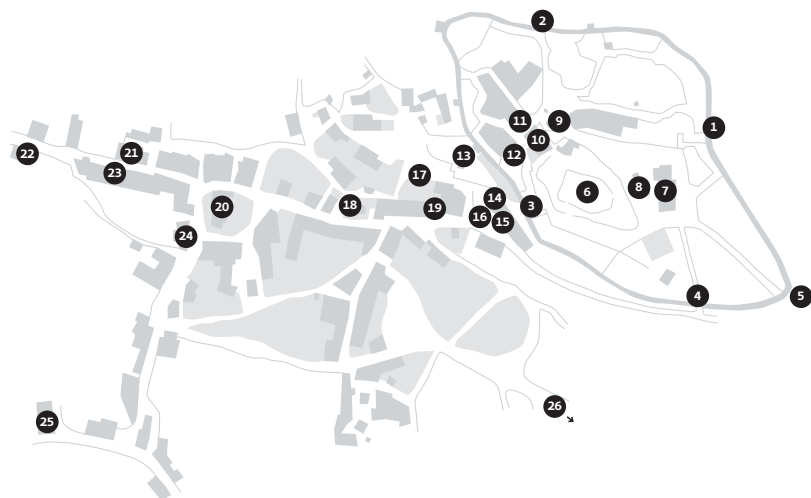
Na aldeia de Linhares da Beira, podemos observar que, para além de intervenções urbanas e patrimoniais, as que mais marcaram este aglomerado urbano pautaram pela reestruturação infraestrutural do mesmo.

Relativamente às intervenções urbanas, podemos verificar a Recuperação e Remodelação da Casa Brandão de Melo e Solar Corte Real | **8** e **9** (QCA II), convertidos em Pousada. *“A intervenção realizada pretende associar dois edifícios completamente distintos, numa só utilização - Pousada. Sabendo do valor formal dos edifícios em causa no núcleo urbano em que se inserem, foi intenção do responsável pelo projecto recuperar os edifícios, tentando exteriormente aproximá-los o mais possível à sua traça original, através da utilização de materiais, cores e texturas tradicionais.”*

Sobre as intervenções patrimoniais, pautam a Recuperação da Igreja Matriz de Linhares | **3** (QCA II), e o Miradouro Virtual no Castelo | **2** (QCA III). *“Esta intervenção contempla a instalação de um miradouro virtual que constitui um fator de diferenciação relativamente a outros espaços turísticos pelo seu carácter inovador e atrativo. Possui um sistema interativo de visualização e exploração da informação relativa à Aldeia de Linhares, privilegiando a interação do visitante com o espaço.”*

Por fim, as grandes intervenções infraestruturais destacaram-se pela Rectificação EM555-3 Troço Carrapichana-Linhares | **1** (QCA II), pela pavimentação de arruamentos | **6** (QCA II), ampliação e remodelação da rede telefónica | **5** (QCA II), e acessos à aldeia | **10** (QCA II).⁸⁴

84. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

- | | |
|--|--|
| 1 - Porta de Santa Maria | 16 - Cruzeiro |
| 2 - Porta do Monte | 17 - Drama |
| 3 - Porta do Anjo da Guarda | 18 - Antiga Tulha |
| 4 - Postigo ou Porta da Traição | 19 - Casa do Leão |
| 5 - Capela de Sta. Bárbara
ou da Curvaceira | 20 - Igreja de S. Pedro |
| 6 - Torre de Menagem | 21 - Solar dos Marquesses de Marialva |
| 7 - Igreja de Santiago | 22 - Fonte de Mergulho |
| 8 - Capela do Senhor dos Passos | 23 - Casas de Balcão |
| 9 - Pelourinho | 24 - Casas com Colunas |
| 10 - Antiga Câmara Municipal | 25 - Capela da Senhora da Guia |
| 11 - Antiga Cadeia e Casa dos Magistrados | 26 - Capela de N ^o Sr ^a dos Remédios |
| 12 - Casa da Judia | |
| 13 - Capela de N ^o Sr ^a de Lourdes | |
| 14 - Cisterna | |
| 15 - Posto de Turismo | |

Fig. 75 - Mapa de Marialva.

Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Marialva.

“Marialva fica a poucos minutos da cidade de Mêda. Esta aldeia, num cenário que revela uma das relíquias vivas da ancestralidade portuguesa, transporta o visitante às raízes mais profundas da história do país.

As ruas, lendas por edifícios resistentes ao tempo, conduzem à cidadela cercada pelas muralhas em cujas ruínas é fácil perder a noção do tempo.

Povoada pelos aravos, povo lusitano, foi posteriormente conquistada pelos romanos, seguidos dos árabes, até à vitória final de D. Fernando, o Magno, em 1603, na sua emblemática conquista das Beiras.

Singular estrutura militar medieval portuguesa, situada na linha de fronteira anterior ao Tratado de Alcanices (1297), manteve a sua fisionomia praticamente intacta.

O castelo dominante, no alto de um íngreme penhasco, e com a configuração oval das muralhas que circundam a vila, é o monumento mais importante do conjunto urbano, tutelando, ainda hoje a paisagem.

Hoje, Marialva apresenta três aglomerados populacionais distintos: a Cidadela, atualmente em ruínas, localizada dentro das muralhas da aldeia, o Arrabalde, que se desenvolveu fora das muralhas, e finalmente a Devesa, no sopé do monte onde se situa a cidadela.

Qualquer uma delas tem um encanto próprio, quer pelas curiosidade arquitetónicas, que pelo que se vive em cada uma delas.”⁸⁵

85. Folheto Turístico da Aldeia Histórica Marialva, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|---|-----|
| Restauro da Igreja de S. Pedro de Marialva | 1. |
| Pavimentação de Arruamentos em Marialva | 2. |
| Recuperação de Fachadas e Coberturas em Marialva | 3. |
| Infraestruturas subterrâneas em Marialva e reposição de Pavimentos | 4. |
| Posto de Acolhimento e Turismo de Marialva | 5. |
| Qualificação e valorização do recinto interior do Castelo de Marialva | 6. |
| Restauro e reabilitação da Igreja de Santiago e Capela do Senhor dos Passos | 7. |
| Infraestruturas subterrâneas em Marialva e reposição de Pavimentos | 8. |
| Pavimentação de Arruamentos em Marialva | 9. |
| Recuperação de Fachadas e Coberturas em Marialva | 10. |
| Pavimentação e melhoramento do Largo do Negrilho | 11. |

Fig. 76 - Mapa das Intervenções em Marialva.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Na aldeia de Marialva era necessário uma reabilitação profunda nas suas infraestruturas. Nesse sentido, grande parte das intervenções foram feitas, não só a nível urbano e patrimonial, mas sobretudo ao nível infraestrutural.

A nível urbano são de destacar as intervenções de Recuperação de fachadas e coberturas no centro histórico de Marialva | **3** e **10** (QCA II e III), a Pavimentação e melhoramento do Largo do Negrilho | **11** (QCA II) e o posto de acolhimento e turismo | **5** (QCA II) onde *“edifício que se propôs, apropriou-se de todas as ruínas existentes, integrando-as na nova construção e conferindo-lhes uma certa função cenográfica.”*

A nível patrimonial podemos verificar o Restauro da igreja de S. Pedro de Marialva | **1** (QCA II), o Restauro e reabilitação da igreja de Santiago e Capela de Senhor dos Passos | **7** (QCA III) e também a Qualificação do recinto interior do Castelo de Marialva | **6** (QCA III). Por fim, relativamente às intervenções infraestruturais, podemos referir a Pavimentação de arruamentos | **2** e **9** (QCA II), a Beneficiação do acesso a Marialva - Troço EN324, e as Infraestruturas subterrâneas | **4** (QCA II). Esta última realizou-se em duas fases: *“A Fase I da intervenção contemplou a realização de rede de esgotos e águas nas zonas onde ainda é inexistente ou deficiente, abertura de valas para colocação de condutas para distribuição de sinal de TV por cabo e telecomunicações, enterramento de infraestruturas eléctricas e instalação de iluminação pública adequada. Ainda de referir que no caso de ter já havido intervenção ao nível dos pavimentos, os mesmos foram repostos após os trabalhos. Quanto à Fase II os trabalhos realizadas consistem na continuação da abertura de valas para colocação de condutas para distribuição de sinal TV por cabo e telecomunicações, enterramento de infraestruturas eléctricas e instalação de iluminação pública adequada.”*⁸⁶

86. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

- | | | |
|---|---|---|
| 1 - Porta do Espírito Santo ou de São Sebastião | 6 - Chafariz da Fonte Nova | 20 - Miradouro do Forno |
| 2 - Capela do Espírito Santo | 7 - Igreja Matriz ou de S. Salvador | 21 - Gruta |
| 3 - Chafariz do Meio | 8 - Solar dos Pinheiros e Chafariz do Meio | 22 - Subida para o Castelo |
| 4 - Casa de Fernando Namora | 9 - Solar Graciosa - Posto de Turismo / Pólo de Gastronomia | 23 - Descida para a Capela de S. Pedro de Vir-a-Corça |
| 5 - Cruzeiro de São Salvador | 10 - Antiga Capela do Socorro | |
| | 11 - Pelourinho | |
| | 12 - Antigo Consultório de Fernando Namora | |
| | 13 - Igreja da Misericórdia | |
| | 14 - Torre do Lucano ou do Relógio | |
| | 15 - Porta de Santo António | |
| | 16 - Capela de Santo António | |
| | 17 - Casa Seiscentista (1628) | |
| | 18 - Banco da Paciência | |
| | 19 - Forno | |

Fig. 77 - Mapa de Monsanto.
 Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Monsanto.

“Alcandorada num cabeço que se impõe ao olhar na maior parte dos horizontes, a aldeia de Monsanto detém um encanto singular, para o que contribuem os dois títulos atribuídos no séc. XX - A Aldeias Mais Portuguesa de Portugal, em 1938, e o de Aldeia Histórica, 1995. Ícone turístico da região, Monsanto é uma experiência peculiar para quem a visita. Muitas são as histórias e lendas, e muito há ainda para escrever a seu respeito. Concederam-lhe foral D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Sancho II e D. Manuel.

A parte mais antiga está no ponto mais alto, onde os Templários construíram uma cerca com uma torre de menagem. A esta estrutura é mais tarde adicionada uma outra, ritmada por torres, com dois recintos desnivelados.

Fora de muros, o povoado primitivos em torno da capela de S. Miguel é defendido por uma cerca baixa. Sobranceira ao aglomerado, hoje em ruínas, ergue-se a torre do Pião.

Do baluarte, ponto de chegada e de partida à aventura, acede-se à aldeia que aqui se instalou, progressivamente, a partir do séc. XV, abandonando a velha povoação ao redor do castelo que coroa a montanha.

Passeie por esta aldeia, também caracterizada pelos seus montes-ilha, um dos geomonumentos do Geopark Naturtejo, sob os auspícios da UNESCO, e através das suas paisagens poderá interpretar a história da Terra.

Monsanto não se esgota. Para lá da rudeza da pedra que nos envolve, há uma vida própria que se deixa observar por olhos atentos.”⁸⁷

⁸⁷. Folheto Turístico da Aldeia Histórica Monsanto, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiahistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|--|----|
| Castelo e Muralha de Monsanto - Conservação Beneficiação, Valorização e Reconstrução | 1. |
| Pavimentação de Ruas em Monsanto | 2. |
| Infraestruturas Eléctricas e TV em Monsanto | 3. |
| Recuperação de Fachadas e Coberturas em Monsanto | 4. |
| Limpeza, Tratamento e Consolidação de Estruturas Urbanas Públicas | 5. |

Fig. 78 - Mapa das Intervenções em Monsanto.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

A aldeia de Monsanto necessitava sobretudo de intervenções urbanas e infraestruturais. Nesse sentido, sobre o Quadro Comunitário de Apoio II, a reabilitação urbana da aldeia incidiu sobre intervenções, como a dotação de infraestruturas eléctricas e de televisão | **3** (QCA II), a limpeza, tratamento e consolidação de estruturas urbanas públicas | **5** (QCA II), a pavimentação de ruas | **2** (QCA II), e a recuperação de fachadas e coberturas no centro histórico de Monsanto | **4** (QCA II).

Também foram feitas intervenções a nível patrimonial, como foi o caso do Castelo e Muralha de Monsanto, passado pela sua conservação, beneficiação, valorização e reconstrução | **1** (QCA II).

“A intervenção que se efectou tinha por objectivo a consolidação e conservação das muralhas, bem como de alguns panos existentes junto à capela de S. Miguel. Foi também prevista a execução de alguma obra de conservação dos paramentos desta Capela, bem como a reconstrução da cobertura, limpeza da vegetação e calcetamento dos terrenos que a envolvem. Também foram alvo de intervenção as ruínas da Ermida localizada na base do monte. Com vista a melhorar as condições de acesso ao Castelo, foi prevista a reparação e consolidação da calçada existente nos caminhos e a execução de novo calcetamento nos troços onde se verificou a sua inexistência.”⁸⁸

88. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Legenda

- 1 – Busto do Cônego Manuel Fernandes Nogueira
- Início de dois caminhos históricos (PR)
- 2 – Igreja Matriz
- 3 – Posto de Turismo/Núcleo Museológico
- 4 – Capela de São Pedro
- 5 – Eira
- 6 – Fonte dos Algares
- 7 – Capela das Almas
- 8 – Vista Panorâmica
- 9 – Levada
- 10 – Praia Fluvial
- 11 – Capela Nossa Senhora do Bom Parto

Fig. 79 - Mapa de Piódão.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Piódão.

“Enquanto percorremos a Serra do Açor, ao mesmo tempo que nos deixamos encantar pelo aspecto majestoso e pureza da paisagem, a curiosidade e a impaciência invadem-nos. Piódão teima em permanecer escondido para, inesperadamente, deslumbrar com a sua arquitetura, que tão bem exemplifica a capacidade que temos para de forma harmoniosa nos adaptarmos aos mais inóspitos e também mais sublimes locais.

Como se de um presépio se tratasse, as casas distribuem-se em redor dos socalcos, nas quais pontuam o azul e o xisto, por entre sinuosas e estreitas ruelas, que em cada canto escondem a história da aldeia do Piódão.

Da perseverança dos habitantes do Piódão e da versatilidade do xisto resultou uma arquitetura única, que concorreu de forma decisiva para que em 1978 a povoação fosse classificada como Imóvel de Interesse Público.

Apesar das características medievais que o Piódão ainda hoje conserva a primeira referência data de 1527, ano do primeiro recenseamento populacional nacional. “Casall do Piódão” é referido como tendo apenas dois moradores.

Uma narrativa que contribuiu para adensar o encanto em torno do Piódão conta que aqui se refugiou Diogo Lopes Pacheco, o único dos assassinos de D. Inês de Castro conseguiu escapar à vingança do rei D. Pedro I.

Os apreciadores do pedestrianismo encontram na Aldeia Histórica de Piódão percursos pedestres que os levam à descoberta do rico património natural e paisagístico envolvente.”⁸⁹

⁸⁹. Folheto Turístico da Aldeia Histórica Piódão, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiashistoricasdeportugal.com

1



9

8

7

6

Legenda.

1. Construção da Pousada de Piódão
2. Recuperação da Aldeia de piódão - Beneficiação de Imóveis
3. Infraestruturas: Rede de Esgotos Domésticos e ETAR
4. Beneficiação da Igreja Paroquial de Piódão
5. Recuperação Aldeia de Piódão - Construção de imóvel para Posto de Turismo
6. Estacionamento e acessos a Piódão
7. Acessos a Piódão - EM508 e EM508-1 com EN344 e Penedos Altos com Arganil-Esulca
8. Beneficiação da Ligação Piódão - Agroal - Sobral Gordo
9. Beneficiação da Ligação Piódão - Benfeita - Portelinha

Fig. 80 - Mapa das Intervenções em Piódão.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Dadas as suas características geográficas, a sua implementação topográfica e a utilização de recursos naturais da zona onde se insere, a aldeia de Piódão, ainda que divergente da imagem geral da rede de Aldeias Históricas, foi escolhida pela seu caráter vernacular, mas sobretudo pela necessidade de intervenção infraestrutural dado o forte interesse turístico e patrimonial.

Neste sentido, ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio II e III, foram realizadas intervenções como a Beneficiação da ligação a Piódão através de Benfeita, Portelinha | **9** (QCA II), Agroal e Sobral Gordo | **8** (QCA II), a requalificação dos acessos através da EM508, EM508-1 com EN344 e Penedos Altos com e Arganil - Esculca | **7** (QCA II), e um grande estacionamento juntamente com novos acessos à aldeia de Piódão | **6** (QCA III). Também se implementou uma rede de esgotos domésticos e ETAR | **3** (QCA II).

A nível urbano, foram realizadas diversas requalificações de imóveis juntamente com a construção de um imóvel para Posto de Turismo | **4** (QCA II). *“A intervenção em causa diz respeito à construção de um imóvel inicialmente para funcionar apenas como Posto de Turismo (Fase II), tendo sido posteriormente aumentado o seu programa para albergar ainda um Centro de Artesanato (Fase III).”*

Também se realizou a construção de uma Pousada | **1** (QCA II), cujo *“objectivo principal foi o de criar uma Unidade Hoteleira que fosse polivalente em termos de dimensão dos quartos e apoiada em estruturas que a tornassem capaz de atrair população ao Piódão e ao mesmo tempo criar ocupações de lazer para os seus clientes.”*

A nível patrimonial apenas foi intervencionada a Igreja Paroquial de Piódão.⁹⁰

90. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.

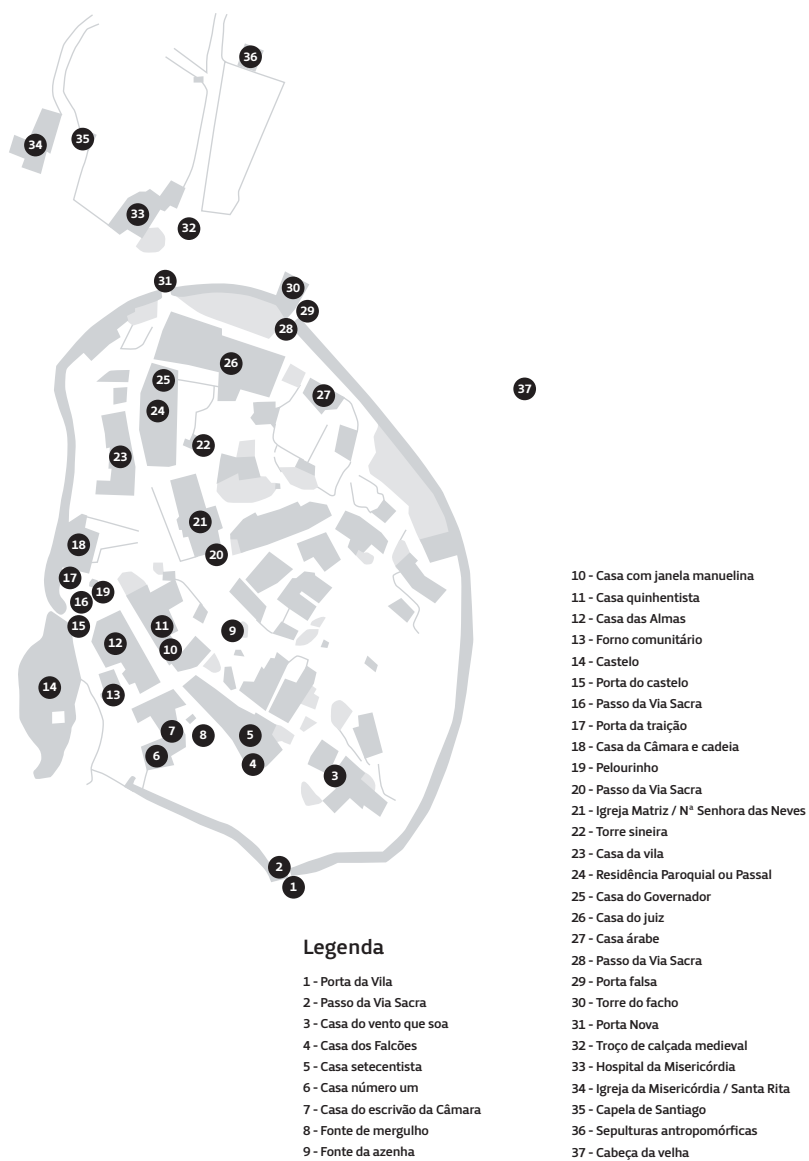


Fig. 81 - Mapa de Sortelha.
 Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Sortelha.

“Sortelha é uma das mais belas e antigas vilas portuguesas, tendo mantido a sua fisionomia urbana e arquitetónica inalterada até aos nossos dias, sendo considerada uma das mais bem conservadas. A visita pelas ruas e vielas do aglomerado, enclausuradas por um anel defensivo e vigiadas por um sobranceiro castelo do séc. XIII, possibilita ao forasteiro recuar aos séculos passados, por entre as sepulturas medievais, junto ao pelourinho manuelino ou defronte igreja renascentista.

A fortificação, mandado erigir por D. Sancho I, é um típico castelo roqueiro assente sobre um imponente rochedo, com uma torre de menagem isolada. Sortelha recebeu foral apenas com D. Sancho II, em 1228, e foi sede de um vasto termo concelhio até 1855. Obteve maior protagonismo nos reinados de D. Dinis e D. Manuel quem, em 1510, lhe dá novo foral, para estimular o repovoamento.

Saindo do núcleo amuralhado pela Porta Nova, existe um conjunto edificado implantado numa área generosamente aberta sobre uma deslumbrante paisagem. É formado pelo antigo Hospital da Misericórdia, as ruínas da Igreja da Misericórdia/Santa Rita (ou de São João, segundo as Memórias paroquiais) e a Capela de Santiago.

A mancha construída revela laboriosa adaptação à extrema irregularidade topográfica, apresentando o conjunto uma disposição em anfiteatro. A malha urbana, pouco densa e composta por quarteirões muito irregulares, estrutura-se a partir de um eixo principal, de ligação entre as portas da Vila, composto pela Rua da Fonte e Rua Direita.”⁹¹

91. Folheto Turístico da Aldeia Histórica Sortelha, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiahistoricasdeportugal.com



Legenda.

- | | |
|---|-----|
| Igreja de Santa Rita - Consolidação e Conservação da Ruína | 1. |
| Requalificação do Caminho do Covelo, envolvente da Porta Nova e Igreja de Santa Rita | 2. |
| Recuperação de Edifícios Públicos - Posto de Turismo e Associação de Desenvolvimento | 3. |
| Consolidação, Beneficiação e Valorização da Igreja Matriz de Sortelha - Nossa Senhora das Neves | 4. |
| Recuperação de Fachadas e Telhados + Recuperação do Muro da Igreja | 5. |
| Infraestruturas do Centro Histórico de Sortelha | 6. |
| Infraestruturas Públicas - Emissário e Fossa Sética | 7. |
| Repavimentação e arranjos de Largos e Ruas em Sortelha | 8. |
| Conservação, Consolidação e Iluminação do Castelo de Sortelha | 9. |
| Beneficiação e Rectificação da EM542 - Sabugal - Sortelha | 10. |

Fig. 82 - Mapa das Intervenções em Sortelha.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Ao abrigo dos dois Quadros Comunitários de Apoio, foram realizadas intervenções a nível urbano, patrimonial e infraestrutural na aldeia de Sortelha.

Relativamente às intervenções urbanas, referem-se a recuperação de um edifício do século XVII para Posto de Turismo e sede da Associação de Desenvolvimento Local | **3** (QCA II) e a Recuperação de fachadas e telhados juntamente com a Recuperação do muro da igreja | **5** (QCA II).

Em relação às intervenções no património, podemos observar a Valorização da Igreja Matriz Nossa Senhora das Neves | **4** (QCA III), uma vez que a igreja se encontrava descaracterizada por intervenções que não permitiam a leitura do seu traço arquitetónico original, a Requalificação da Porta Nova e Conservação da ruína da igreja de Santa Rita | **1** e **2** (QCA II e III) e também a Conservação, Consolidação e Iluminação do Castelo de Sortelha | **9** (QCA III).

Por fim, a nível infraestrutural foram realizadas a Repavimentação e arranjos de Largos e Ruas no centro Histórico | **8** (QCA II) e a implantação de Fossa Séptica | **7** (QCA II).⁹²

92. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Fig. 83 - Mapa de Trancoso.
 Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Trancoso.

“Visitar Trancoso é reviver a História de Portugal. A quietude agora sentida no seu castelo milenar contrasta com os sobressaltos e termos vividos pelas gentes de outrora. Foi terra de fronteira, palco de diversas lutas e batalhas marcantes para a formação e independência do reino.

Acarinhada por reis, recebeu importantes privilégios. D. Afonso Henriques concede-lhe a carta de Foral e D. Afonso III a carta de Feira. D. Dinis manda construir as muralhas que ainda hoje protegem um burgo onde conviveram cristãos e judeus. Ao longo de toda a Idade Média, foi um lugar estratégico-militar extremamente importante, instalado numa região de fronteira instável, onde ocorreram vários conflitos e batalhas, primeiro entre cristãos e muçulmanos e, mais tarde, entre Portugal e os reinos vizinhos.

A cintura de muralhas que ainda rodeia a antiga vila medieval, bem como o vasto património arquitetónico civil e religioso, conferem ao centro histórico uma imagem única. Mantêm-se vivas também, agora com traços de modernidade, as antigas tradições comerciais, como o famoso mercado semanal, a secular feira de S. Bartolomeu, a feira anual de Sta. Luzia, a jovem feira do Fumeiro.

As marcas da presença da comunidade judaica, a doçaria conventual como as sardinhas doces, a recriação do casamento real na Festa Histórica, a vasta paisagem natural que prende os sentidos e surpreende pela imensidão do horizonte, a recepção calorosa das gentes, e o frio majestoso do sincelo causam emoções e sensações que só sentirá vindo.”⁹³

93. Folheto Turístico da Aldeia Histórica Trancoso, Aldeias Históricas de Portugal, 2019. www.aldeiahistoricasdeportugal.com



Legenda.

- Reabilitação e Valorização do Castelo e Instalação de Miradouro Virtual 1.
- Arruamentos do Centro Histórico de Trancoso 2.
- Requalificação do Largo Padre Francisco Ferreira 3.

Fig. 84 - Mapa das Intervenções em Trancoso.

Fonte: Pedro Navega Ferreira, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal

Integrada mais tarde no Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, à semelhança de Belmonte, a aldeia de Trancoso foi alvo de poucas intervenções, no entanto não menos pertinentes e fundamentais para a revitalização urbana, social e patrimonial deste território.

Ao abrigo do Quadro Comunitário III, foram feitas três intervenções: a Reabilitação e Valorização do Castelo juntamente com a Instalação de um Miradouro Virtual | **1** (QCA III), a Requalificação do Largo Padre Francisco Ferreira | **3** (QCA III) e a Requalificação de Arruamentos no centro histórico de Trancoso | **2** (QCA III).

Sobre a Reabilitação do Castelo “a intervenção visa requalificar e dinamizar o espaço do Castelo de Trancoso (cerca de 960 d.C.) classificado Monumento Nacional, designadamente a criação de acessibilidades, de espaços com carácter multifuncional e de infraestruturas de apoio e atendimento a visitantes e funcionários. Pretendeu-se que fossem construídos, nos cerca de 3633m² que definem a área total do castelo, oito corpos arquitectónicos que se integrassem perfeitamente no espaço existente e que o qualificassem, atribuindo-lhe um carácter de equipamento urbano usável e flexível, suporte funcional de múltiplos eventos e elemento de mais-valia no âmbito da dinamização social, cultural e territorial de Trancoso. (...) Foi ainda prevista a instalação de um miradouro virtual.”⁹⁴

94. Ferreira, Pedro Navega, op. cit., pp. 73 - 81.



Fig. 85 - Castelo de Sortelha, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

Uma nova vida, um novo Futuro, foi o resultado deste programa revitalizador de um território específico que é a Beira Interior. Um território que não foi escolhido ao acaso para receber esta empolgante experiência piloto. Repleto de história, de património, de cultura, de pessoas, as medidas implementadas procuraram reerguer a vitalidade económica e social da região, garantindo a prosperidade da sua população.

Muitas foram as intervenções sobre o património destas Aldeias, muitas foram as muralhas reconstruídas, as torres reerguidas, as capelas revitalizadas. No entanto, as Aldeias Históricas de Portugal não é estritamente um programa de promoção turística, tratar-se de trazer de volta a locais esquecidos e marginalizados a sua essência, as suas raízes, a sua cultura, a sua vivência, mas sobretudo a dignidade e as condições de uma vida contemporânea. Intervenções infraestruturais, como o melhoramento dos arruamentos, dotar o espaço público de equipamentos, recuperação de fachadas e coberturas, melhoramento ou até introdução de saneamento ou rede de esgotos, remodelação de redes de comunicação como a internet e telefone, criação de edifícios para atividades comerciais ou culturais, tornam programas como este adequados às necessidades da população local e recriando nas doze aldeias o seu ambiente primário, sem cabos inestéticos, sem construções modernas ou utilização de materiais dissonantes. Estas intervenções garantiram, de um modo geral, o carácter uníssono e homogénio do programa e da identidade original das aldeias.

No entanto, algumas das intervenções feitas, sobretudo a nível patrimonial, tiveram abordagens e metodologias muito diferentes. Por um lado optou-se pela consolidação de ruína ou reabilitação/revitalização do espaço/edificado para acolher as suas funções originais, como é o caso da Igreja de Santa Maria do Castelo em Castelo Mendo e o Lagar de Varas em Idanha-a-Velha. Por outro optou-se pela reabilitação patrimonial para acolher funções diferentes das originais, como é o caso da Casa Brandão de Melo em Linhares da Beira, onde se estabeleceu uma Pousada. Esta polaridade deve-se à quantidade de intervenientes, desde as entidades reguladoras que são a DGEMN, o IPPAR e a CCDRC, aos Gabinetes de Arquitetura e Serviços Técnicos Municipais.



Fig. 86 - Castelo Rodrigo, Portugal.
Fonte: aldeiahistoricasdeportugal.com.

O Programa das Aldeias Históricas de Portugal marca o despertar para uma nova fase da realidade esquecida do Interior de Portugal. Uma realidade que se começa agora a distanciar do despovoamento, da perda identitária, patrimonial e de vitalidade do seu território e das suas raízes rurais. Refletir sobre as problemáticas que condicionam o desenvolvimento e contribuem para o declínio do nosso património, da nossa história e das nossas raízes, como é o caso do despovoamento do interior, a globalização e o turismo em massa, transparecem da vontade desta iniciativa. Uma vontade de continuar a contrariar o rumo que leva o Interior, através da revitalização territorial, concebendo uma estratégia vocacionada para uma reabilitação adequada à realidade frágil destes territórios, preservando a sua identidade ao mesmo tempo que se desenvolvem social e economicamente.

Tornou-se imperativo devolver às Aldeias de Portugal o dinamismo e vivência que outrora as caracterizou. Numa altura em que a museificação das Aldeias está na moda, torna-se pertinente perceber realmente qual o papel da reabilitação urbana e patrimonial de forma a não perder identidade e comprometer o desenvolvimento natural que as Aldeias devem ter, sem se isolarem completamente da sua envolvente e os habitantes serem obrigados a apenas viver nelas.

O estudo aprofundado dos principais impulsionadores do despovoamento territorial nacional e das primeiras iniciativas de mudança dessa realidade, analisados no primeiro capítulo, juntamente com o contato com esta estratégia nacional de desenvolvimento rural, contribuíram para uma melhor idealização e concretização do objetivo da presente dissertação: *a proposta de expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*, um programa que mudou o rumo desta outra margem portuguesa que durante décadas foi esquecida pelo seu próprio povo.

Parte II.

Os Castelos e as Fortalezas de Portugal.

Arquitetura Popular em Portugal.

As 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias.

Dentro do contexto internacional de salvaguarda patrimonial e de recuperação da vitalidade de territórios fragilizados do final do século XX, surge, em 1990, o programa das “Aldeias Históricas de Portugal”. Um programa que, combinando as dimensões social, económica e turística, tem como objetivo a revitalização de territórios ameaçados de descaraterização material e imaterial do interior do país.

Apesar de estar prevista, desde a sua criação, a implementação desta iniciativa nas regiões Norte, Centro e Alentejo, o programa de atuações manteve-se centralizado até à atualidade na Beira Interior sem perspectivas de se vir a expandir, de acordo com a intenção de fortalecer e criar uma imagem concisa daquilo que é o conceito de Aldeia Histórica junto da população, de forma a garantir a sua continuidade. .

Reconhecendo o valor do trabalho desenvolvido no âmbito da recuperação das Aldeias Históricas, conjugado com a vontade de alargar o alcance desta estratégia de desenvolvimento rural a uma realidade geográfica mais abrangente, torna-se pertinente a proposta da sua expansão, ao encontro das premissas iniciais daquele programa. É esse o objetivo desta dissertação, tendo como ponto de partida para a reflexão que se propõe três importantes levantamentos: a rede de Castelos e Fortalezas de Portugal, o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, cristalizado no livro *Arquitetura Popular em Portugal*, publicado em 1961, e o concurso “As 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”, lançado em 2016.

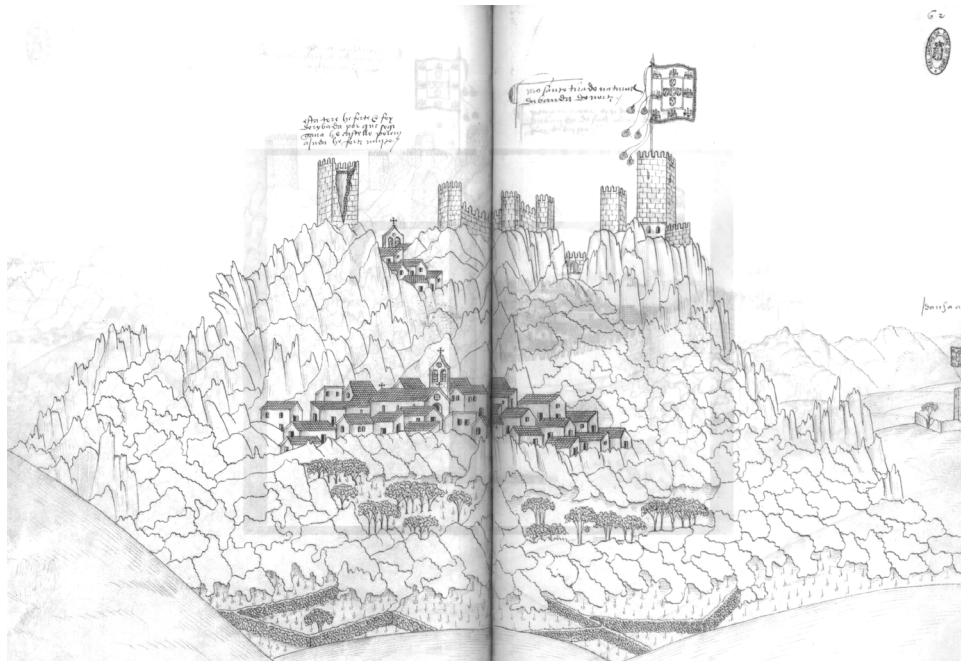


Fig. 87 - Castelo de Monsanto por Duarte de Armas.
 Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

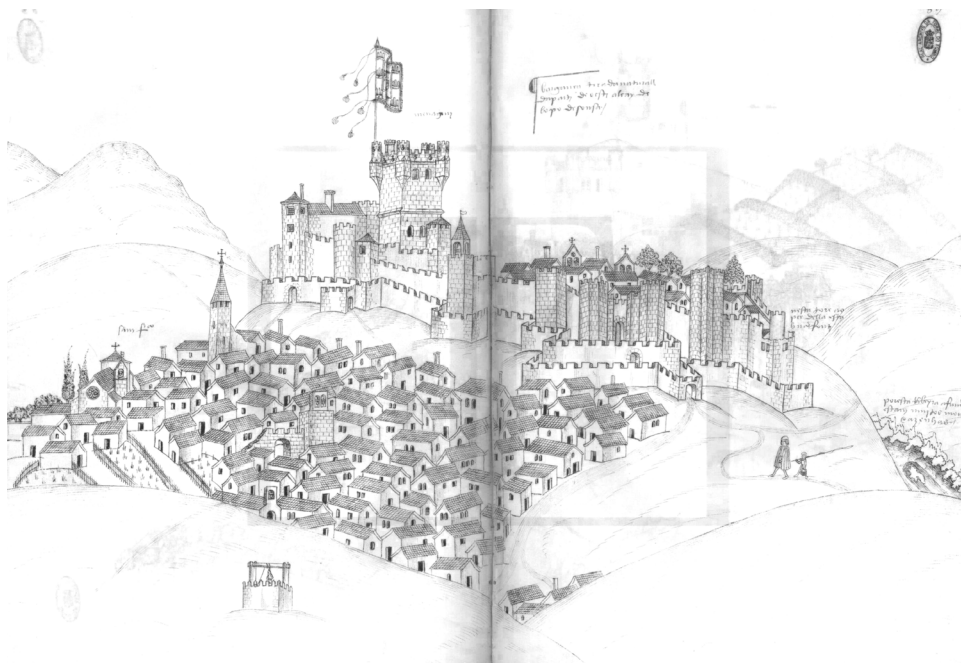


Fig. 88 - Castelo de Bragança por Duarte de Armas.
 Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Os Castelos e as Fortalezas de Portugal.

O Interior Raiano de Portugal caracteriza-se pela preservação natural do património consequente de séculos de história de defesa territorial e de presença de diversas culturas. Esta fronteira, fortificada por diversos reinados, resulta, não só de um enorme investimento na defesa do território, mas também na presença ancestral de diversos povos e das suas conquistas. É inegável o impacto que os castelos têm a caracterização identitária de determinado território. Muitos são os centros urbanos que se definiram pelas estruturas amuralhadas com ameias a caracterizar o seu parapeito, pelas torres de menagem que evocam o poder de uma outra época ou até mesmo pelas bases abaluartadas que resistiram à passagem do tempo. *“Pode concluir-se que os Castelos em Portugal, contribuem decisivamente, de par com outros motivos, para a continuidade e sobrevivência de um certo passado comum, que se vislumbra numa determinada representação física, o perfil arquitetónico, e sobretudo no simbolismo que os seus retratos sempre evocam.”*⁹⁵

Estes marcos intemporais, na sua definição primária, eram caracterizados pela sua função bélica, de defesa e conquista. Por volta de 1509, período marcado pelas reformas de D. Manuel I, é incumbido ao escudeiro da Casa Real Duarte de Armas, percorrer toda a fronteira portuguesa com o Reino de Castela de modo a fazer um levantamento do estado de conservação das fortificações no linde do território português. Esta vistoria resultou no Livro das Fortalezas, caracterizado pelas ilustrações, juntamente com as plantas de 56 castelos visitados ao longo de um ano.

95. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos - Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo : da definição de um projecto à memorização de um legado. Coimbra : [s.n.], 2016. p. 20.

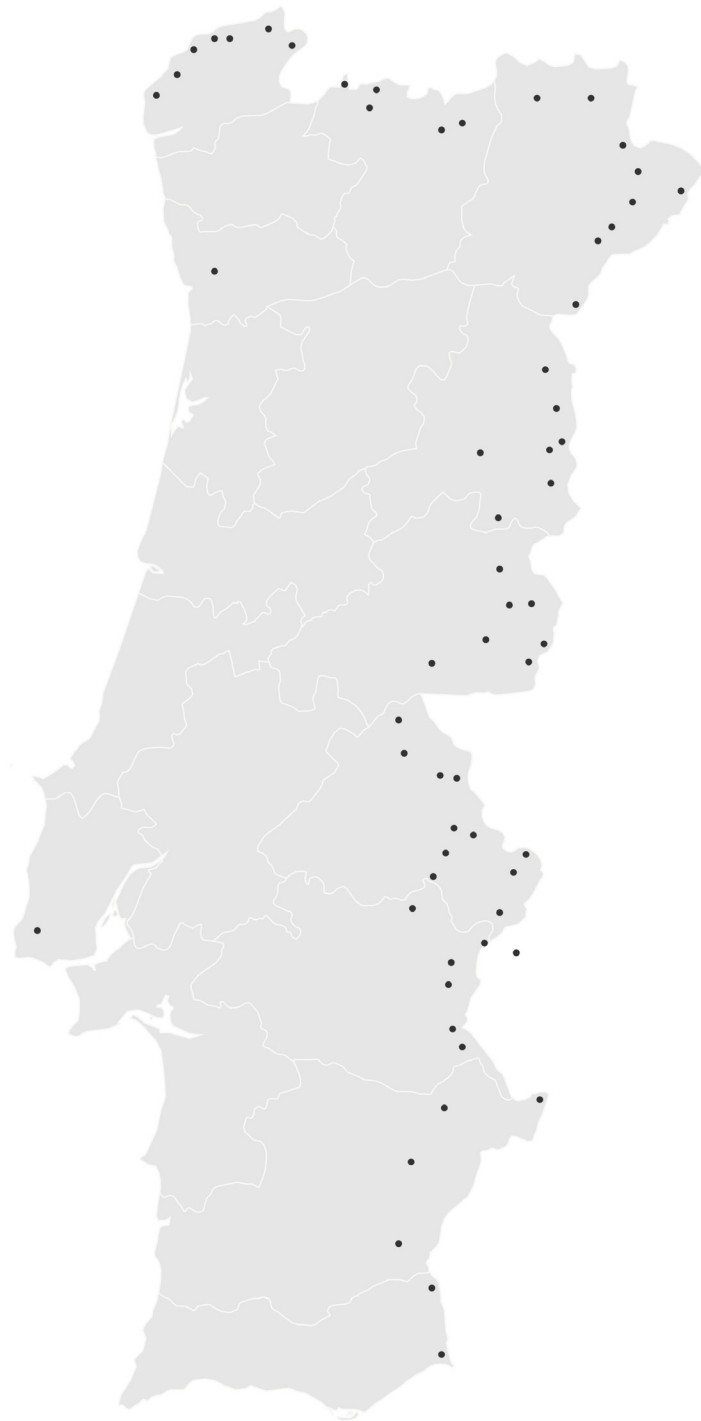


Fig. 89 - Castelos do Livro das Fortalezas, levantamento de Duarte de Armas.

Começamos por assinalar todos os castelos presentes neste levantamento quinhentista, dada a sua forte ligação, não só com formação de Portugal, mas também à formação urbanística do Interior Raiano português, que ainda hoje caracteriza este território, dotando-o de uma presença patrimonial que devemos conservar e salvaguardar com o objectivo de manter o seu traço identitário. Através da listagem dos castelos do Livro das Fortalezas, conseguimos perceber algumas correspondências com o programa das Aldeias Históricas de Portugal, como é o caso do Castelo de Almeida, do Castelo de Mendo, do Castelo de Castelo Rodrigo, e do Castelo de Monsanto.

Ainda que este levantamento tenha sido o último registo da pureza do castelo medieval português, é necessário fazer algumas considerações relativamente à evolução destas estruturas, de modo a conseguirmos elaborar uma seleção mais adequada para com o os princípios programáticos das “Aldeias Históricas de Portugal”.

A partir do final da época medieval, a definição de castelo como infraestrutura exclusivamente militar foi desaparecendo, adaptando-se às diversas reformas que aconteceram durante séculos e que alteraram por completo a sua traça primária. A sua permanência/resistência sobre o tempo revela-se ambivalente. Por um lado encontramos exemplares de consolidação de ruína e, intrinsecamente, do seu valor histórico através do surgimento de uma consciência de preservação, conservação e reabilitação patrimonial. Por outro lado, encontramos exemplares feitos de intervenções e reformulações que tornam o perfil arquitetónico destas estruturas num cenário homogéneo e universal através de uma imagem concebida essencialmente por muralhas, torres e ameias. Mas será este cenário homogéneo a personificação de um traçado real do passado ou a implementação de uma ideologia e de um imaginário patriótico e nacionalista?



Fig. 90 - Castelo de S. Jorge antes das Intervenções de Restauro da DGEMN.
Fonte: SIPA.



Fig. 91 - Castelo de S. Jorge depois das Intervenções de Restauro da DGEMN.
Fonte: SIPA.

Ainda que sobre diversas camadas histórico-temporais, os Castelos sempre foram elementos de referência, organização e estruturação territorial, tanto numa escala mais local, através da criação de novos povoamentos, como numa escala mais global, na criação de uma raia defensiva e delimitadora dos limites fronteiriços do território português. Perceber os diversos momentos que contribuíram para a evolução do traçado arquitetónico dos Castelos irá, não só, contribuir para uma aproximação à realidade destas estruturas que ainda hoje marcam a paisagem rural portuguesa, como também para uma pré-seleção de territórios a serem considerados na proposta de expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal.

“Num primeiro instante, a leitura do perfil arquitectónico está directamente relacionada com a capacidade com que tais estruturas militares se foram adaptando às diferentes condições da guerra e consequentes estratégias de defesa, bem como à consolidação e povoamento do território. Num segundo momento, e a partir do século XVI, na sua grande maioria, os castelos medievais portugueses, perante o uso crescente da artilharia, tornam-se inconciliáveis com as novas peculiaridades de fazer a guerra, perdendo gradualmente importância estratégica e, por conseguinte, funcionalidade. Como consequência, a sua posição destacada deixa de estar associada a uma representação de poder para descobrir na ruína, em muitos casos, um fim anunciado, ou seja, para passar a um esquecimento colectivo, traduzindo-se em pano de fundo do quotidiano urbano ou rural.”⁹⁶

96. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016. p. 27.



Fig. 92 - Ruínas do Palácio Cristóvão de Moura, Castelo Rodrigo, Portugal.
Fonte: SIPA.



Fig. 93 - Ruínas do Castelo e Muralhas de Monsanto.
Fonte: SIPA.

No século XVI, a rede de castelos de Portugal era constituída por 182 estruturas. Através da investigação e mapeamento realizado no livro *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, conseguimos ter uma visão real da rede infraestrutural que durante séculos definiu, defendeu e formou o nosso território. Distribuída pelas onze províncias portuguesas, esta rede engloba os seguintes castelos:

Alto Alentejo (36) – Juromenha, Alandroal, Terena, Arraiolos, Borba, Évora- Monte, Estremoz, Veiros, Valongo, Évora, Lavar, Montemor-o-Novo, Mourão, Olivença, Portel, Redondo, Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Ouguela, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Belver, Marvão, Assumar, Monforte, Alpalhão, Amieira, Nisa, Alegrete e Portalegre;

Trás-os-Montes e Alto Douro (29) – Alfândega da Fé, Gouveia, Outeiro de Miranda, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Vilarinho da Castanheira, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Penas Róias, Mós, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Algosó, Vimioso, Vinhais, Castelo Melhor, Numão, Monforte de Rio Livre, Chaves, Santo Estêvão, Vilarelho da Raia, Montalegre, Portelo, Piconha, Aguiar de Pena, Vila Real e Lamego;

Trás-os-Montes e Alto Douro (29) – Alfândega da Fé, Gouveia, Outeiro de Miranda, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Vilarinho da Castanheira, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Penas Róias, Mós, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Algosó, Vimioso, Vinhais, Castelo Melhor, Numão, Monforte de Rio Livre, Chaves, Santo Estêvão, Vilarelho da Raia, Montalegre, Portelo, Piconha, Aguiar de Pena, Vila Real e Lamego;

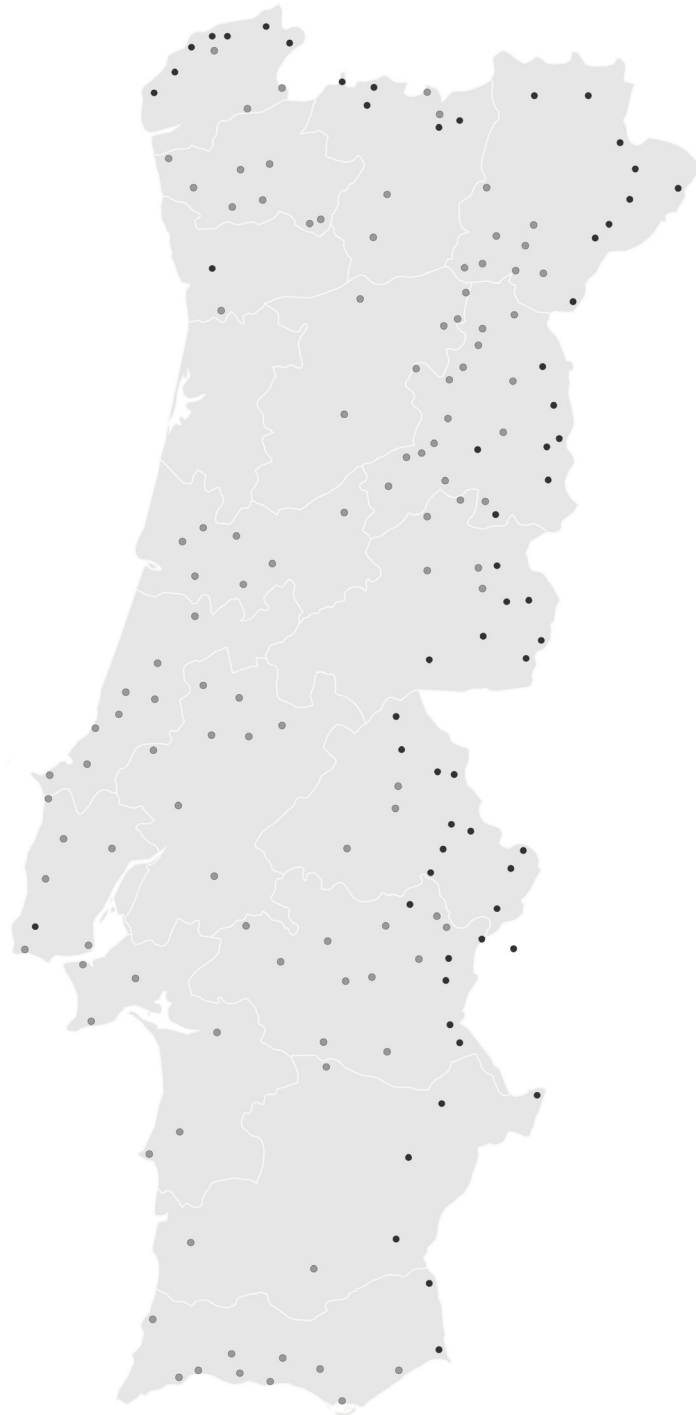


Fig. 94 - Rede Castelos e Fortalezas de Portugal (1350-1450)

Minho (18) – Faria, Braga, Arnóia, Celorico de Basto, Guimarães, Lanhoso, Vermoim, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Lapela, Monção, Lindoso, Nóbrega, Fraião, Valença, Neiva e Vila Nova de Cerveira;

Estremadura (16) – Alcobaça, Alfeizerão, Alpedriz, Óbidos, Atouguia da Baleia, Porto de Mós, Alenquer, Cascais, S. Jorge, Lourinhã, Mafra, Mouros, Torres Vedras, Almada, Palmela e Sesimbra;

Beira Baixa (15) – Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Castelo Novo, Idanha--a-Nova, Idanha-a-Velha, Monsanto, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, Segura, Bemposta, Penamacor e Ródão;

Algarve (13) – Albufeira, Paderne, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Porches, Lagos, Loulé, Alvor, Silves, Tavira e Cacela; Baixo Alentejo (11) – Almodôvar, Alvito, Noudar, Beja, Mértola, Moura, Odemira, Serpa, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines;

Beira Litoral (9) – Coimbra, Lousã, Montemor-o-Velho, Tentúgal, Penela, Soure, Leiria, Pombal e Ourém;

Ribatejo (7) – Abrantes, Coruche, Alcanede, Santarém, Tomar, Torres Novas e Almourol;

Douro Litoral (2) – Feira e Gaia.⁹⁷

Entre os séculos XVI e XVIII os castelos passaram por uma série de reformas e intervenções, ao longo de vários reinados e com especial incidência no Alentejo e Lisboa, como resposta defensiva aos mais diversos conflitos, desde a Guerra da Restauração (1640-1668), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), à Guerra Peninsular (1808-1814).⁹⁸

À semelhança do que se vivia nos restantes países, e também para se alinhar com o contexto internacional, a preservação, recuperação e salvaguarda do património começa a manifestar-se em Portugal. É então no século XIX que a definição de castelo e do seu território ganham uma nova dimensão e que altera por completo a leitura dos seus perfis arquitetónicos.

⁹⁷. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016, pp. 26-27.

⁹⁸. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016, p. 28.

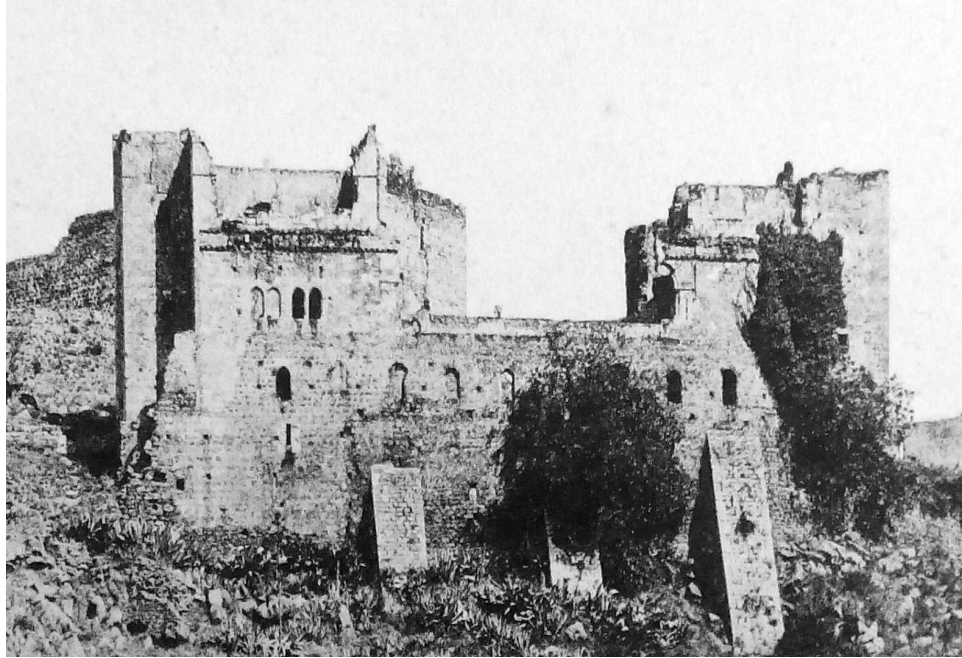


Fig. 95 - Castelo de Leiria, 1907.

Fonte: Revista Arqueologia de la Arquitectura.



Fig. 96 - Castelo de Leiria, 2014.

Fonte: Câmara Municipal de Leiria.

À semelhança do que se vivia nos restantes países, e também para se alinhar com o contexto internacional, a preservação, recuperação e salvaguarda do património começa a manifestar-se em Portugal. É então no século XX que a definição de castelo e do seu território ganham uma nova dimensão e que altera por completo a leitura dos seus perfis arquitetónicos. O papel da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi crucial para materializar a ideologia salazarista para a *“restauração material, moral e nacional”*⁹⁹ através da salvaguarda dos valores da história e da glória que construíram Portugal, restabelecendo a *“pureza”* e o *“traçado primitivo”* do seu património. *“Em resultado desta demanda, os castelos constituíram-se instrumento fácil e directo de celebração dos valores da nacionalidade ambicionados, como documentos vivos, testemunhos da ancestralidade das lutas pela independência e pela consolidação e defesa das linhas de fronteira, cuja intervenção os recuperaria, mais tarde, da degradação profunda em que verdadeiramente se encontravam. Uma vez mais, aos castelos portugueses ficaria reservado um indispensável mas também distinto papel na delicada tarefa de (re)construção do território.”*¹⁰⁰

As marcantes intervenções da DGEMN traduzem-se numa *“vasta e profunda reforma, produzida à escala do território nacional, que recompôs numerosas torres e distintas muralhas recortadas por ameias supostamente no seu estado primitivo.”*¹⁰¹ Intervenções que traduziram tanto a implementação de uma ideologia política patriótica, de glorificação dos feitos históricos portugueses, como também de uma nova imagem que retratasse a pureza que outrora caracterizou a atmosfera quinhentista representada no Livro das Fortalezas com o intuito de renovar o seu significado patrimonial. *“Em síntese, ao quadro das intervenções efectuadas (...) obedeceu o critério de restituir às paisagens rurais e urbanas portuguesas a feição quinhentista esboçada pelo escudeiro de D. Manuel I. Ou seja, o Livro das Fortalezas como “uma ideia perfeita das características da planta e dos alçados dos castelos românicos e góticos de Portugal”: a feição primitiva desejada.”*¹⁰²

99. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016. p. 29.

100. *Ibidem*.

101. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016. p. 30.

102. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016. p. 26.



Fig. 97 - Mapa referencial dos Castelos a Norte de Portugal.

Assim, realidade atual dos castelos portugueses advém da projeção ideológica do Estado Novo, assente no princípio da unidade de estilo e na pureza do seu traçado primitivo traduzindo a glória do patriotismo nacional nas intervenções sobre os castelos de Portugal encarregues à DGEMN. *“(...) Em razão destas vicissitudes, a imagem dos castelos em Portugal nunca poderá ser revista como pertencente a um espaço temporal preciso, nem como consequência de um castelo-puro ou de um castelo-modelo. Pelo contrário, o seu perfil arquitectónico deverá ser compreendido como testemunho da acomodação às variadas acções sobre eles empreendidas, evidenciando concomitantemente a evolução dos meios militares, o papel na defesa estratégica militar régia, o enquadramento da consolidação do território e, ainda, os discursos sobre eles praticados.”*¹⁰³

A compreensão da passagem do tempo e da história sobre este legado histórico contribuiu, não só para a uma melhor compreensão do seu estado atual, como também para uma melhor seleção de castelos a considerar num mapa referencial com o intuito de encontrarmos possíveis territórios à expansão programática das Aldeias Históricas de Portugal.

De acordo com esta perspetiva histórica, a seleção final de castelos para a elaboração do mapa referencial foi realizada de acordo com critérios que consideramos serem pertinentes para a seleção das aldeias a integrar a proposta de expansão do programa das Aldeias Históricas de Portugal. Tais critérios foram o seu estado de conservação ou da sua consolidação de ruína, a sua localização e os seus povoamentos, acabando por não priorizar a zona da beira interior e localidades de intensa urbanidade, o seu perfil arquitetónico e urbano, e também o seu património como marco identitário nacional e local, não só para uma melhor coerência programática, como também diferenciar as diversas regiões onde se inserem.

103. Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, op. cit., 2016. p. 31.



Fig. 98 - Mapa referencial dos Castelos a Sul de Portugal.

A seleção dos castelos a Norte de Portugal recaiu sobre o Castelo de Castro Laboreiro, o Castelo de Lindoso, o Castelo de Monforte de Rio Livre, o Castelo de Bragança, o Castelo de Algosó, o Castelo de Penas Roias, o Castelo de Ansiães e o Castelo de Freixo de Numão. A seleção dos castelos a Sul de Portugal sobre o Castelo de Marvão, o Castelo de Ouguela, o Castelo de Juromenha, o Castelo de Terena, o Castelo de Monsaraz, o Castelo de Mourão, o Castelo de Noudar, o Castelo de Mértola, e o Castelo de Évoramonte.

Este mapeamento das fortalezas e dos castelos de Portugal permitiu-nos uma seleção primária de algumas aldeias a serem consideradas à proposta de expansão do programa. Uma correspondente à localização exata do complexo do castelo ou fortaleza, quando o aglomerado se manteve ou desenvolveu ao longo do seu território, outras em zonas periféricas. Na região Norte, selecionámos cinco aldeias: Freixo de Numão, Provesende, Penas Roias, Montesinho e Vilarinho Seco. Na região Sul também selecionámos outras cinco aldeias: Marvão, Mourão, Juromenha, Terena e Mértola.

Esta seleção primária reduzida deve-se sobretudo a uma disparidade entre o estado atual dos castelos. Por um lado, encontramos castelos bem preservados mas inseridos em aglomerados já muito urbanizados, como é o caso dos castelos de Chaves, Moura, Castelo de Vide, Portel, não compatíveis com os critérios do programa, por outro encontramos ora castelos envolvidos em construções desapropriadas, como é o caso dos castelos de Assumar, ora apenas vestígios da sua materialidade como é o caso dos castelos de Piconha e de Sendim.

Assim, torna-se necessário debruçamo-nos sobre outros levantamentos que contribuíssem para uma melhor seleção de aldeia, como foi o caso do Inquérito à *Arquitetura Popular em Portugal* e o Concurso das *7 Maravilhas de Portugal - Aldeias*.



Fig. 99 - Largo de S. Tiago, Guimarães, Portugal.
Fonte: Arquitectura Popular em Portugal.

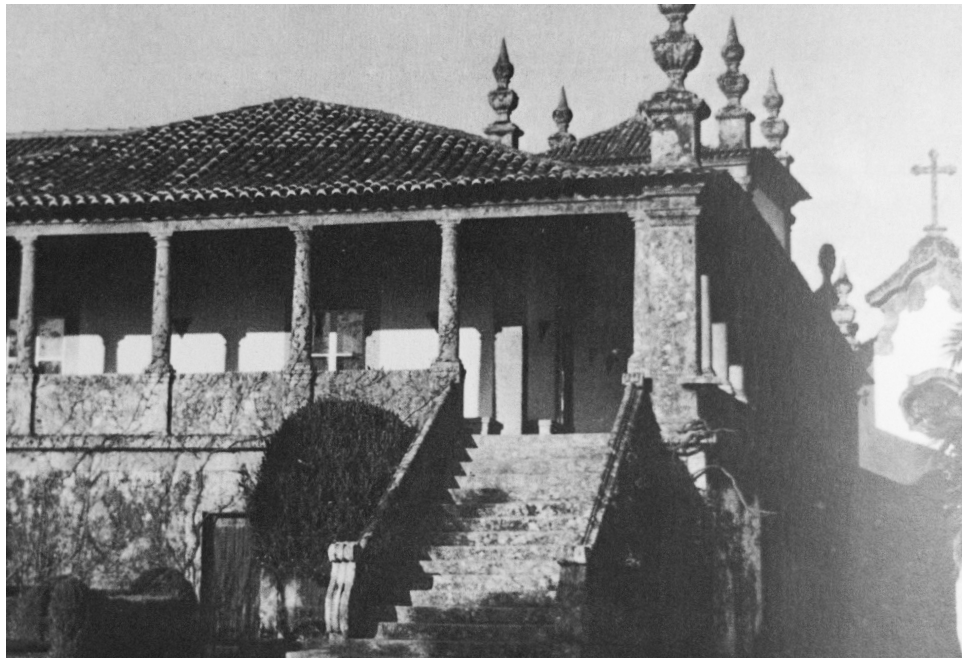


Fig. 100 - Solar do Pomarchão, Arcozelo, Ponte de Lima, Portugal.
Fonte: Arquitectura Popular em Portugal.

Arquitetura Popular em Portugal.

Inevitavelmente decidimos debruçarmo-nos sobre o último registo do que foi outrora o Portugal Rural, o *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. Através deste levantamento, pretendemos caracterizar, perceber e interpretar as regiões que estavam inicialmente pensadas para receberem a expansão do programa, correspondendo ao Interior Raiano de Portugal a Norte e a Sul.

No rescaldo da II Guerra Mundial, o Inquérito enquadra-se num período de contestação ao regime do Estado Novo e à imposição de modelos na produção artística nacional. Regime que incutiu a folclorização e o mito da “Casa Portuguesa” como o referente na caracterização do país, em particular o país Interior, construindo, assim, a imagem conservadora, humilde, e tradicional que se prestava ao ideário nacionalista de um certo “bom gosto”. Em reação, e na sequência do I Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, uma nova geração de arquitetos modernos encontra a motivação para comprovar que era possível desenhar modernidade sob a traça identitária rural numa iniciativa que compilou alguns dos mais representativos exemplares da arquitetura tradicional portuguesa, como também registou os últimos resquícios dos costumes, das atividades, da cultura, do património, da vida de um Portugal esquecido e feito por arquitetos sem nome. Através desta recolha ilustrada, começamos a desenhar o perfil identitário daquelas que serão as zonas propostas para a expansão do Programa das Aldeias Históricas de Portugal.

O Norte de Portugal é retratado num primeiro volume, dividido em duas zonas e entregue a seis arquitetos. A zona um, sob a responsabilidade de Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres, corresponde ao Norte Litoral - a região compreendida entre o Vouga, o Douro e o Minho. Uma “*zona rica em construções, que vão desde o espigueiro simples de Lindoso ao solar senhorial da Ribeira Lima, como da nora de Válega à casa urbana do Porto*”¹⁰⁴ e que se caracteriza pela sua enorme e diversificada urbanização, sendo complicada a distinção e categorização pragmática das diversas regiões que a compreendem.

104. *Arquitectura Popular em Portugal*. 1.º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. p. 11.



Fig. 101 - Montes, "O lugar"
Fonte: Arquitectura Popular em Portugal.

No entanto, através de uma profunda leitura da geografia, hidrografia, geologia, distribuição da população, tipos de culturas agrícolas, entre outros, focada no Norte Litoral Raiano, conseguiu-se uma melhor compreensão desta zona tão polarizada e rica em diferenças.

O perfil desta zona desenvolve-se ao longo de diferentes faixas de relevo paralelas ao mar, “(...) *a da costa, ligeiramente recortada pela foz dos rios; a do interior formada pela sucessão intrincada de vales, colinas e montes que preparam a transição para a terceira faixa, constituída pelas formações rochosas das montanhas situadas mais a Leste.*”¹⁰⁵

Estas formações rochosas, correspondentes a serras como a de Peneda, Soajo, Gerês, Cabreira, Marão, permitiram uma rede hídrica bastante vincada e que acaba por, não só definir o tipo de subsistência desta zona que é maioritariamente feita da produção de milho, centeio e gado grosso, como também o tipo de aglomerados urbanos que se foram desenvolvendo. Uma vez que a matéria prima desta região é principalmente o xisto, o granito e algumas variações, os núcleos urbanos não se distinguem pelo seu tipo de construção, materialidade, ou edificado, mas sim de acordo com a sua localização, acabando por resultar em diversos tipos de povoamentos dadas as vincadas características topográficas: *povoamentos do litoral, povoamentos concentrados, povoamentos de montanhas e povoamentos disseminados.*¹⁰⁶ Dentro destes povoamentos, muitos são os registos arquitetónicos conseguidos ao longo deste trabalho de campo. Desde os solares dos modestos fidalgos, onde a humildade da lavoura não compadecia com a exibição das suas posses, à casa seiscentista dos povoamentos mais modernizados, onde nas sacadas exteriores procuravam o espaço que lhes faltava no interior.

¹⁰⁵. Arquitectura Popular em Portugal. 1º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. p. 14.

¹⁰⁶. Arquitectura Popular em Portugal. op. cit. 1988. pp. 33-47.

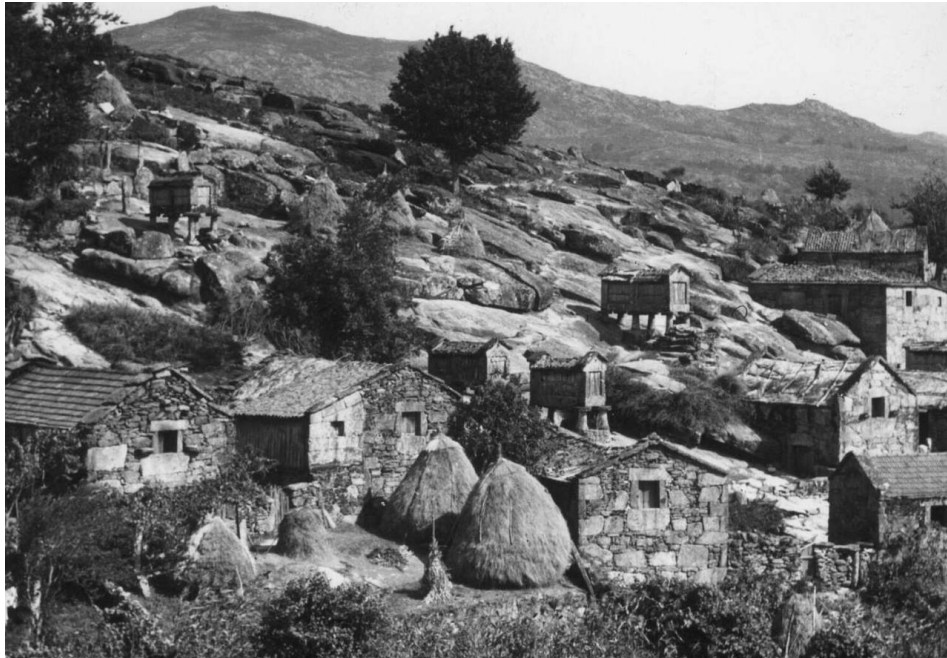


Fig. 102 - Trás-os-Montes nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 103 - Trás-os-Montes nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Contudo, a essência arquitetónica destes povoamentos passa sobretudo pela sua ligação direta com o trabalho rural, dotando o território de extraordinários exemplares de uma arquitetura modesta, utilitária e transparente para com a sua cultura, os seus costumes e as suas tradições. São exemplares como as *casas de lavoura*, as *casas-sequeiro*, os *espigueiros de madeira e de pedra*, os *sequeiros*, as *noras cobertas*, os *mercados* e as *capelas de peregrinação*, que marcam a traça identitária desta região.¹⁰⁷

Hoje tornaram-se símbolos de um tempo que se tem vindo a perder e a esquecer. Nesse sentido, reconhecemos estes exemplares da arquitetura vernacular como marca identitária desta zona do inquérito.

A zona dois, entregue aos arquitetos Octávio L. Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias, teve um processo de interpretação diferente. Correspondendo à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, esta zona é imbuída de uma individualidade própria à qual não era possível desenhar uma evolução identitária genérica. Ainda que exista um traçado vincado e semelhante em diversas regiões, outras dispunham de uma estranheza peculiar oriunda de pontuais acontecimentos, ora religiosos, ora económicos, ora políticos, prevalecendo a necessidade de os perceber e interpretar para que no final se conseguisse atribuir um tom geral à arquitetura desta zona. O perfil desta região acaba por ser a continuação do Norte Litoral da zona um. *“Marcada fortemente pelas serranias do Barroso e do Marão, a poente (limites do Noroeste português) e, no interior, pelas de Padrela, da Nogueira e de Bornes, e pelos vales do Tâmega, do Douro, do Tua e do Sabor, a região é geologicamente dominada pelos xistos, salpicados de pequenas ilhas de afloração granítica, que aumenta no sentido Este-Oeste, para se tornar a dominante geológica do Minho.”*¹⁰⁸

107. *Arquitetura Popular em Portugal*. 1º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. pp. 118-119.

108. *Arquitetura Popular em Portugal*. op. cit. 1988. p. 124.



Fig. 104 - Trás-os-Montes nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Distanciando-se, pelo seu clima rigoroso e díspar, esta zona acaba por se subdividir em Terra Fria, correspondendo ao Norte e Nordeste feito das elevadas altitudes planálticas, e Terra Quente, correspondendo às correntes térmicas do interior, guiadas pelas bacias do Douro e do Tua. Ainda que estas duas categorias apresentem condições meteorológicas diferentes, o genérico climático prevalece rigoroso. Nesse sentido, o tipo de culturas desta região baseiam-se na *policultura de regadio, na cultura arbustiva e arbórea, na cultura de sequeiro, na cultura de montanha e gado grosso*.¹⁰⁹

Dada a sua realidade geográfica, a ocupação territorial nesta zona tornou-se igualmente vincada, acabando por se caracterizar por povoamentos concentrados ou fechados e por povoamentos dispersos. Esta generalização de ocupação territorial deve-se também às rotas económicas, alocando-se dispersamente ao longo de vias principais. Quer seja no vale do Douro com os seus aglomerados de casinhas ou de quintas vinhateiras sob socalcos verdejantes, quer seja nos planaltos montanhosos feitos dos brilhos das lousas dos telhados das casas encostadas sobre os montes, os registos arquitetónicos remontam para a essência da arquitetura vernacular: a pureza da comunhão do homem com a natureza traduzida na construção de marcos de uma vida rural, honesta, e repleta de tradição e costumes ancestrais.

Fechados entre vales e rios, ou dispersos sobre planaltos e montanhas, os povoamentos desta zona caracterizam-se igualmente pela sua ligação às atividades rurais e tradições ancestrais, mas sobretudo pelo seu grau de simplicidade e pureza arquitetónica e dos elementos que distinguem a sua traça identitária humilde e vernacular. São exemplares como as *casas de granito com telhados de lousa ou de colmo, as chaminés com gárgulas, as varandas de procissão, os pelourinhos, os cruzeiros, as alminhas, as varandas com colunas de pedra, as varandas de madeira, as portas de carral, as igrejas de alpendre, e os fornos do povo* que tornam esta zona num extraordinário registo de uma realidade única e que se tem vindo a apagar com o tempo.¹¹⁰

¹⁰⁹. Arquitectura Popular em Portugal. 1º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. p. 125.

¹¹⁰. Arquitectura Popular em Portugal. op. cit. 1988. pp. 222-223.



Fig. 105 - Alentejo nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 106 - Alentejo nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

Após a caracterização rural do Norte de Portugal, avançamos diretamente para o Sul. Uma vez que o Interior Raiano do Centro corresponde ao Programa das Aldeias Históricas de Portugal já estudado anteriormente, consideramos que não seria pertinente inserir neste trabalho o estudo aprofundado feito no segundo volume do Inquérito, tendo em conta o objectivo principal da presente dissertação. O Sul de Portugal corresponde ao terceiro volume e é também dividido em duas zonas: a zona cinco, correspondente à região do Alentejo, e a zona seis, correspondente à região do Algarve.

A zona do Alentejo, entregue aos arquitetos Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes, seguiu a mesma metodologia de estudo que as primeiras zonas do inquérito, ainda que a sua realidade fosse diferente das anteriores. A singularidade desta zona passa sobretudo pelo seu vasto território, que corresponde a cerca de um terço de Portugal, onde a densidade populacional é mais dispersa e menor que nas regiões estudadas anteriormente. O seu perfil caracteriza-se por ser *“um gigantesco anfiteatro de face voltada para o atlântico, até onde desce em largos planos, num jogo subtil, de vastas e suaves ondulações que lhe dá horizontes recuados. Não lhe falta, aqui e ali, a cortina brusca, mas sempre modesta, de alguma serra que acrescenta à sua beleza própria a nota de imprevisto e à sensação da planura o instrumento de contraste.”*¹¹¹

Apesar das suas planícies douradas, esta região é bastante rica e diversificada na sua geologia, dado seu rigoroso clima mediterrânico-continental. *“Os granito abundam Évora, dando, origem a boas terras, Portalegre, Crato, Montemor-o-Novo, Serpa e Vidigueira. Os xistos são frequentes em Portalegre, Elvas, Arronches e Assumar. Uma faixa diurética atravessa o distrito de Beja (Serpa, Beja, Ferreira, Alcáçovas) e dá-nos os famosos Barros de Beja, as melhores terras de pão de Portugal. O calcário aparece-nos nos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, região famosa pelos seus mármoreos.”*¹¹²

111. Arquitectura Popular em Portugal. 3º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. p. 3.

112. Arquitectura Popular em Portugal. op. cit. 1988. p. 6.

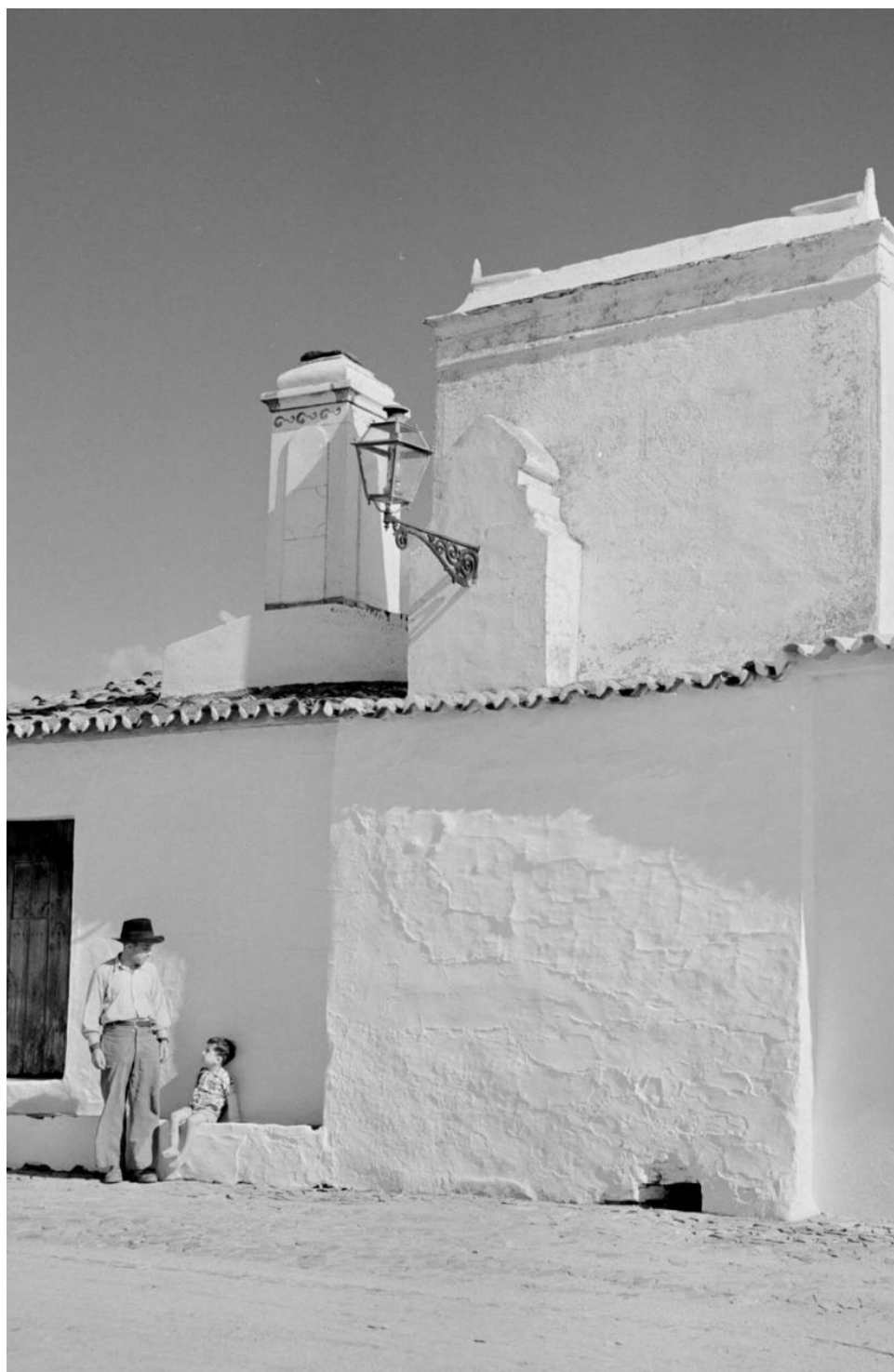


Fig. 107 - Alentejo nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

A pouca abundância de água em paralelo com o clima quente e seco, influencia a vida nesta região. Dos costumes às actividades de subsistência, das infraestruturas às habitações, a região do Alentejo torna-se numa paisagem contraposta à realidade que observámos no Norte. A agricultura agropecuária é o maior meio de subsistência desta região, à qual 70% da população estava diretamente ligada. Nesta região praticam-se em grande escala e sobre grande parte do seu território *culturas de sequeiro como a do trigo, cevada, aveia, centeio e leguminosas*. Noutros casos existe uma grande predominância dos “*montados*” que são florestas de azinho e sobreiro. Estas plantações trazem grande riqueza nacional pela sua cortiça. Além deste tipo de plantações, também existe uma grande predominância dos olivais e das vinhas.¹¹³ Dada a sua grande extensão e à predominância da atividade agropecuária como meio de subsistência, a região do Alentejo conseguiu encontrar um excelente equilíbrio entre a modernidade e o rural. Com a introdução das máquinas agrícolas, a industrialização da agricultura era eminente, promovendo assim um novo traçado na paisagem alentejana, o *plantio organizado*. Este tipo de plantio industrial foi crucial para controlar a erosão dos terrenos dado o rigor climático desta região.¹¹⁴ Inseridas nas mudanças industriais estão também o controlo e utilização de água através das barragens e das represas, promovendo não só um futuro próspero para a agricultura e que hoje se observa nesta região como também um novo elemento na paisagem alentejana.

Relativamente à ocupação do território, conseguimos verificar uma enorme dispersão entre aglomerados urbanos, onde a maior densidade corresponde ora às capitais de distrito de Portalegre, Évora e Beja ora a outras cidades importantes como Castelo de Vide, Borba e Cuba.¹¹⁵ A região do Alentejo ainda que imbuída de uma rica e diversificada arquitetura vernacular, feita de espontâneos processos conceptuais do homem e que pautam sobre o tempo, detém um traço identitário comum ao longo do seu território.

113. *Arquitectura Popular em Portugal*. 3º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. p. 12.

114. *Arquitectura Popular em Portugal*. op. cit. 1988. p. 14.

115. *Arquitectura Popular em Portugal*. op. cit. 1988. pp. 24-31.



Fig. 108 - Alentejo nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.



Fig. 109 - Alentejo nas décadas de 50/60.
Fonte: Arquivo Artur Pastor.

“Um franco sentido de horizontalidade domina na arquitectura meridional do país; os valores apresentam-se nítidos, bem recortados, o leite de cal concede aos volumes definição bem acentuada; as manchas do casario recortam-se com nitidez no horizonte ou nos fundos das searas ou do restolho. Os telhados de uma ou duas águas conferem à composição geral um grande valor, com a sua cor terrosa esverdeada pelo musgo, fazendo viver os brancos anilados e os laranjais que o Sol lhe concede. Raras vezes os telhados se intersectam. A chaminé característica, bastante comum na arquitectura meridional do País, toma grande valor na espontânea composição da casa alentejana.”¹¹⁶

As construções na região do Alentejo podem ser distinguidas em dois grandes grupos: a casa que pertence aos aglomerados populacionais com um cariz maioritariamente habitacional e as construções isoladas que geralmente caracterizam o monte alentejano e diretamente ligadas às atividades agrícolas.

Após a caracterização destas três regiões, que correspondem à intencionalidade primária da expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, e do presente estado de arte da região do Algarve, extremamente urbanizado e descaracterizado, decidimos não considerar a sexta região do Inquérito correspondente à região algarvia. Passados sessenta anos da sua publicação, o livro *Arquitetura Popular em Portugal* permanece, nos dias de hoje, como o “museu” ilustrado de uma portugalidade em vias de extinção. Ainda que relativamente atual, dado o estado de arte do Interior do país, quer de descaracterização e despovoamento, quer da sua permanência identitária, o resultado do Inquérito já não se compadece com a realidade destas regiões e sua população. Nesse sentido, torna-se necessário estudar outra iniciativa que se debruçou sobre estes territórios, mais recentemente, e que permitiu um mapeamento estratégico de um novo Portugal rural, o Concurso das 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias.

116. *Arquitetura Popular em Portugal*. 3º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988. p. 58.



Fig. 110 - Podence, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

As 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias.

A necessidade de encontrar uma realidade atual sobre o estado de arte dos territórios rurais em Portugal, conjugada com a necessidade de passar para uma fase de mapeamento de territórios a considerar à expansão programática das Aldeias Históricas de Portugal, leva-nos a debruçamo-nos sobre um concurso nacional que uniu o país de Norte a Sul, o concurso das 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias.

“Com as 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias, queremos mostrar um Portugal que inspira. Um Portugal que se renovou, que tem casos de sucesso, que tem gente que mudou de vida e que se afirma tendo por base os valores da proximidade, da simplicidade, da autenticidade, daquilo que é criado por pessoas e para pessoas. Queremos demonstrar que o território fora dos centros urbanos é uma fonte de oportunidades. Vamos explorar o património histórico, natural, gastronómico e... as pessoas. Olhar para um território cheio de diversidade, de tradição e de encanto. Estamos no ambiente peculiar e restrito de aldeias, muitas vezes no interior do país, sendo esse o fator decisivo nas histórias que queremos mostrar. Dois terços do nosso território são interior e espaços não urbanos e é sobre o papel que esse território tem na afirmação do país, que nos vamos debruçar. Vamos escolher as pessoas, as vidas, as artes, a gastronomia, os produtos locais, o património natural, os turismos, as energias renováveis como protagonistas da história que vamos contar.”¹¹⁷

Perante a urbanização e globalização que hoje vivemos, torna-se difícil definir o que é realmente uma aldeia. Nesse sentido, antes de compreendermos a base, desenvolvimento e resultado do concurso “As 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias”, é necessário percebermos quais os critérios e definições utilizados na classificação destes territórios únicos.

¹¹⁷. Regualmento do Concurso 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias. p. 2



Fig. 111 - Castelo Rodrigo, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.



Fig. 112 - Castro Laboreiro, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

Segundo a lei portuguesa, não existe nenhuma definição concreta de aldeia. No entanto, existe uma definição de critérios quantitativos de vila, pelo que, conseqüentemente, no seu “incumprimento” poderemos encontrar uma espécie de definição de aldeia. *“De acordo com a Lei nº 11/82 de 2 de Junho, uma povoação só pode ser elevada à categoria de vila quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 3000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos:*

a) Posto de assistência médica;

b) Farmácia;

c) Casa do Povo, dos Pescadores, de espetáculos, centro cultural ou outras coletividades;

d) Transportes públicos coletivos;

e) Estação dos CTT;

f) Estabelecimentos comerciais e de hotelaria;

g) Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória;

h) Agência bancária;”¹¹⁸

Apesar desta especificidade legislativa, seria redutor caracterizar este tipo de aglomerados urbanos, as aldeias, por exclusão de partes ou por comparação. Devemos sim perceber a essência destes territórios, não só para a identidade nacional, como para a sua população. Com a ajuda da professora Helena Freitas, Professora na Universidade de Coimbra e Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, esta iniciativa conseguiu traçar, em linhas breves e gerais, o que é realmente uma aldeia. *“Aldeia é também um lugar vivo, um espaço de comunidade, com uma vivência quotidiana de trabalho, de partilha, de identidade territorial e de memória colectiva. Na diversidade dos contextos geográficos e biofísicos de Portugal nasceram distintas aldeias, em estreita sintonia com a vocação e a natureza dos territórios, cada uma expressando à sua maneira a dinâmica das suas comunidades, e respondendo com resiliência aos desafios dos tempos.”¹¹⁹*

¹¹⁸. Regualmento do Concurso 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias. p. 12.

¹¹⁹. *Ibidem*.



Fig. 113 - Lindoso, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

Com base nesta definição, abriram-se, o as candidaturas a sete categorias diferentes, que “asseguram a presença da diversidade do território nacional ao longo de todo o concurso, mostrando o mosaico de desenvolvimento do país, com as condicionantes territoriais e geográficas cruzadas com a história do nosso povo.”

“Aldeias Monumento: Serão consideradas as aldeias que tenham um ou mais monumentos, vestígios de um ou mais monumentos ou que se encontrem nas imediações dos mesmos; e que tenham desempenhado um papel determinante no desenvolvimento e na afirmação da aldeia no contexto da região onde se insere, mas também no contexto nacional, na afirmação da portugalidade e na construção das linhas de fronteira.

Aldeias de Mar: São as aldeias localizadas ao longo da costa e cuja identidade reflète a atividade económica dominante ligada às artes da pesca ou ao lazer proporcionado pela sua proximidade às praias.

Aldeias Ribeirinhas: São as aldeias localizadas junto a cursos de água, lagos, lagoas ou albufeiras e cuja identidade reflète essa proximidade.

Aldeias Rurais: São as aldeias localizadas no interior do país e cuja identidade reflète as atividades económicas dominantes ligadas à agricultura ou à pecuária.

Aldeias Remotas: Serão consideradas as aldeias inseridas em espaço natural montanhoso e nos arquipélagos marítimos e/ou cuja distância para outros aglomerados populacionais seja considerável, de forma a que as suas características estejam influenciadas precisamente pelo facto de obrigarem a modos de vida de isolamento.

Aldeias Autênticas: São aquelas em que o passar do tempo não alterou ou não alterou significativamente a sua identidade e as suas características construtivas, sendo possível ainda hoje identificar modos de vida arcaicos e característicos de outros tempos.



Fig. 114 - Monsanto, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.



Fig. 115 - Monsaraz, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

Aldeias em Áreas Protegidas: *As Áreas Protegidas são territórios delimitados cartograficamente e geridos com o objetivo de conservar o seu património natural, que inclui elementos paisagísticos, naturais, geológicos e culturais. As Áreas Protegidas são objeto de regulamentação legal específica.”*

Dentro destas premissas gerais, o concurso decorreu ao longo de quatro fases:

Numa primeira fase, entre 7 de dezembro de 2016 e 14 de março de 2017, deu-se início às candidaturas, com centenas de inscrições, e validadas a concurso 133 aldeias.

Numa segunda fase, entre 21 a 31 de março de 2017, foram selecionadas as 49 aldeias pré-finalistas através de um painel de especialistas de várias áreas científicas e com representatividade geográfica nacional. As 49 aldeias foram:

Aldeias Rurais: Alegrete, Portalegre (Alentejo e Ribatejo), Cachopo, Tavira (Algarve), Casal de São Simão, Figueiró dos Vinhos (Centro), Faial, Santana (Madeira), Manhouce, São Pedro do Sul (Centro), Paderne, Albufeira (Algarve), Sistelo, Arcos de Valdevez (Norte).

Aldeias Ribeirinhas: Aldeia da Luz, Mourão (Alentejo e Ribatejo), Dornes, Ferreira do Zêzere (Centro), Escaroupim, Salvaterra de Magos (Alentejo e Ribatejo), Furnas, Povoação (Açores), Santa Clara-a-Velha, Odemira (Alentejo e Ribatejo), Sete Cidades, Ponta Delgada (Açores), Vilarinho de Negrões, Montalegre (Norte).

Aldeias Remotas: Aldeia da Pena, São Pedro do Sul (Centro), Branda da Aveleira, Melgaço (Norte), Castro Laboreiro, Melgaço (Norte), Curral das Freiras, Câmara de Lobos (Madeira), Fajã de São João, Calheta (Açores), Gondramaz, Miranda do Corvo (Centro), Piódão, Arganil (Centro).

Aldeias em áreas protegidas: Aldeia das Salinas da Fonte da Bica, Rio Maior (Alentejo e Ribatejo), Bordeira, Aljezur (Algarve), Chão da Ribeira, Porto Moniz (Madeira), Lindoso, Ponte da Barca (Norte), Penedo, Sintra (Lisboa e Vale do Tejo), Rio de Onor, Bragança (Norte), São Lourenço, Vila do Porto (Açores).

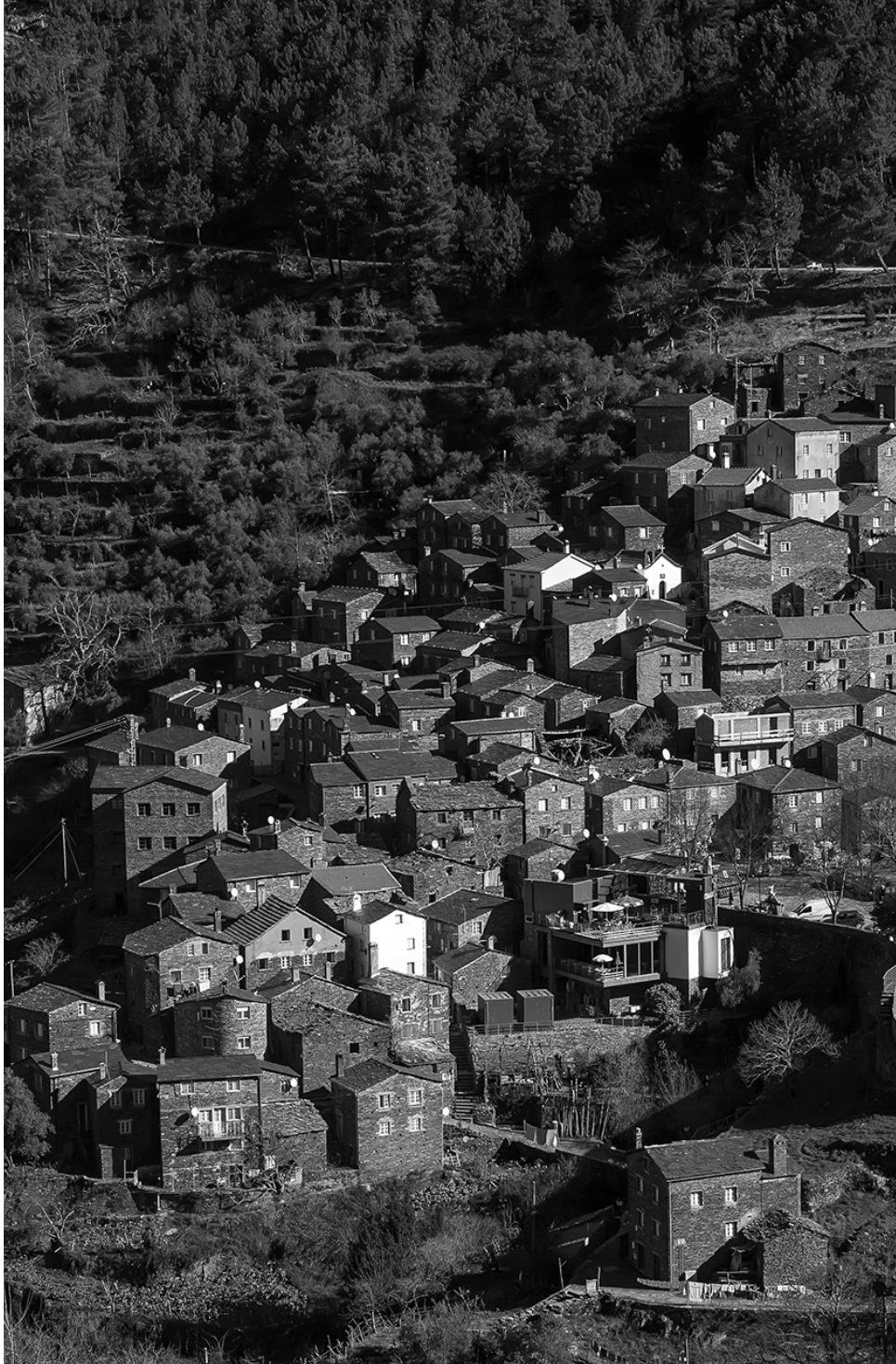


Fig. 116 - Piódão, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

Aldeias Monumento: Almeida (Centro), Estoi, Faro (Algarve), Evoramonte, Estremoz (Alentejo e Ribatejo), Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova (Centro), Monsanto, Idanha-a-Nova (Centro), Monsaraz, Reguengos de Monsaraz (Alentejo e Ribatejo), Sortelha (Centro)

Aldeias de Mar: Azenhas do Mar, Sintra (Lisboa e Vale do Tejo), Costa Nova, Ílhavo (Centro), Fajã dos Cubres, Calheta (Açores), Ferragudo, Lagoa (Algarve), Porto Covo, Sines (Alentejo e Ribatejo), Porto Moniz (Madeira), Zambujeira do Mar, Odemira (Alentejo e Ribatejo).

Aldeias Autênticas: Aldeia do Xisto de Cerdeira, Lousã (Centro), Alte, Loulé (Algarve), Biscoitos, Praia da Vitória (Açores), Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo (Centro), Fontão de Loriga, Seia (Centro), Montesinho, Bragança (Norte), Podence, Macedo de Cavaleiros (Norte).

Numa terceira fase, entre 9 de Julho e 20 de Agosto 2017, “as 49 pré-finalistas são apresentadas para votação pública organizadas por categoria e repartidas por 7 Galas especiais transmitidas em direto na RTP1 em várias edições, devidamente anunciadas em antena, (...) A votação é realizada através de chamada para os números de tarifa plana (760) previamente anunciados.” O resultado da votação resultaria na seleção de 14 aldeias finalistas, duas aldeias por categoria, a irem à fase final numa gala especial. As 14 aldeias foram:

Aldeias Rurais: Paderne, Albufeira (Algarve), Sistelo, Arcos de Valdevez (Norte);

Aldeias Ribeirinhas: Dornes, Ferreira do Zêzere (Centro), Santa Clara-a-Velha, Odemira (Alentejo e Ribatejo);

Aldeias Remotas: Castro Laboreiro, Melgaço (Norte), Piódão, Arganil (Centro);

Aldeias em áreas protegidas: Lindoso, Ponte da Barca (Norte), Rio de Onor, Bragança (Norte);

Aldeias Monumento: Monsanto, Idanha-a-Nova (Centro), Monsaraz, Reguengos de Monsaraz (Alentejo e Ribatejo);



Fig. 117 - Sistelo, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

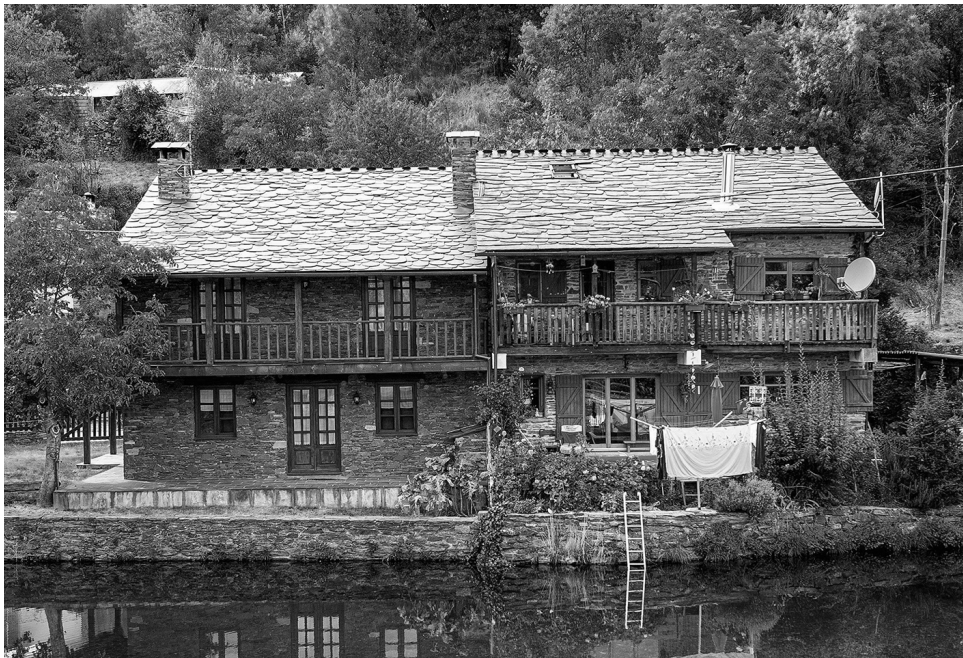


Fig. 118 - Rio de Onor, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.

Aldeias de Mar: Azenhas do Mar, Sintra (Lisboa e Vale do Tejo), Fajã dos Cubres, Calheta (Açores);

Aldeias Autênticas: Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo (Centro), Podence, Macedo de Cavaleiros (Norte).

A quarta e última fase, no dia 3 de setembro de 2017, corresponde à gala final e à seleção das 7 aldeias finalistas, uma por cada categoria. As 7 aldeias foram:

Aldeias Rurais: Sistelo, Arcos de Valdevez (Norte);

Aldeias Ribeirinhas: Dornes, Ferreira do Zêzere (Centro);

Aldeias Remotas: Piódão, Arganil (Centro);

Aldeias em áreas protegidas: Rio de Onor, Bragança (Norte);

Aldeias Monumento: Monsaraz, Reguengos de Monsaraz (Alentejo e Ribatejo);

Aldeias de Mar: Fajã dos Cubres, Calheta (Açores);

Aldeias Autênticas: Castelo Rodrigo, Figueira de Castelo Rodrigo (Centro).

Este concurso foi crucial para estabelecermos um contato atual com os territórios rurais portugueses, desde a sua relação com o património, com a própria morfologia ou condições naturais, às culturas ancestrais que perpetuam no tempo. Através dele conseguimos realizar diversos mapas que contribuíram para estruturar a nossa proposta de expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal e começar a estabelecer ligações entre estes três eixos: a rede de Castelos e Fortalezas de Portugal, o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa e o Concurso das 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias.

Parte IV.

Reabi(li)tar o Interior de Portugal.

Traçados os eixos principais para a seleção das novas Aldeias Históricas de Portugal através do levantamento de Duarte de Armas e a rede de Castelos do século XVI, a partir do qual marcámos e pré-seleccionámos os principais territórios do Interior, do Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, que permitiu caracterizar o perfil rural a Norte e a Sul do país, e do concurso das 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias, espécie de estado de arte do Portugal Rural, conseguimos estabelecer a base necessária para realizar *a proposta de expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*.

Propor o alargamento de um programa pioneiro como este, tornou imperativo o estudo aprofundando de todo o seu contexto programático, bem como o que a ele está associado. Este processo inicial foi crucial para definirmos as bases necessárias para avançarmos com a proposta de expansão. Sobrepondo estas três análises, onde traçámos o perfil identitário das regiões inicialmente pensadas para receber esta ação piloto e identificámos os territórios a serem considerados para a ampliação do programa, podemos avançar para a estruturação daquilo que será a nossa proposta, com o principal objetivo de propor o *Reabi(l)tar do Interior de Portugal*.

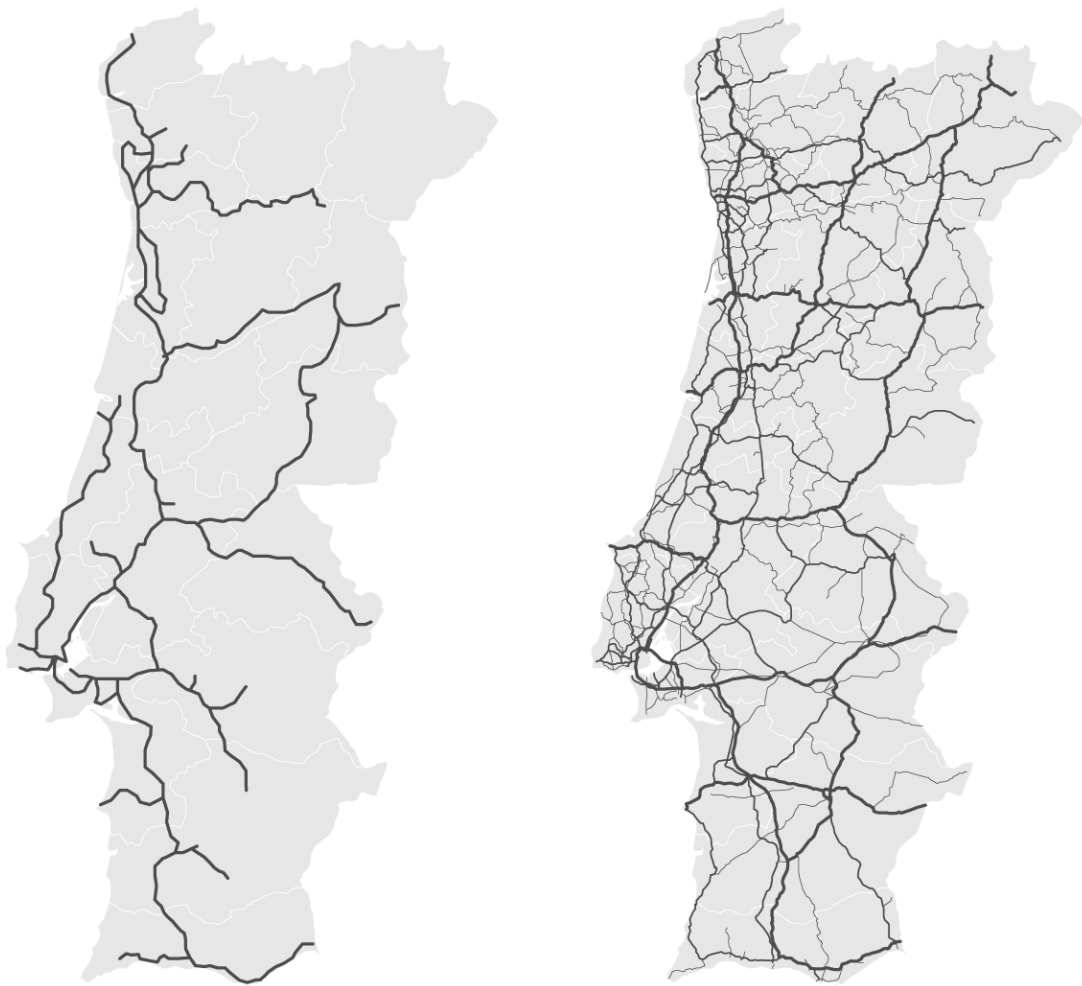


Fig. 119 - Infraestruturas de Portugal 2020. Rede Ferroviária (Esquerda) e Rede Rodoviária (Direita)

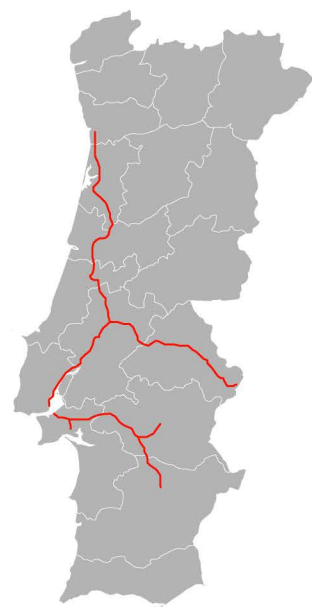
Reabi(li)tar o Interior de Portugal.

A proposta irá debruçar-se sobre três regiões, idealizadas pelo próprio programa numa fase inicial - Norte Litoral, Norte Interior e Sul, e sob três premissas principais: Sustentabilidade, Património e Território.

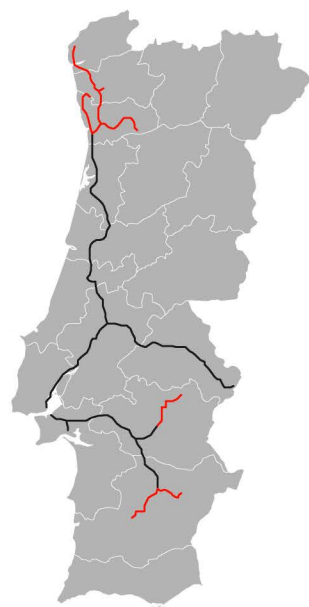
O primeiro passo será analisar o estado atual das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias do Interior de Portugal com o intuito de compreender as ligações entre os seus territórios, de forma criar um roteiro mais homogéneo entre as aldeias que irão ser selecionadas e as doze aldeias já intervencionadas pelo programa.

Como estudado anteriormente, a rede rodoviária nacional teve um desenvolvimento ímpar após a entrada de Portugal na CEE. Hoje observamos a fase final do Plano Rodoviário Nacional (PRN) 2000, cujo resultado é sistema homogéneo, que uniu o país de Norte a Sul e reduziu as assimetrias do litoral para o interior. Este desenvolvimento sem dúvida que foi ímpar, pois enquanto que as estradas de Portugal teciam as rupturas territoriais e construíam as pontes necessárias para o desenvolvimento nacional, a rede ferroviária foi reduzindo exponencialmente, ao ponto de, atualmente, ter quase os mesmos quilómetros de linha férrea que em 1900.

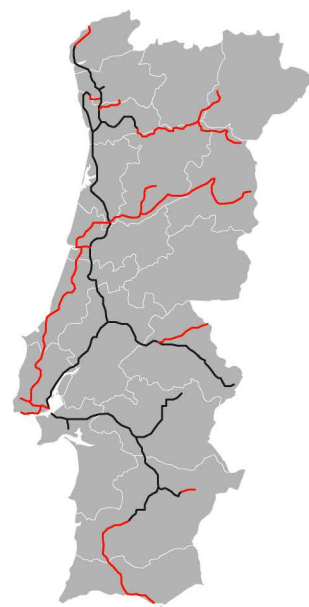
Ainda que tenhamos uma excelente rede de estradas, a descaraterização ferroviária contribuiu, de certa forma, para a continuidade das assimetrias territoriais, promovendo uma ruptura de ligação com o interior de Portugal, comprometendo a mobilidade da sua população e o acesso a determinados territórios. Através do mapa ferroviário atual conseguimos perceber que o distrito de Bragança, Vila Real, Évora e Beja, correspondentes às regiões propostas à expansão do programa, têm um acesso quase nulo à rede de caminhos de ferro de Portugal.



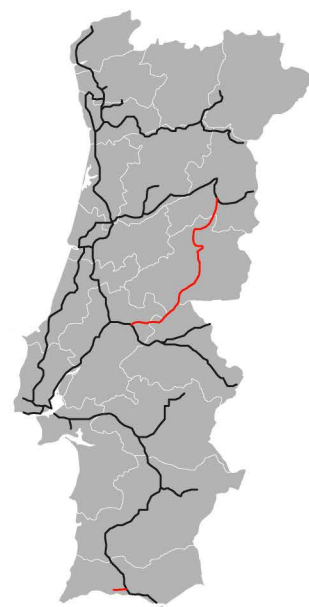
1864



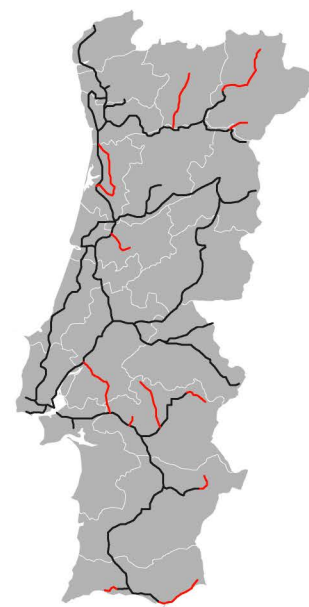
1880



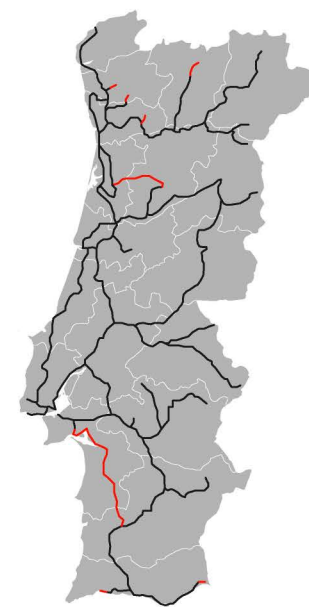
1890



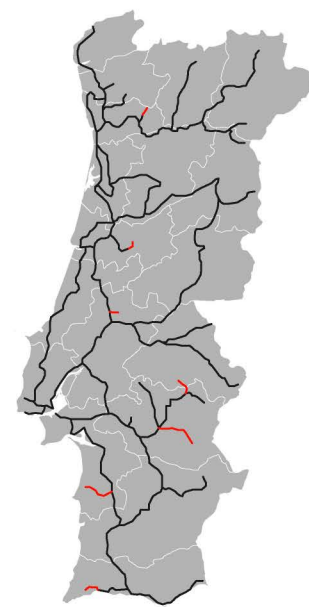
1900



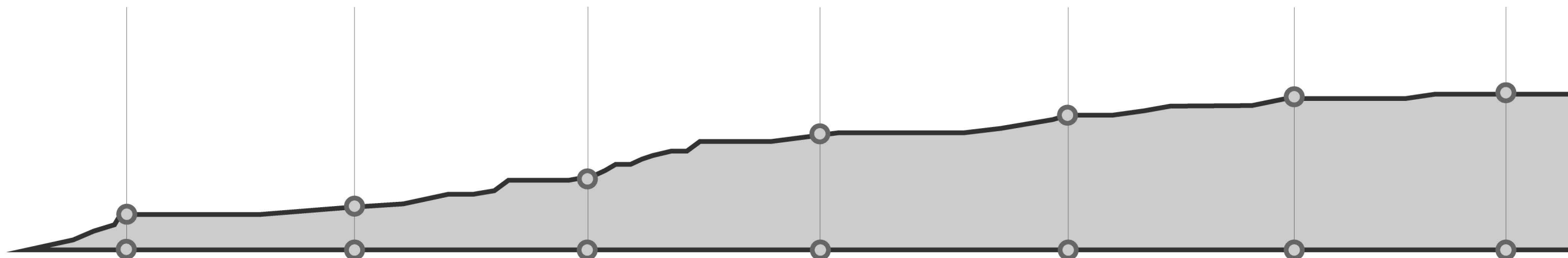
1910



1920



1930



694 km.

- Lisboa - Carregado
- Carregado - Virtudes
- Virtudes - Ponte de Sant'Ana
- Ponte de Sant'Ana - Ponte de Asseca
- Barreiro - Vendas Novas
- Pinhal Novo - Setúbal
- Ponte de Asseca - Santarém
- Santarém - Abrantes
- Estarreja - Gaia
- Abrantes - Crato
- Crato - Elvas
- Vendas Novas - Évora
- Elvas - Fronteira
- Casa Branca - Beja
- Taveiro - Estarreja
- Entroncamento - Soure
- Soure - Taveiro

1212 km.

- Beja - Quintos
- Quintos - Serpa
- Beja - Casével
- Évora - Vale do Pereiro
- Vale do Pereiro - Venda do Duque
- Venda do Duque - Estremoz
- Porto Campanhã - Nine
- Nine - Braga
- Ermesinde - Penafiel
- Porto Boavista - Póvoa do Varzim
- Penafiel - Caide
- Nine - Midões
- Midões - Barcelos
- Gaia - Porto Campanhã
- Barcelos - Darque
- Darque - Caminha
- Póvoa do Varzim - Fontainhas
- Caide - Juncal
- Caminha - São Pedro da Torre
- São Pedro da Torre - Segadães
- Juncal - Régua
- Régua - Ferrão
- Torre das Vargens - Valência de Alcântara
- Ferrão - Pinhão

2116 km.

- Fontainhas - Famalicão
- Fig. da Foz - Vilar Formoso
- Segadães - Valença
- Pinhão - Tua
- Trofa - Vizela
- Vizela - Guimarães
- Coimbra B - Coimbra
- Valença - Fronteira
- Tua - Pocinho
- Serpa - Pias
- Alcântara Terra - Cacém
- Cacém - Sintra
- Pocinho - Barca de Alva
- Cacém - Torres Vedras
- Torres Vedras - Leiria
- Tua - Mirandela
- Casével - Amoreiras Odemira
- Leiria - Fig. da Foz
- Porto Campanhã - Porto Alfândega
- Amieira - Alfaiões
- Amoreiras Odemira - Faro
- Pedrouços - Cascais
- Santa Comba Dão - Viseu
- Alcântara Mar - Pedrouços

2365 km.

- Lisboa Rossio - Campolide
- Alcântara Terra - Alcântara Mar
- Campolide - Braço de Prata
- Abrantes - Covilhã
- Senhora da Hora - Leixões
- Covilhã - Guarda
- Cais do Sodré - Alcântara Mar
- Porto Campanhã - Porto São Bento
- Tunes - Algoz
- Algoz - Poço Barreto

2894 km.

- Poço Barreto - Silves
- Silves - Portimão
- Setil - Vendas Novas
- Faro - Olhão
- Olhão - Fuzeta
- Fuzeta - Luz de Tavira
- Estremoz - Vila Viçosa
- Mirandela - Romeu
- Romeu - Macedo de Cavaleiros
- Macedo de Cavaleiros - Sendas
- Pias - Moura
- Tavira - Vila Real de Sto António
- Régua - Vila Real
- Sendas - Rossas
- Coimbra - Lousã
- Rosas - Bragança
- Évora - Arraiolos
- Vila Real - Pedras Salgadas
- Guimarães - Fafe
- Arraiolos - Paiva
- Paiva - Mora
- Pinhal Novo - Montijo
- Espinho - Oliveira de Azeméis
- Livração - Amarante
- Oliveira de Azeméis - Albergaria-a-Velha
- Torre da Gadenha - Montemor-o-Novo
- Pedras Salgadas - Vidago

3216 km.

- Albergaria-a-Velha - Sernada do Vouga
- Aveiro - Sernada do Vouga
- Pocinho - Carviçais
- Sernada do Vouga - Rio Mau
- Valença - Lapela
- Bodiosa - Viseu
- Aveiro - Aveiro Canal
- Rio Mau - Ribeiradio
- Ribeiradio - Vouzela
- Vouzela - Bodiosa
- Alvalade - Funcheira
- Lapela - Monção
- Lousal - Alvalade
- Canal Caveira - Lousal
- Grândola - Canal Caveira
- Grândola - Alcácer do Sal Sul
- Vidago - Tâmega
- Setúbal - Alcácer do Sal Norte

3403 km.

- Tâmega - Chaves
- Portimão - Lagos
- Barreiro A - Seixal
- Viana do Castelo - Viana Doca
- Ponte de Alcácer do Sal
- Estremoz - Sousel
- Amarante - Chapa
- Évora - Reguengos de Monsaraz
- Ermidas - São Bartolomeu da Serra
- Carviçais - Lagoaça
- Lamarosa - Tomar
- Castro Verde - Almôdovar - Aljustrel
- Lagoaça - Modadouro
- Lousã - Serpins

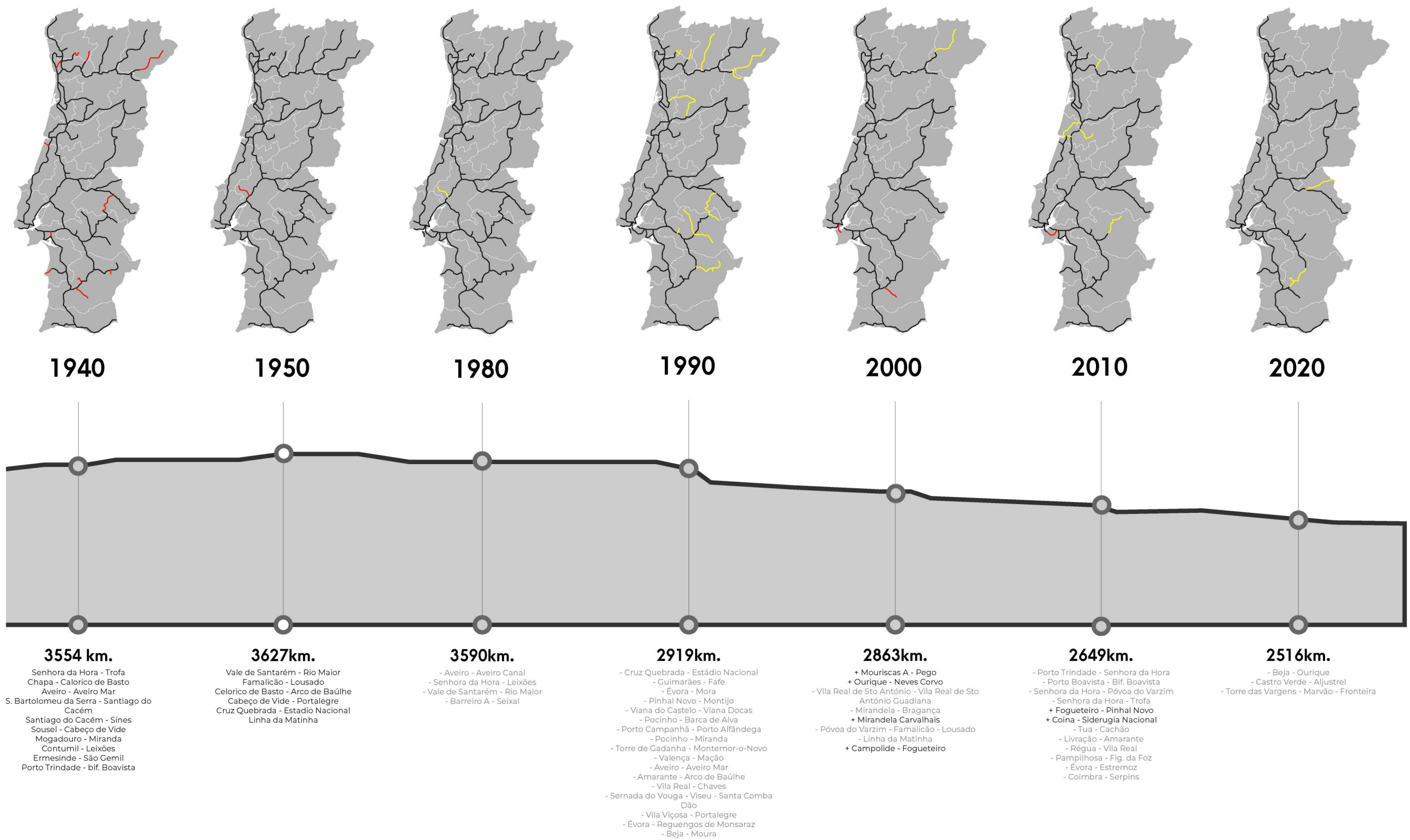


Fig. 120 - Evolução dos Caminhos de Ferro de Portugal desde 1856 a 2020.

Silveira, et al, (2011) Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930
Dados conseguidos através de PORDATA, Setor de Transportes, Sub-setor de Ferroviário.

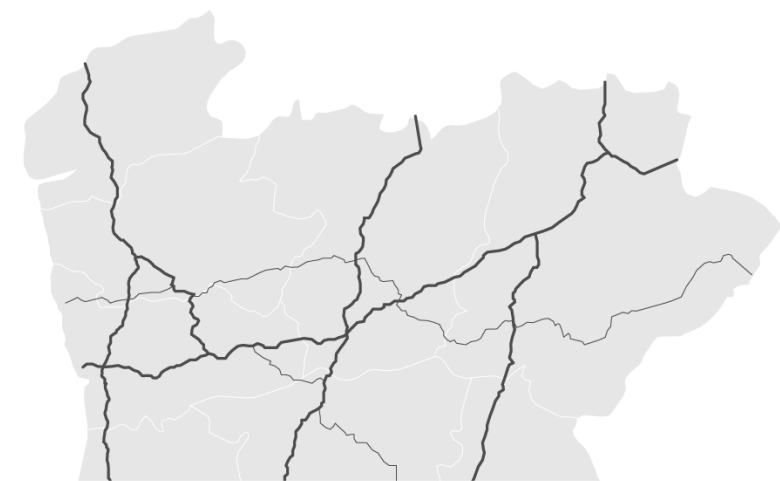
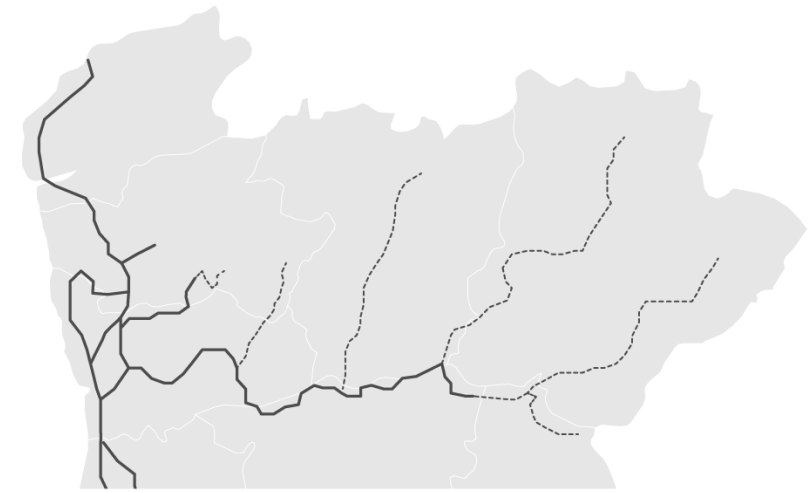


Fig. 121 - Infraestruturas a Norte de Portugal em 2020. Rede Ferroviária (Cima) e Rede Rodoviária (Baixo)

Perante esta realidade e para alinharmos a proposta com os objetivos e premissas mundiais, será necessário ter em consideração um novo modelo de desenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável. Modelo que, na sua definição, *“procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”*¹²⁰ Nesse sentido, para a concretização desta proposta de alargamento, defendemos voltar a reabrir linhas de caminho de ferro específicas, que foram encerradas nos últimos trinta anos, de forma a colmatar as grandes falhas de acessos a transportes públicos, estabelecer as bases necessárias para implementar o desenvolvimento sustentável e reduzir as intervenções de impacto negativo sobre a natureza, como a construção de novas estradas e utilização do automóvel. Assim conseguimos alinhar o programa com as premissas mundiais e realizar um dos seus objetivos, estabelecendo o início de uma proposta de reconhecimento internacional pela UNESCO.

Considerando as linhas de caminho de ferro encerradas juntamente com a rede rodoviária nacional atual, conseguimos delinear os principais eixos do Interior de Portugal que definirão a nossa proposta de alargamento. A Norte de Portugal estabelecemos como eixos rodoviários principais:

- a ligação da Guarda com Bragança através do Itinerário Principal nº2 e nº 4 (IP2 e IP4);
- a ligação de Bragança com o Porto através Itinerário Principal nº4 (IP4);
- a ligação de Vila Real com Chaves através do Itinerário Principal nº3 (IP3);

¹²⁰. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future em sustainabledevelopment.un.org consultado em 5 de janeiro de 2021.

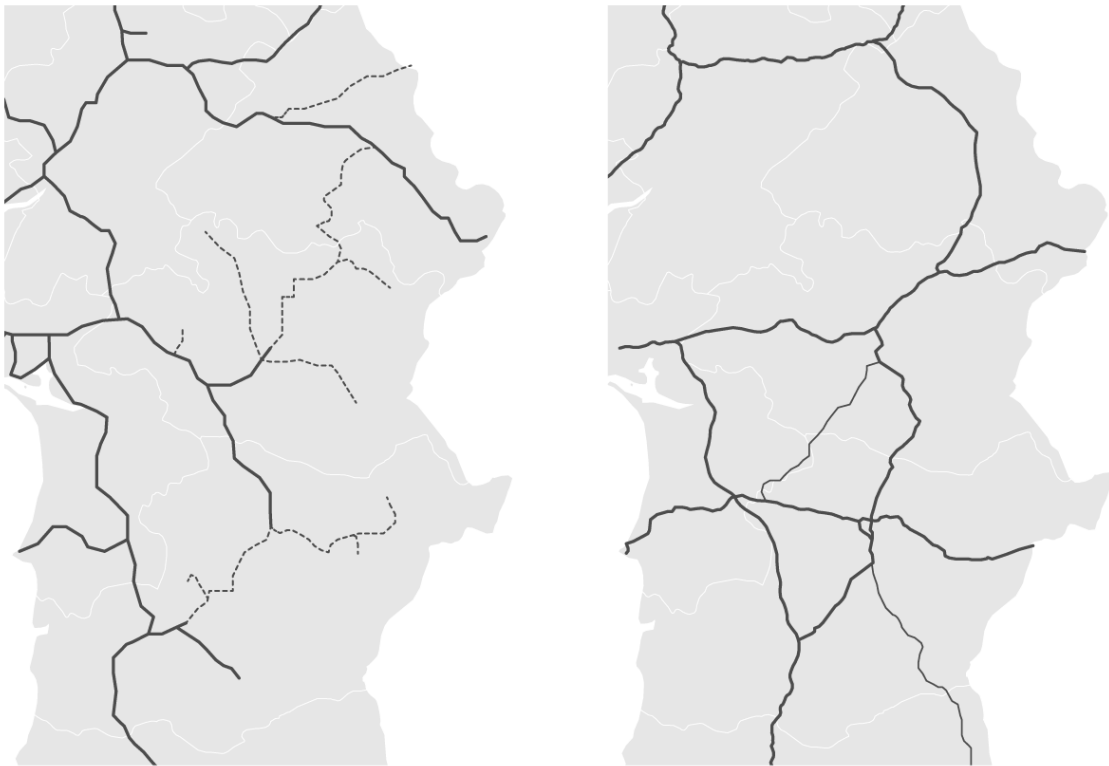


Fig. 122 - Infraestruturas a Sul de Portugal em 2020. Rede Ferroviária (Esquerda) e Rede Rodoviária (Direita)

- a ligação do Porto a Valença através do Itinerário Principal nº 9 (IP9);
- a ligação de Trancoso a Amarante; e
- a ligação de Famalicão a Miranda do Douro.

A Sul de Portugal, estabelecemos como eixos rodoviários principais:

- a ligação de Portalegre a Évora e Beja através do Itinerário Principal nº 2 (IP2);
- a ligação de Lisboa a Estremoz através da Autoestrada nº6 (A6); e
- a ligação de Sines a Serpa através do Itinerário Principal nº8 (IP8).

Relativamente aos caminhos de ferro, consideramos toda a rede ferroviária atual, bem como as que foram desativadas nos últimos anos representadas nas figuras 120, 121 e 122.

Traçados os eixos de mobilidade a Norte e a Sul, avançamos para o mapeamento das aldeias que concorreram ao concurso as 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias, de forma a detetarmos correspondências com o que foi estudado e mapeado anteriormente, e assim fundamentar a seleção das novas aldeias a serem intervencionadas pelo Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal. Com o intuito de homogeneizar o programa e limitar a seleção a uma lógica numérica, decidimos selecionar doze aldeias a Norte e doze aldeias a Sul a serem integradas na rede das doze Aldeias Históricas de Portugal já existentes no Centro de Portugal.

Este processo de seleção passará por três fases. Uma primeira fase, com o objetivo de criar uma listagem organizada e catalogar as aldeias por diversas categorias (Distrito, Concelho, Freguesia e Tipologia de Aldeia), uma vez que na plataforma do concurso encontravam-se desorganizadas e sem uma linha condutora (Anexos de 9 a 31). Uma segunda fase de mapeamento por categoria, para conseguirmos perceber a diversidade do nosso território (Anexos de 1 a 8). E, por fim, uma fase de mapeamento territorial a Norte e a Sul, com o intuito de propor uma seleção de novas aldeias a serem intervencionadas pelo programa de acordo com os critérios estudados anteriormente.

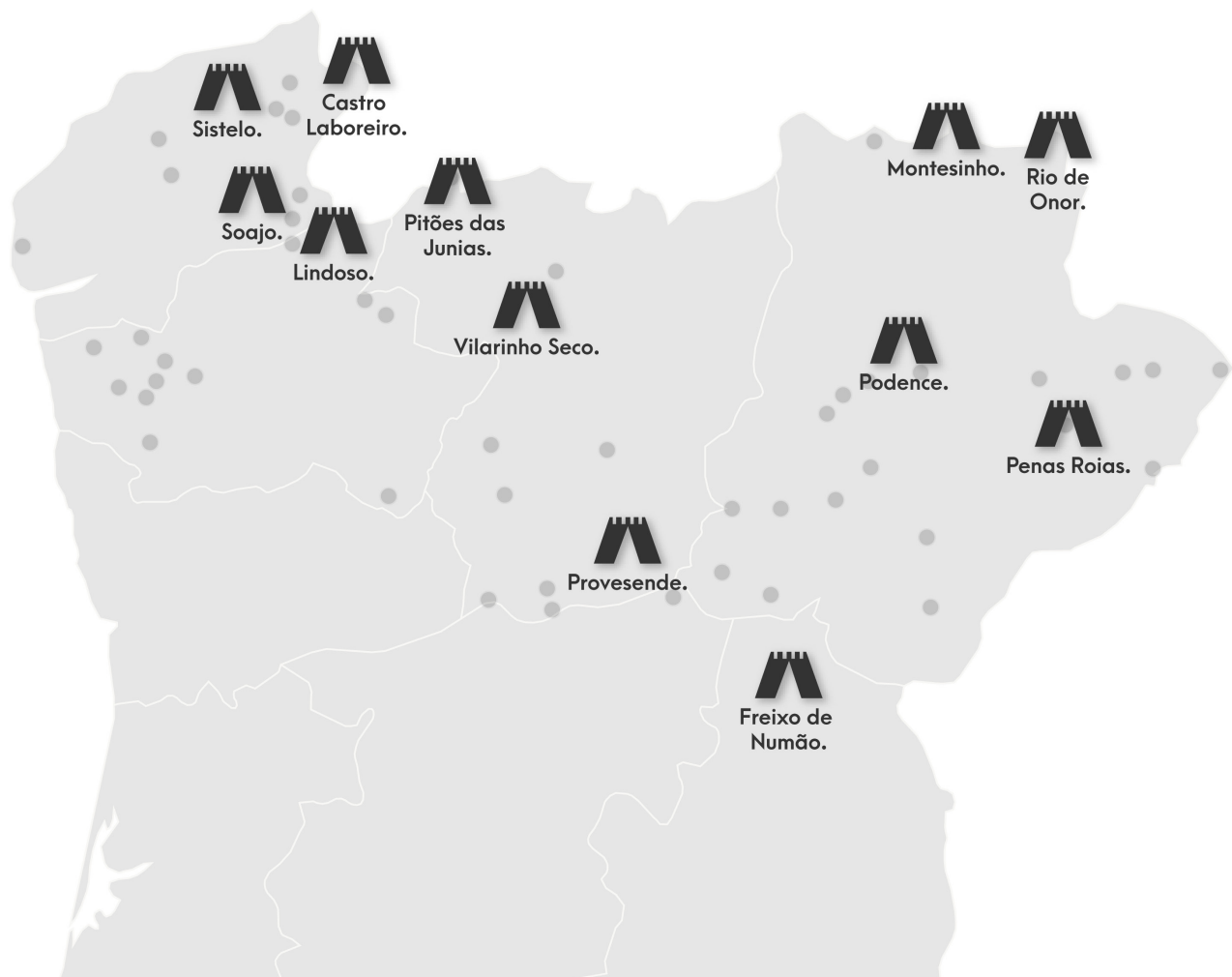


Fig. 123 - Seleção Final de 12 Aldeias a Norte de Portugal.

Quando nos debruçamos sobre os distritos a Norte de Portugal, percebemos de imediato a enorme diversidade arquitetónica que o Inquérito registou e que ainda se mantém nos dias de hoje. Os tipos de aglomerados, as tipologias arquitetónicas, as principais rotas entre territórios, a própria cultura e o património, são alguns dos critérios que encontramos no Inquérito e utilizámos para a seleção destas aldeias juntamente com cruzamento dos estudos feitos na presente dissertação. Das cinquenta e cinco aldeias que concorreram ao concurso, pertencentes aos distritos de Braga, Bragança, Vila Real e Viana do Castelo, selecionámos 7 aldeias que consideramos serem representativas da continuidade do programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal para a zona Norte: a Aldeia de Castro Laboreiro, a aldeia de Soajo, a Aldeia de Sistelo, a Aldeia de Lindoso, a Aldeia de Pitões das Júnias, a Aldeia de Podence e a Aldeia de Rio de Onor. Estas aldeias, juntamente com a aldeia de Freixo de Numão, a aldeia de Provesende, a aldeia de Penas Roias e a aldeia de Vilarinho Seco, formam o conjunto final de doze aldeias a Norte de Portugal para a expansão programática das Aldeias Históricas de Portugal.

De acordo com o programa, uma “Aldeia Histórica” caracteriza-se pela sua forte ligação entre o património histórico, que perpetua no tempo, e a adaptação da sua população em torno desse seu importantíssimo legado. Esta ligação acaba por criar uma paisagem única, feita de uma arquitetura rica, espontânea e que marca o traçado identitário destes territórios. As aldeias de Castro Laboreiro, Lindoso e Soajo são exemplos dessa simbiose perfeita entre os elementos que caracterizam uma vida rural, como os Espigueiros, os Sequeiros, as Casas de Lavoura, e a ligação dos seus aglomerados urbanos com as Fortalezas e os Castelos que nelas permaneceram.



Fig. 124 - Castro Laboreiro, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.



Fig. 125 - Sistelo, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.



Fig. 126 - Soajo, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.

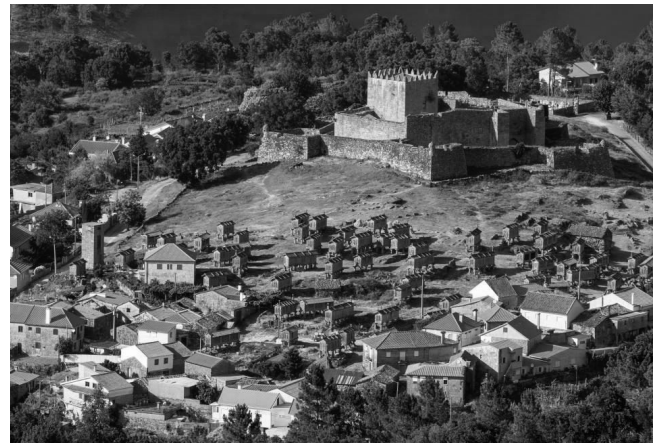


Fig. 127 - Lindoso, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.



Fig. 128 - Pitões das Júnias, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.



Fig. 129 - Vilarinho Seco, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.

A aldeia de Castro Laboreiro, com uma história feita dos seus fornos comunitários ancestrais, dos seus moinhos e espigueiros, além do seu castelo, da sua igreja matriz, do seu núcleo museológico, da necrópole do planalto, da Ponte Velha e a Ponte da Cava Velha, regista também uma enorme presença pré-histórica, através de pinturas rupestres e cerca de 120 dólmenes e cistas. De características patrimoniais semelhantes, a aldeia de Lindoso e de Soajo acabam por marcar a sua paisagem através de mais de cinquenta espigueiros alinhados, demonstrando a realidade comunitária da vivência rural dos territórios de montanha e tornando o espigueiro num símbolo de tradição e comunidade.

A aldeia de Freixo de Numão, estrategicamente selecionada como ponto de transição das doze aldeias existentes para as doze aldeias a norte, encerra a essência deste programa e desta região, encontrando num aglomerado rural todas as camadas da passagem do homem e do tempo. Dos seus vestígios pré-históricos, às ruínas romanas, das suas casas e solares senhoriais, às casas de lavoura e a predominância do xisto e do granito, esta aldeia histórica condensa todos os elementos que caracterizam a região.

A ligação e adaptação destes territórios com as suas matérias primas e a natureza é outra característica de uma “Aldeia Histórica” e, neste território em particular, é o que torna a arquitetura vernácula tão rica e diversificada. Da pureza do granito e dos xistos nas fachadas, ao brilho das lousas nos telhados sobre os montes, as aldeias de Pitões das Júnias, Vilarinho Seco, Montesinho e Rio de Onor traduzem a arquitetura vernacular desta região, onde a comunhão do trabalho rural com a natureza se reflete nos seus aglomerados urbanos, imbuídos de uma portugalidade única.



Fig. 130 - Montesinde, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.



Fig. 131 - Rio de Onor, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.



Fig. 132 - Podence, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.



Fig. 133 - Penas Roias, Portugal.
Fonte: portugaldenorteesul.pt



Fig. 134 - Provesende, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.



Fig. 135 - Freixo de Numão, Portugal.
Fonte: aldeiasdeportugal.pt.

Além destas características, existem outras que também definem uma “Aldeia Histórica”, como é o caso do seu património cultural que, nesta região, é extremamente diversificado.

No caso da aldeia de Podence, que de um simples e tradicional ritual festivo para animar os invernos rigorosos da região, conseguiu o seu reconhecimento como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO a 12 de Dezembro de 2019, tornou-se num exemplar, não só de uma cultura patrimonial e arquitetónica excepcional, como também de uma referência cultural nacional e internacional através dos Caretos de Podence e o seu Entrudo Chocalheiro. No caso das aldeias de Sistelo e Provesende, estas traduzem a cultura do Douro vinhateiro, feita de pequenas Quintas, Solares Senhoriais e casinhas sobre os socalcos verdejantes entre os seus vales vinícolas e de uma cultura de perfeita comunhão entre o labor e a natureza.

Transparecer a pluralidade patrimonial, social, arquitetónica e urbana desta região através da seleção destes doze novos territórios a serem abrangidos pelo Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, traduz uma realidade confirmada pelos levantamentos feitos anteriormente, em particular com o Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa. Já a realidade do Sul de Portugal é bastante diferente. Dado o seu vasto território e a sua dispersão urbana, conseguimos observar uma correspondência imediata com o que foi estudado no Inquérito, onde encontramos características mais homogéneas, ainda que com as suas particularidades regionais e locais.

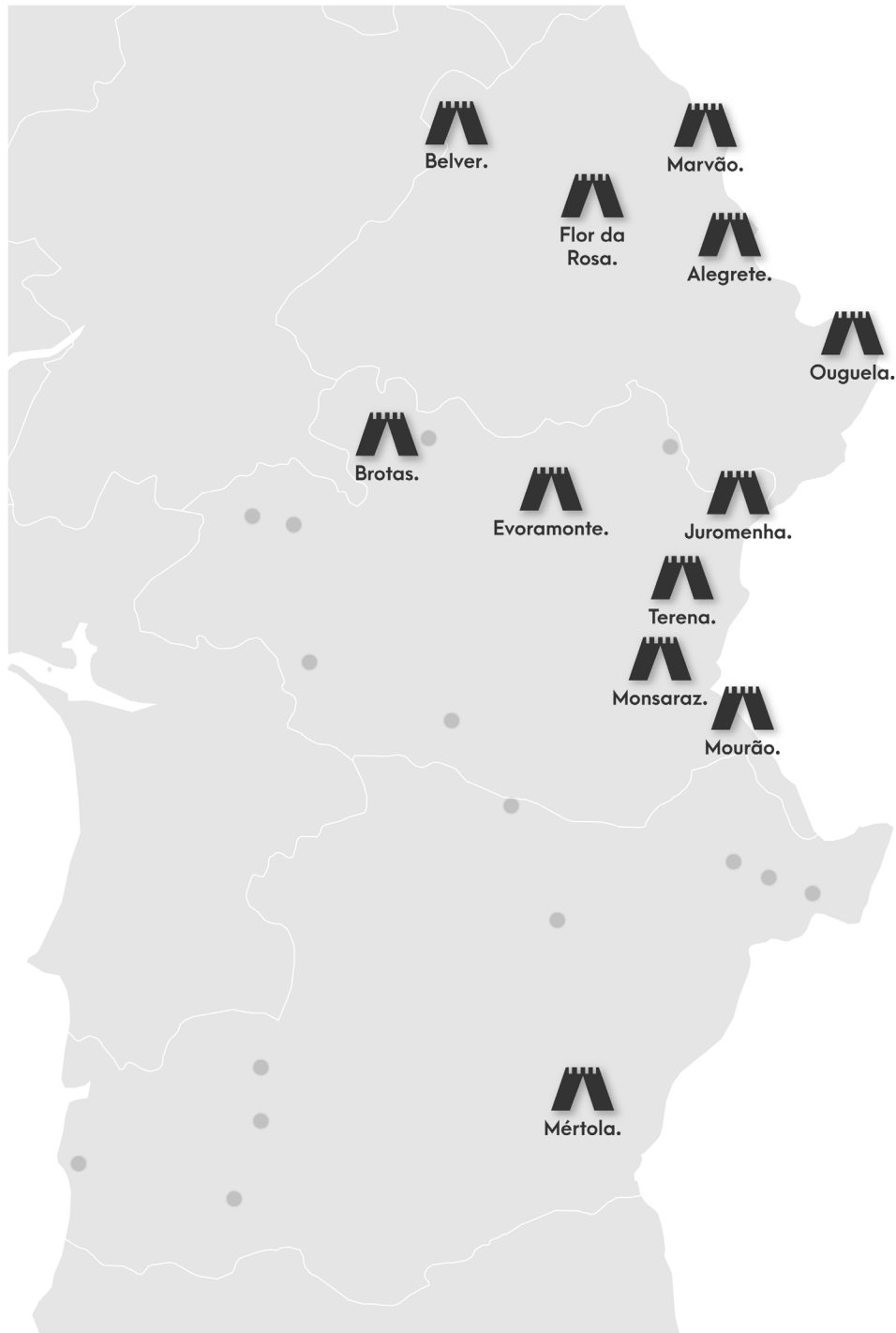


Fig. 136 - Seleção Final de 12 Aldeias a Norte de Portugal.

Nesse sentido, à semelhança da seleção anterior, os nossos critérios passam por uma escolha de territórios que transpareçam a vida rural, a cultura e o património Alentejano, mas, sobretudo, que demonstrem a diversidade urbana, territorial e arquitetónica desta região.

Das vinte e quatro aldeias que concorreram ao concurso, pertencentes ao distrito de Portalegre, Évora e Beja, selecionámos mais 7 aldeias que consideramos serem representativas da continuidade e expansão do programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal para a zona Sul: Belver, Flor da Rosa, Alegrete, Ouguela, Brotas, Évoramonte e Monsaraz. Estas aldeias juntamente com Marvão, Juromenha, Terena e Mértola formam o conjunto final de doze aldeias a Sul de Portugal para a expansão programática das “Aldeias Históricas de Portugal”.

Ao estudarmos as aldeias que foram intervencionadas pelo Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, percebemos que existe uma linha coesa entre elas: a forte ligação entre os núcleos rurais com as Fortalezas e Castelos de Portugal. No Norte de Portugal, encontramos essa ligação em maior parte das aldeias selecionadas, no entanto, devido ao forte desenvolvimento do Litoral, grande parte dos castelos da rede encontram-se inseridos em núcleos urbanos densos. No Sul de Portugal encontramos uma situação diferente, onde grande parte dos núcleos rurais têm uma forte ligação com os castelos e fortalezas.



Fig. 137 - Belver, Portugal.
Fonte: mediotetejo.net.

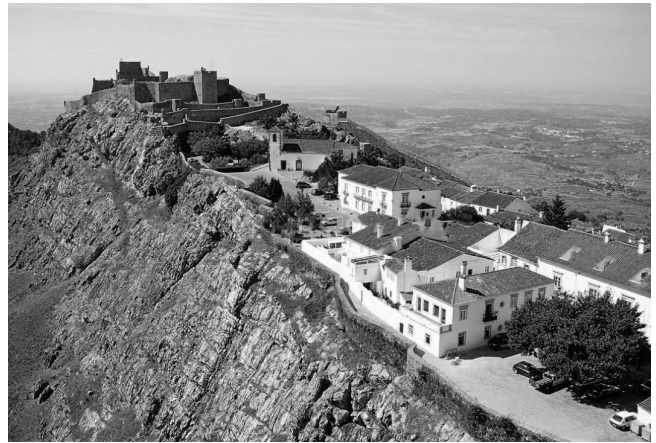


Fig. 138 - Marvão, Portugal.
Fonte: radiocampanario.com.



Fig. 139 - Flor da Rosa, Portugal.
Fonte: aletradeumalentejo.blogspot.com



Fig. 140 - Brotas, Portugal.
Fonte: portugaldenorteesul.pt



Fig. 141 - Alegrete, Portugal.
Fonte: portugaldenorteesul.pt



Fig. 142 - Ouguela, Portugal.
Fonte: visitalentejo.pt

Neste caso, a nossa seleção, além dos critérios relacionados com o património rural, cultural e histórico, debruçou-se sobre a ligação destas aldeias com aquelas estruturas defensivas, distinguindo três tipos de territórios: “Aldeias dentro de muralhas”, “Aldeias fora de muralhas” e “Aldeias Monumento”.

As “Aldeias dentro de muralhas” correspondem, grande parte, a um território bastante acidentado e que não permite a sua expansão urbana além dos seus muros, criando assim núcleos rurais bastante concentrados e marcantes na paisagem dourada do Alentejo. A esta tipologia de aldeia alentejana distinguimos a aldeia de Marvão, a aldeia de Monsaraz, a aldeia de Mértola, a aldeia de Évoramonte e a aldeia de Ouguela.

As “Aldeias fora de muralhas”, correspondem a territórios também de alguma altitude, alguns semelhantes a montes alentejanos e que por ser menos acidentados permitiram que o núcleo rural se desenvolvesse fora das muralhas e que se expandisse mais do que as anteriores. Neste tipo de aldeias o castelo e as suas muralhas destacam-se do núcleo rural que se organiza em seu redor. Nesta tipologia de aldeia selecionamos a aldeia de Alegrete, a aldeia de Belver, a aldeia de Terena, a aldeia de Mourão e a aldeia de Juromenha.

Por fim, verificamos outra tipologia de aldeias que se desenvolveram ao longo de um monumento, as quais distinguimos como “Aldeias Monumento”. Para este tipo de aldeia selecionamos Brotas e Flor da Rosa. No caso da aldeia de Brotas, esta caracteriza-se pela sua organização ao longo de um eixo principal, a rua da Igreja, com origem no Santuário da Nossa Senhora das Brotas. No caso da Flor de Rosa, a aldeia organiza-se para sul do Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa.



Fig. 143 - Juromenha, Portugal.
Fonte: visitalentejo.pt



Fig. 144 - Terena, Portugal.
Fonte: portugalnotavel.com



Fig. 145 - Evoramonte, Portugal.
Fonte: portugaldenorteasul.pt

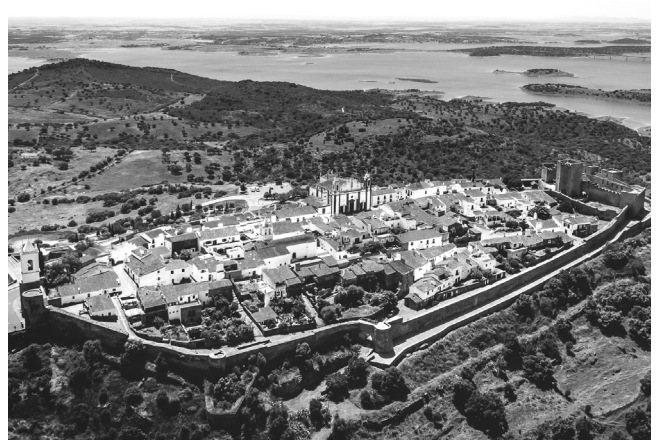


Fig. 146 - Monsaraz, Portugal.
Fonte: 7maravilhas.pt.



Fig. 147 - Mourão, Portugal.
Fonte: portugaldenorteasul.pt

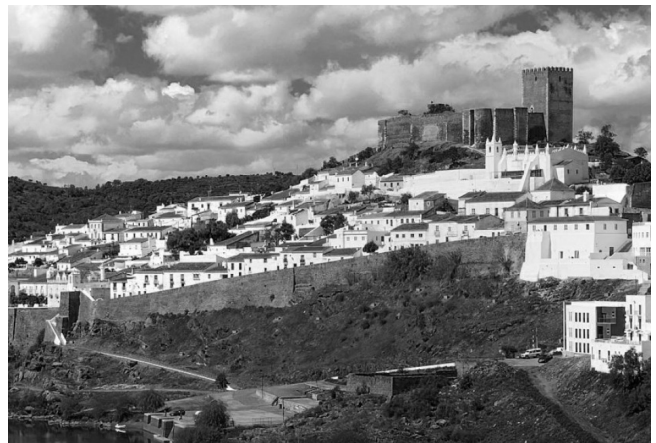


Fig. 148 - Mértola, Portugal.
Fonte: portugaldenorteasul.pt

A expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal torna-se imperativa quando nos deparamos com todos estes territórios que marcam e traçam a identidade portuguesa de Norte a Sul.

Após o estudo aprofundando das medidas que promoveram uma mudança de rumo para o Interior de Portugal nos últimos sessenta anos, de uma ação piloto que alterou por completo uma região que se encontrava descaracterizada, hoje, mais do que nunca, torna-se obrigatório garantir a continuidade e a vitalidade destes territórios fragilizados pela sua marginalização.

As Aldeias Históricas de Portugal representam uma pequena percentagem da grande fatia que são os dois terços de território rural português. No entanto, representa também a grande necessidade de mudança, a vontade de reduzir as assimetrias territoriais e o empenho na revitalização social, patrimonial, cultural e económica.

Mais do que uma proposta de dissertação de mestrado, mais do que uma compilação de premissas e critérios de seleção, a proposta de expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal traduz a vontade de devolver às aldeias de Norte a Sul a vitalidade que outrora as caracterizou, preservando a sua memória, a sua história, a sua cultura, o seu património, mas, sobretudo, a sua população, tradições e costumes.

A proposta de expansão apresentada, demonstra um diversificado conjunto de aldeias que caracterizam a cultura, o património e a população do Interior Raiano de Portugal.

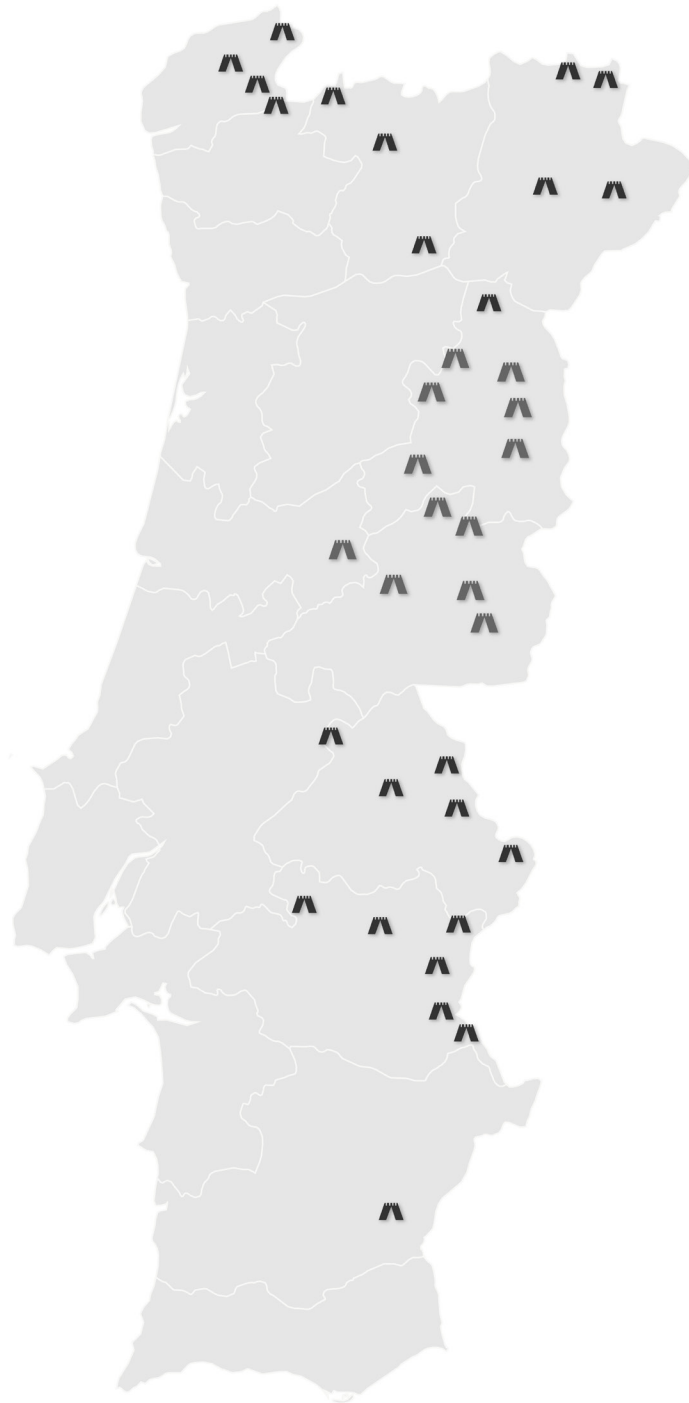


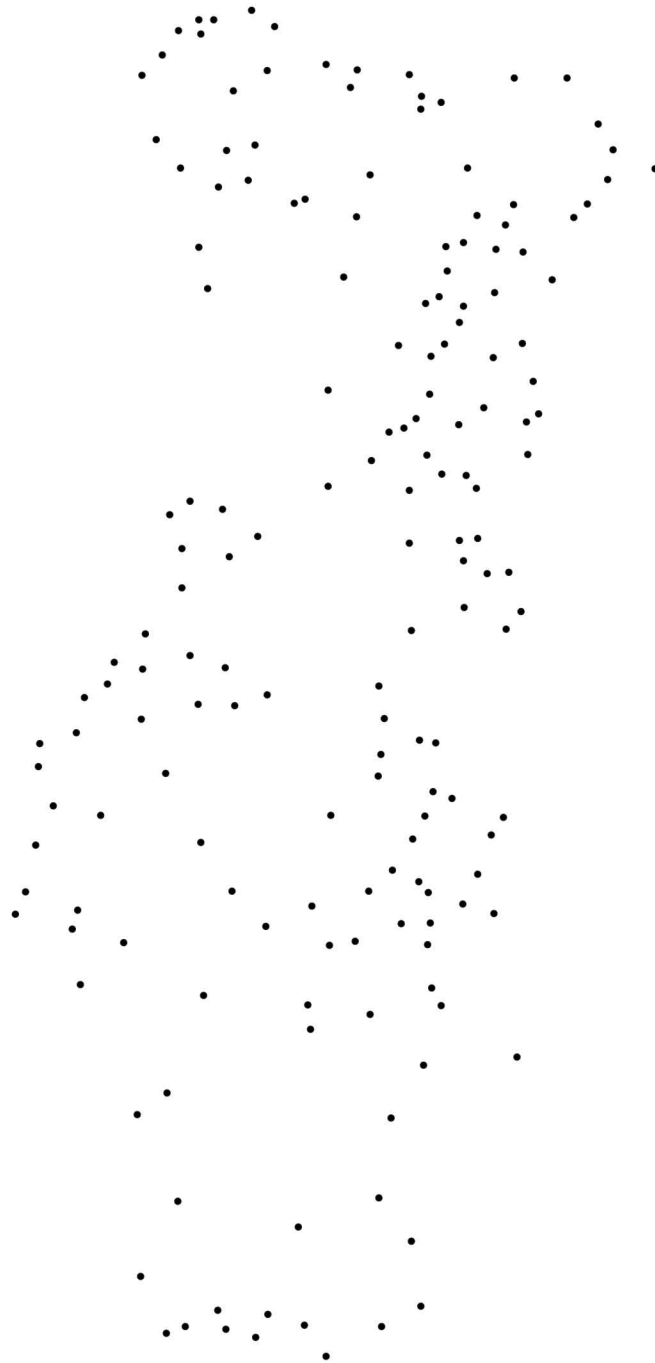
Fig. 149 - Proposta de Expansão do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal.
Um proposta para Reabi(li)tar o Interior de Portugal.

No Norte encontramos um território bastante diversificado a nível cultural, patrimonial e arquitetónico. Do Norte Litoral ao Norte Interior passamos de Solares Vinhateiros a Casas de Lavoura, passamos das grandes Sés para pequenas capelas de peregrinação, passamos de lousas em xisto no telhado, para pilares de granito como estrutura de um palheiro. Esta enorme variedade territorial, também promoveu uma seleção que transparece essa multiculturalidade nacional que tanto caracteriza o Norte.

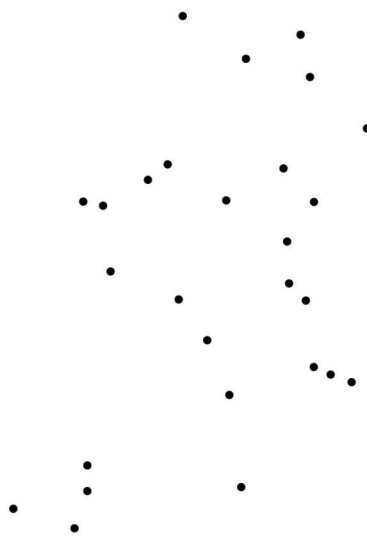
Já no Sul, um território mais extenso e disperso, torna-se mais homogéneo por causa do seu clima seco e extremamente quente, ao contrário do Norte de Portugal que é mais concentrado e com condições climatéricas polivalentes. No entanto, também é um território extremamente rico a nível patrimonial e cultural com uma ligação muito forte com os castelos e fortalezas de Portugal.

Este conjunto de 24 novas aldeias a serem integradas, intervencionadas e revitalizadas pelo programa, traduzem a nova paisagem rural do nosso país. A rede de 36 Aldeias Históricas de Portugal deve priorizar o seu desenvolvimento em prol dos seus habitantes, continuando a dotar os seus territórios com condições dignas de habitabilidade, preservar o seu património histórico e cultural, promover estruturas modernas de subsistência económica adequadas a realidade rural, e, por fim, tornarem-se em territórios ainda mais atrativos para a fixação populacional.

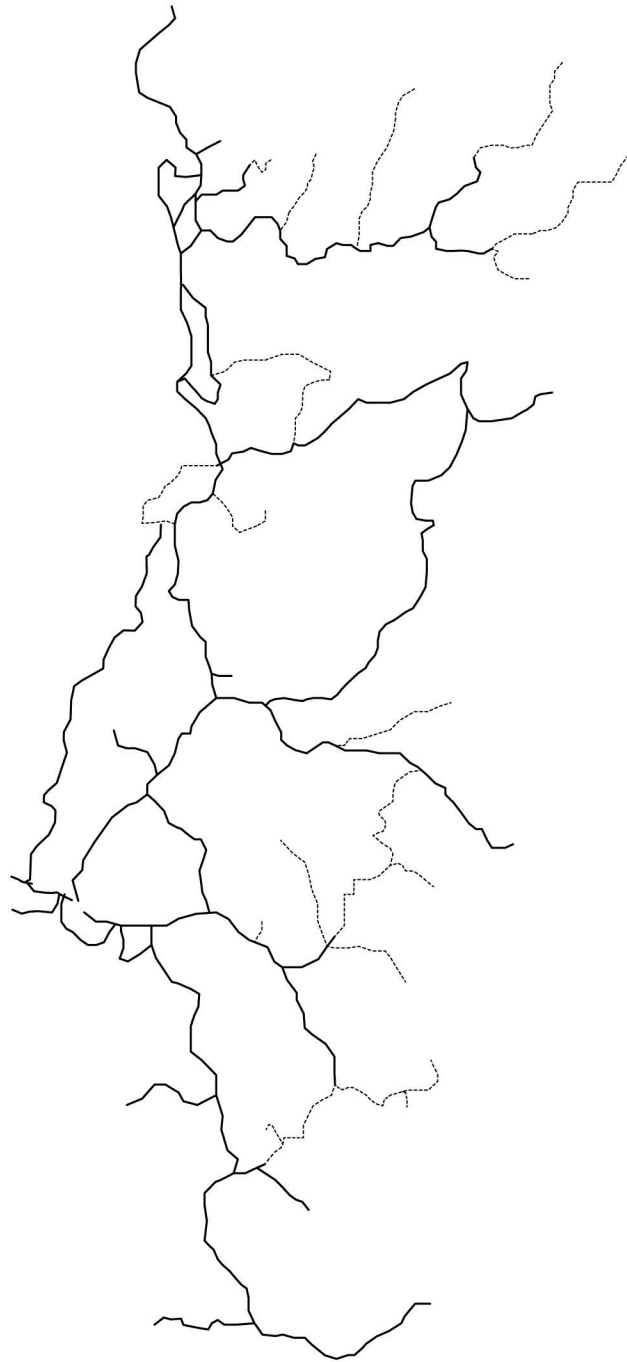
Consolidando estas premissas junto da população, o turismo rural em massa deixa de ser uma ameaça à identidade patrimonial histórico-cultural e passa a ser um meio equilibrado de subsistência económica.



Rede de Castelos de Portugal no século XVI.



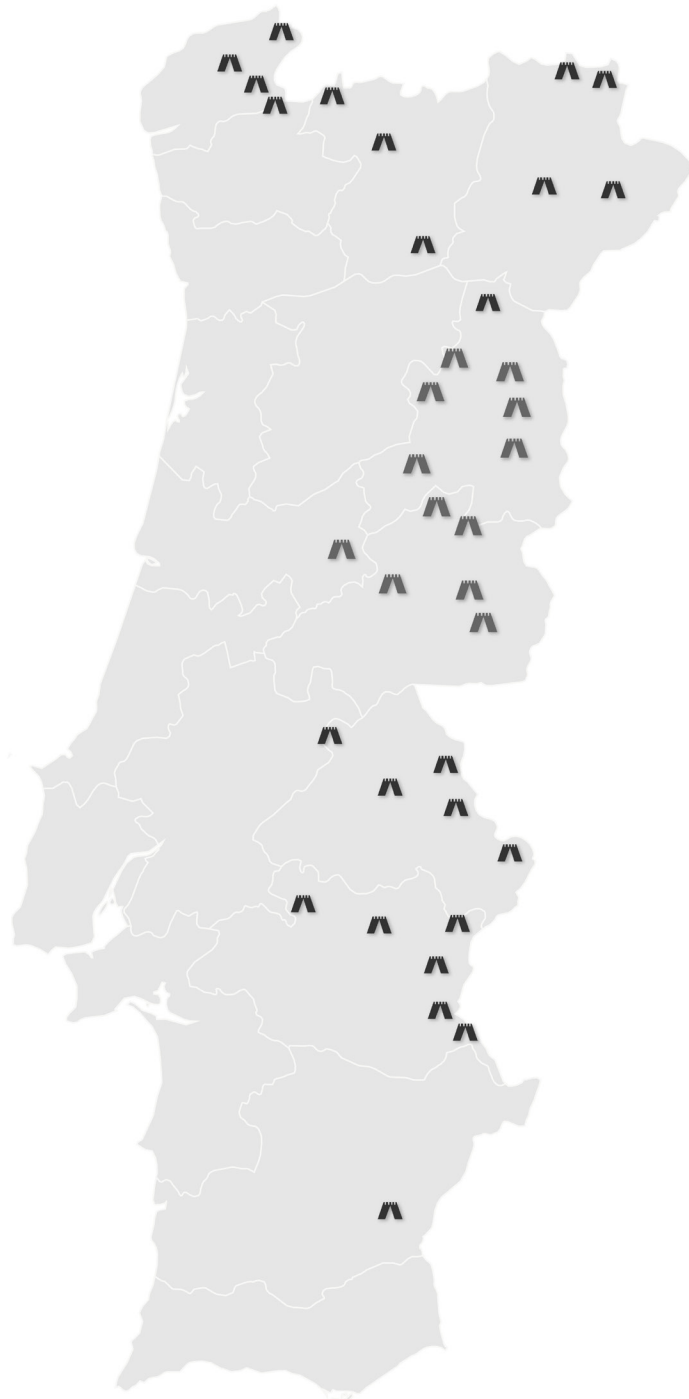
**Concurso 7 Maravilhas de Portugal - Aldeias
(Norte e Alentejo).**



Eixos Ferroviários Principais.



Eixos Rodoviários Principais.



Conclusão.

Perante um dos maiores problemas demográficos do nosso país, que é o despovoamento e a descaraterização do Interior de Portugal, a presente dissertação não pretende apenas ser uma proposta de alargamento programático de uma ação piloto que alterou por completo uma determinada região. Pretende também esboçar uma reflexão e uma mudança de um rumo que se tem vindo a observar nas últimas décadas no nosso país.

Várias são as considerações que devem ser feitas ao concluir este trabalho de investigação. A primeira, passa por concluir que o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal é sem dúvida um dos principais catalizadores para a revitalização e reabilitação urbana, arquitetónica, económica, cultural, patrimonial e social da Beira Interior. Propor a sua expansão torna-se imperativo, tendo em conta a sua dimensão programática e o estado atual do Interior de Portugal: descaraterizado e despovoado.

O estudo aprofundando do que foi feito em cada uma das doze Aldeias Históricas de Portugal, permitiu, não só, concluir que o programa cumpre com as suas premissas e objetivos através de intervenções patrimoniais, infraestruturais e urbanas, como também permitiu uma seleção mais real e mais adequada de novas aldeias a serem abrangidas pelo programa.

Através da expansão programática das Aldeias Históricas de Portugal, conseguimos garantir uma redução das assimetrias entre o litoral e o interior, onde a população residente esteja conetada e não marginalizada ou isolada, que tenha condições de habitabilidade dignas, e que tenha as bases necessárias para garantir a sua fixação no território, através de atratividade urbana e territorial, empregabilidade e infraestruturas, conseguindo, assim, equilibrar um país voltado para o mar.

Ao encontro do objetivo principal da presente dissertação, reverter o despovoamento e descaraterização dos territórios do Interior, propomos a construção de uma rede de aldeias que unirá Portugal de Norte a Sul e de Este a Oeste através da diversidade do seu legado histórico e cultural, do seu património e turismo rural, mas principalmente, através da sua população residente.

Por mais que as aldeias sejam objeto de culto, símbolo de um passado, que atrai diferentes tipologias de visitantes, estes espaços não podem apenas corresponder à procura turística nem devem isolar-se do ambiente onde estão inseridos. Devem, sim, continuar a desenvolver-se. Reerguer, revitalizar, reabilitar e perpetuar o seu património para as gerações futuras, mantendo a sua essência e na reivindicação de melhores condições e qualidade de vida para os seus residentes, e mantendo uma identidade que só a inclusão dos habitantes e a sua vivência de forma genuína pode conferir às aldeias.

É necessário perceber a importância de conservar estes territórios rurais enquanto herança cultural de um país. Esta é a importância de programas como o das “Aldeias Históricas de Portugal”, que devem estar sob uma análise constante para serem complementados consoante as necessidades atuais. Porque *“onde há pessoas... há vida, sempre!”*

Bibliografia.

Alves, João Emílio, Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito. Lisboa: CET-ISCTE-IUL, 2004.

Alves, Vera Marques, Os Etnógrafos Locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social - ISCTE, 1997.

Arquitectura Popular em Portugal, 1º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

Arquitectura Popular em Portugal, 3º Volume. Associação Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

Carta de Amsterdão, Carta Europeia do Património Arquitectónico adotada pelo Conselho Europeu, Amsterdão, Outubro de 1975.

Carta de Atenas, Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, Atenas, Outubro de 1931.

Carta Internacional do Turismo Cultural, 12ª Assembleia Geral do ICOMOS, México, Outubro de 1999.

Carta Internacional sobre o Património Vernacular, 12ª Assembleia Geral do ICOMOS, México, Outubro de 1999.

Carta de Veneza, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, Maio de 1964.

Carta de Washington, Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, Washington, Outubro de 1987.

Choay, Françoise, A Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, 2008.

Coutinho, Andreia Sofia Canetas, Património [in]tocável: reflexão crítica sobre os efeitos do turismo cultural nos centros históricos. Coimbra, 2009.

Graça, Eduardo; Esteves, Victor - Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Almeida e Castelo Mendo. Lisboa: INATEL, 2000.

Graça, Eduardo; Esteves, Victor - Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Castelo Novo. Lisboa: INATEL, 2000.

Graça, Eduardo; Esteves, Victor - Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Castelo Rodrigo. Lisboa : INATEL, 2000.

Graça, Eduardo; Esteves, Victor - Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Linhares. Lisboa: INATEL, 2000.

Graça, Eduardo; Esteves, Victor - Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva. Lisboa: Inatel, 2000.

Graça, Eduardo; Esteves, Victor - Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Sortelha. Lisboa: INATEL, 2000.

Carta do Lazer das Aldeias Históricas. Lisboa: INATEL, 2000.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan; Branco, Jorge Freitas, Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal: Uma Perspectiva. Lisboa: Etnográfica Press, 2003.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan; Branco, Jorge Freitas, Félix, Pedro, Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal - Capítulo 9. O concurso "A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal" (1938). Lisboa: Etnográfica Press, 2003.

Cadavez, Maria, A Bem da Nação. As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940, Doutoramento no Ramo de Estudos de Literatura e de Cultura, na Especialidade de Ciências da Cultura, Universidade de Lisboa, 2012.

Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, Castelos em Portugal, Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

Correia, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo : da definição de um projecto à memorização de um legado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

Coutinho, Andreia Sofia Canetas, Património (In)tocável. Reflexão crítica sobre os efeitos do turismo cultural nos centros históricos, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

Cunha, Licínio, Fluxos & Riscos nº 1, Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.

Cunha, Luís, A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional. Braga: Universidade do Minho, 1994.

Domingues, Álvaro, Vida no Campo. Porto: Dafne Editora, 2012.

Domingues, Álvaro, A rua da estrada: o problema é fazê-los parar! Porto: Dafne Editora, 2009.

Ferreira, Pedro Navega, Programa de recuperação de Aldeias Históricas de Portugal, Um Balanço, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2011.

Flores, Joaquim de Moura, Património. Do Monumento ao Território Urbano. Em Urbanidade e Património. Lisboa, IGAPHE/URBE, 1998.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Almeida, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Belmonte, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Castelo Mendo, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Castelo Novo, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Linhares, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Marialva, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Monsanto, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Piódão, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Sortelha, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Folheto Turístico da Aldeia Histórica de Trancoso, Aldeias Históricas de Portugal, 2019.

Herculano, Alexandre, Monumentos Pátrios in Opúsculos, 1873.

Lobo, Susana, Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

Lobo, Susana, Pousadas de Portugal: Reflexos da arquitectura portuguesa do século XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Maré, Florbela, História das Infra-estruturas Rodoviárias. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2011.

Martins, João Paulo, Brion, Madalena, Sousa, Miguel de, Levy, Maurício, Amorim, Óscar, O Caminho de Ferro Revisitado. O Caminho de Ferro em Portugal de 1856 a 1996, 1996.

Moreira, Margarida, Camarinhas, Catarina, Paulo, Luísa, Património Rural em Portugal. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.

Neto, Maria João, A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal 1929-1999, Lisboa, 1999.

Neto, Maria João, Memória, Propaganda e Poder O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960), FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 2001.

Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, Construções primitivas em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

Neves, Vitor M. L. Pereira - As aldeias históricas: conjuntos históricos a valorizar Lisboa, 1996.

Pacheco, Elsa, Alteração das Acessibilidades e Dinâmicas Territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES, 2004.

Pires, Luís Madureira, 30 Anos de Fundos Estruturais (1986-2015), Revista R:I n.º 53, A face visível da Europa. Os fundos europeus em Portugal, Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade de Lisboa, 2017.

Plano de Desenvolvimento Regional 1989 - 1993, Volume I, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Março 1989.

Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior, CCR-C – Comissão de Coordenação da Região Centro, Setembro, 1999.

Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal: acção piloto de promoção do potencial de desenvolvimento regional. Ministério do Planeamento e Administração do Território - Lisboa: Ministério do Comércio e Turismo, 1994.

Ramos, Rui, História de Portugal, Direcção de José Mattoso, A Segunda Fundação (1890-1926), Lisboa, Cíclo de Leitores, Lda. e Autores, 1994.

Sampaio, Joaquim, Mitificação e Paisagem Simbólica: o caso do Estado Novo. Porto: Curso de Doutoramento em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

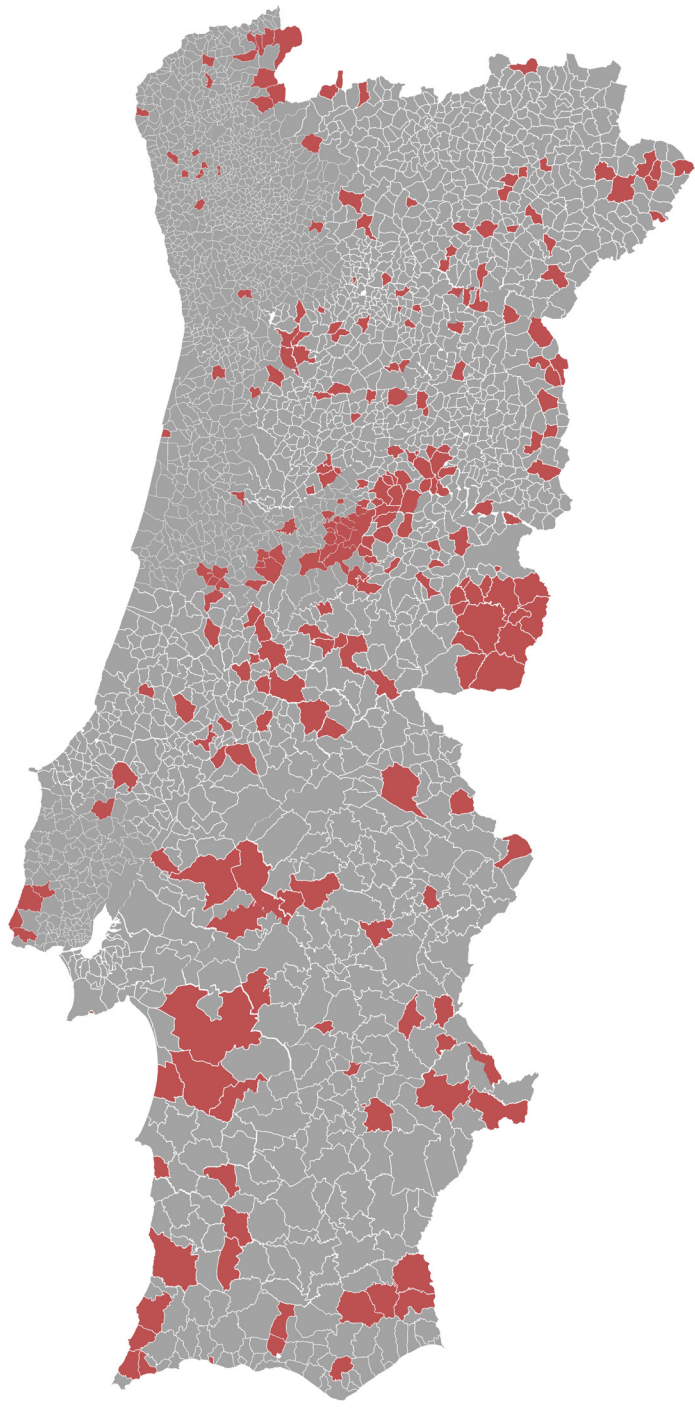
Santos, Henrique Pereira dos, Portugal: Paisagem Rural. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

Silva, José Manuel Ferreira da, As Assimetrias Regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, 2012.

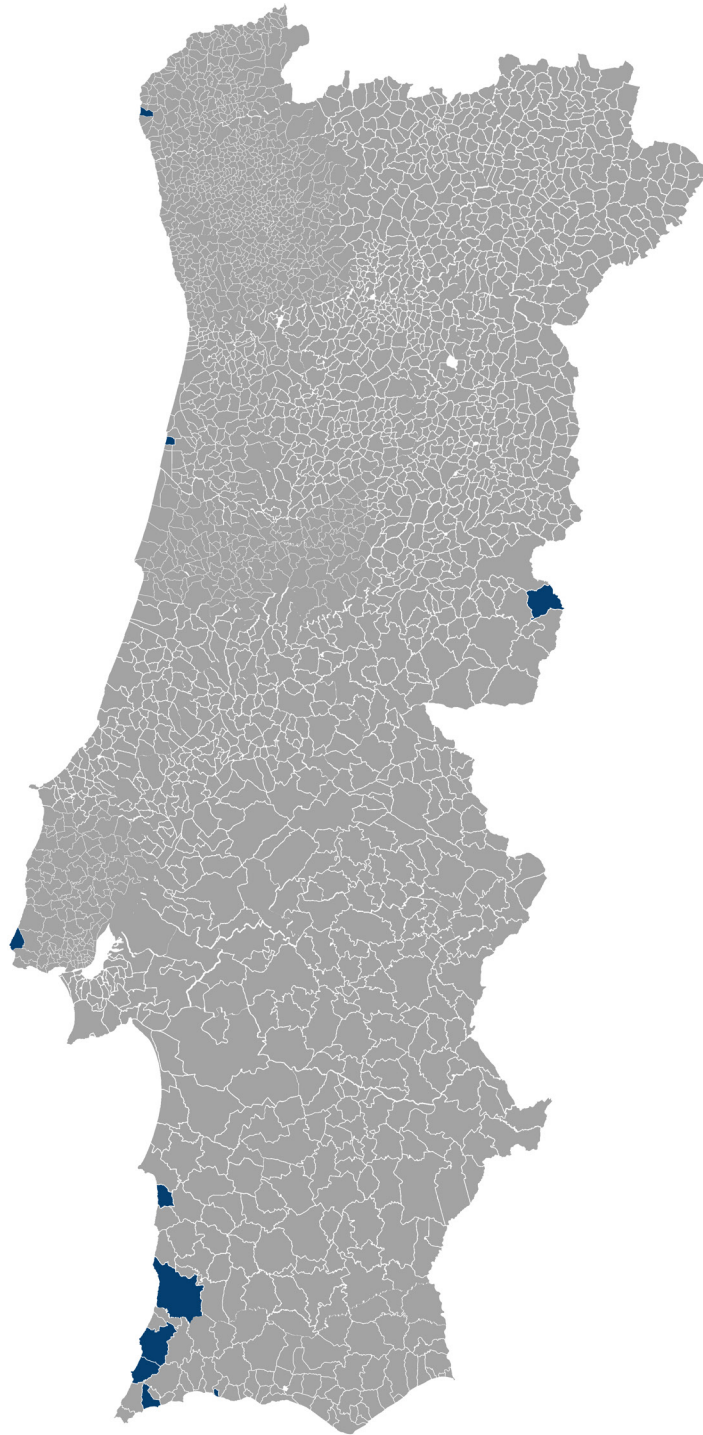
Silveira, Luís Espinha da, Alves, Daniel, Lima, Nuno Miguel, Alcântara, Ana e Puig-Farré, Josep, Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930, 2011.

Tavares, João F., 100 Obras de engenharia civil no século XX, 2000.

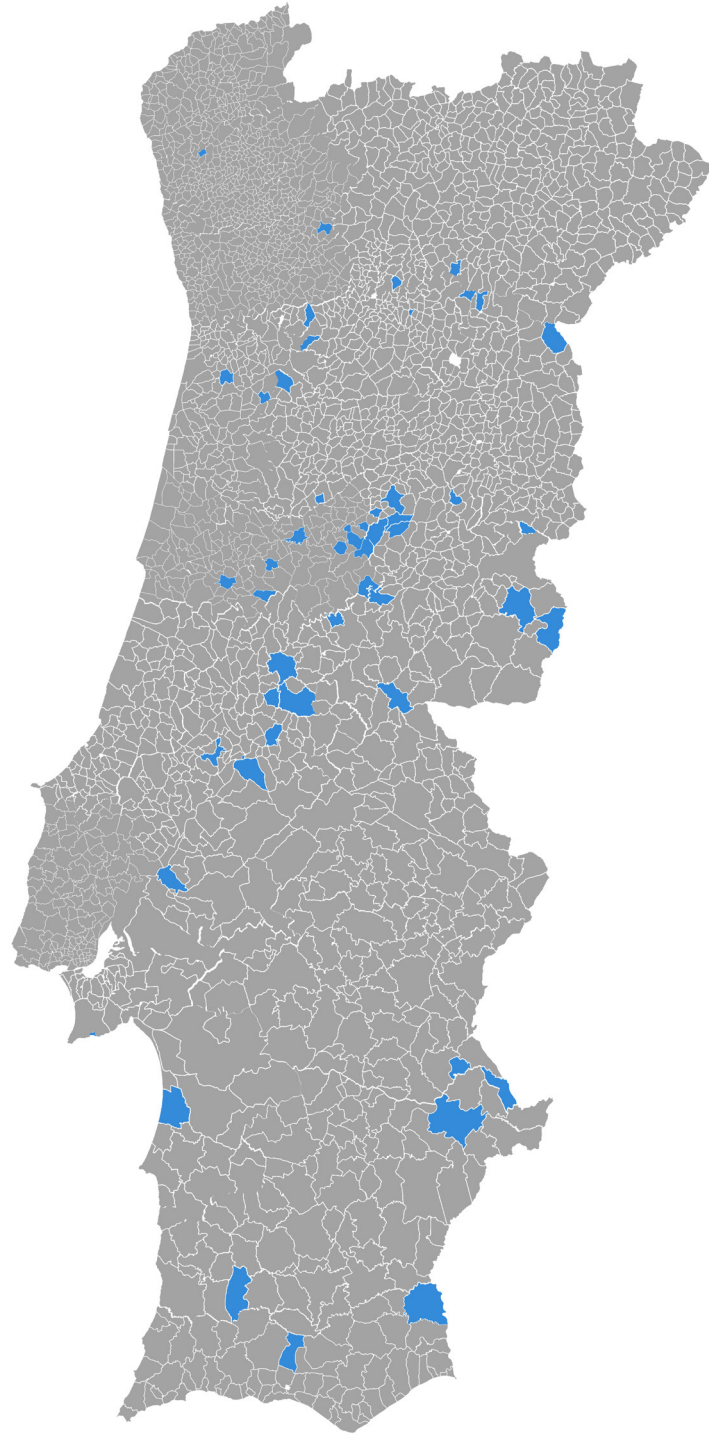
Anexos.



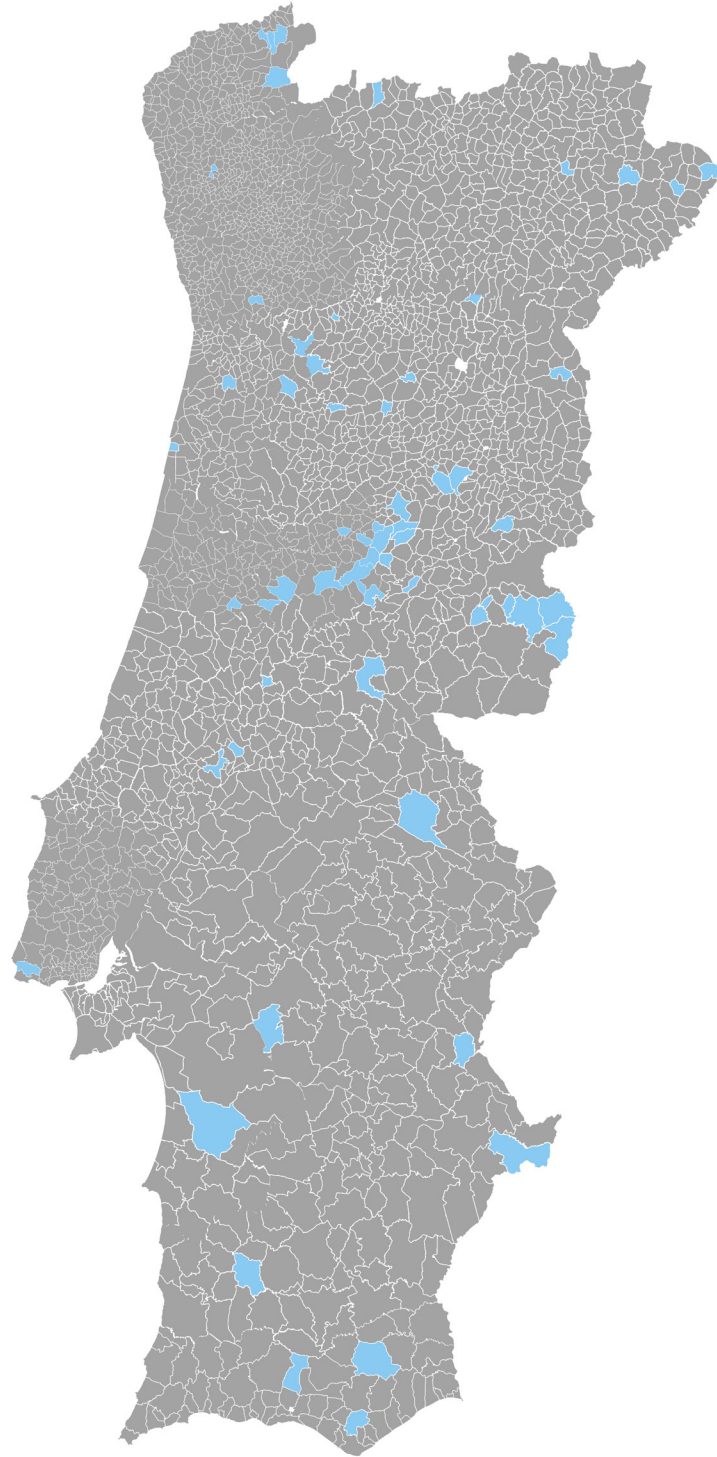
Anexo 1 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal por Freguesia



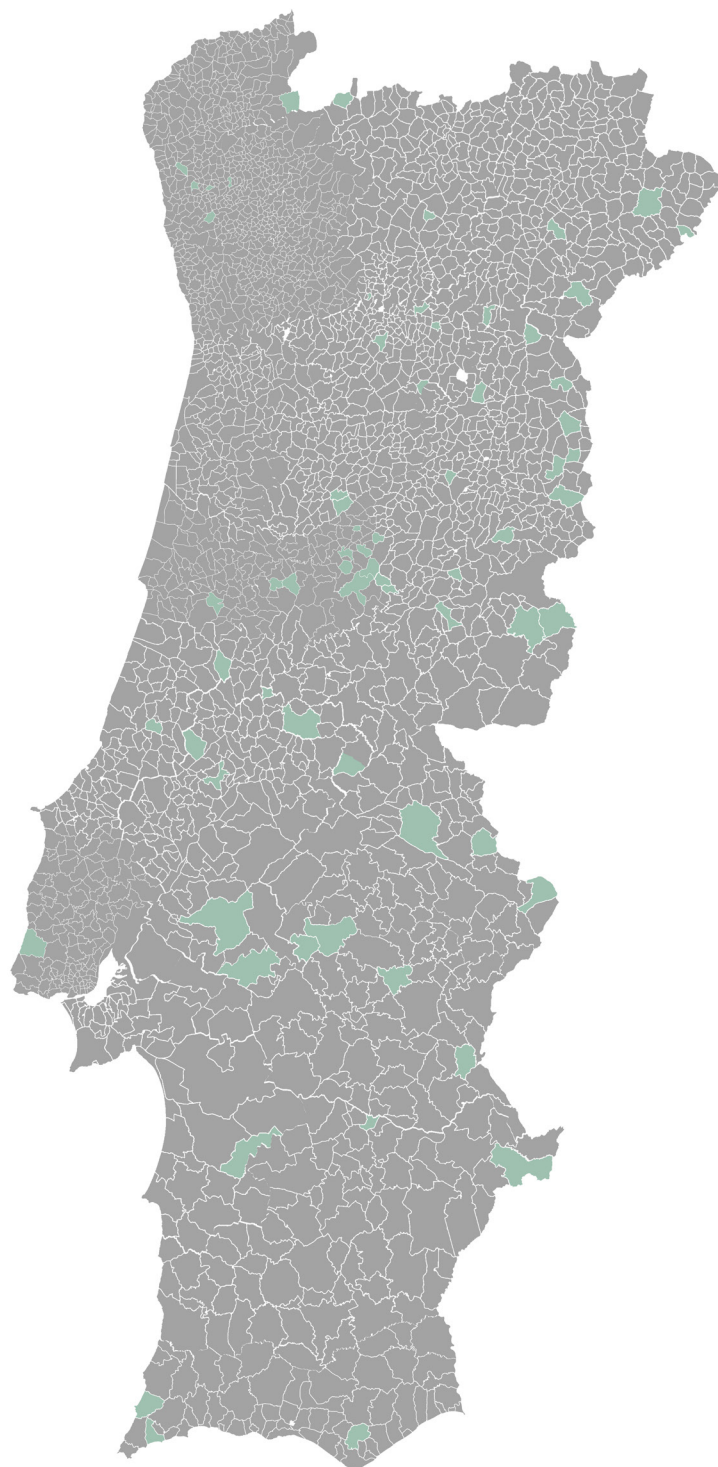
Anexo 2 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias de Mar"



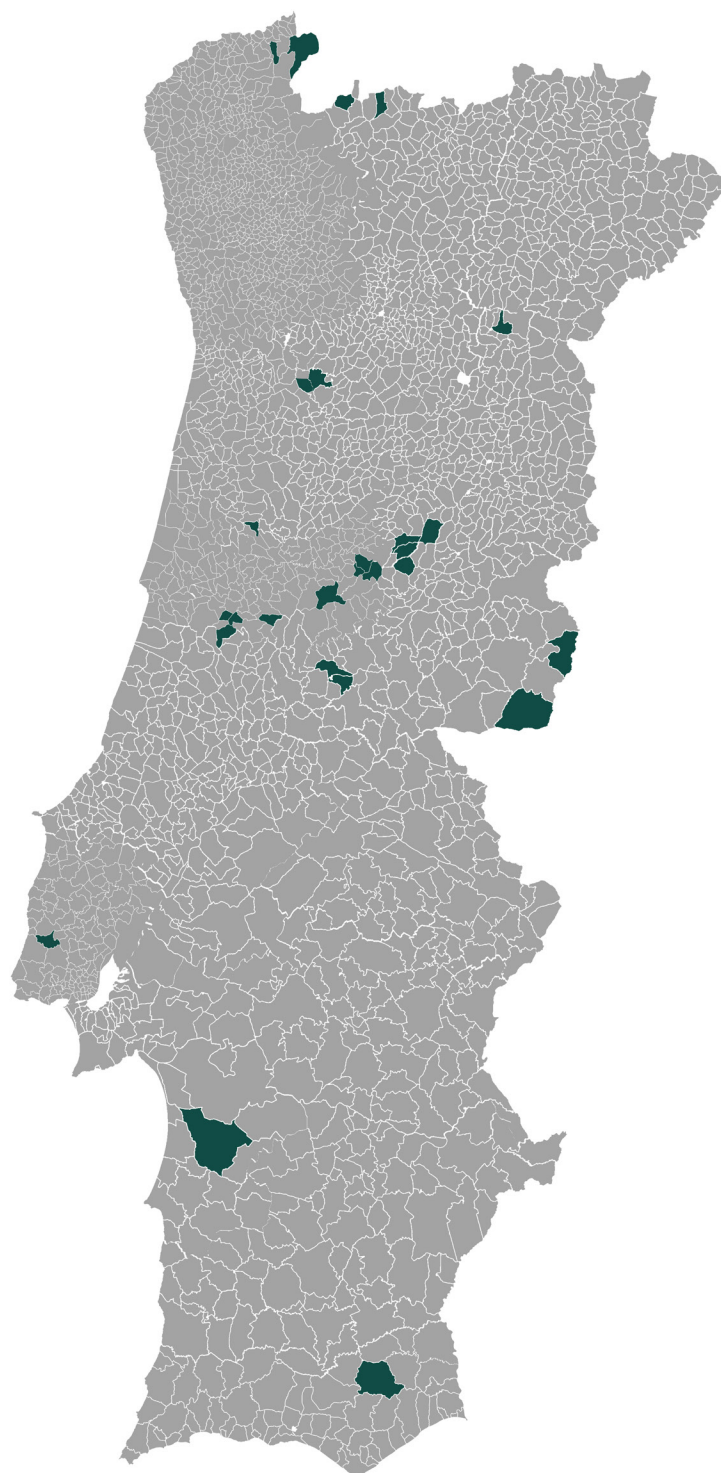
Anexo 3 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias Ribeirinhas"



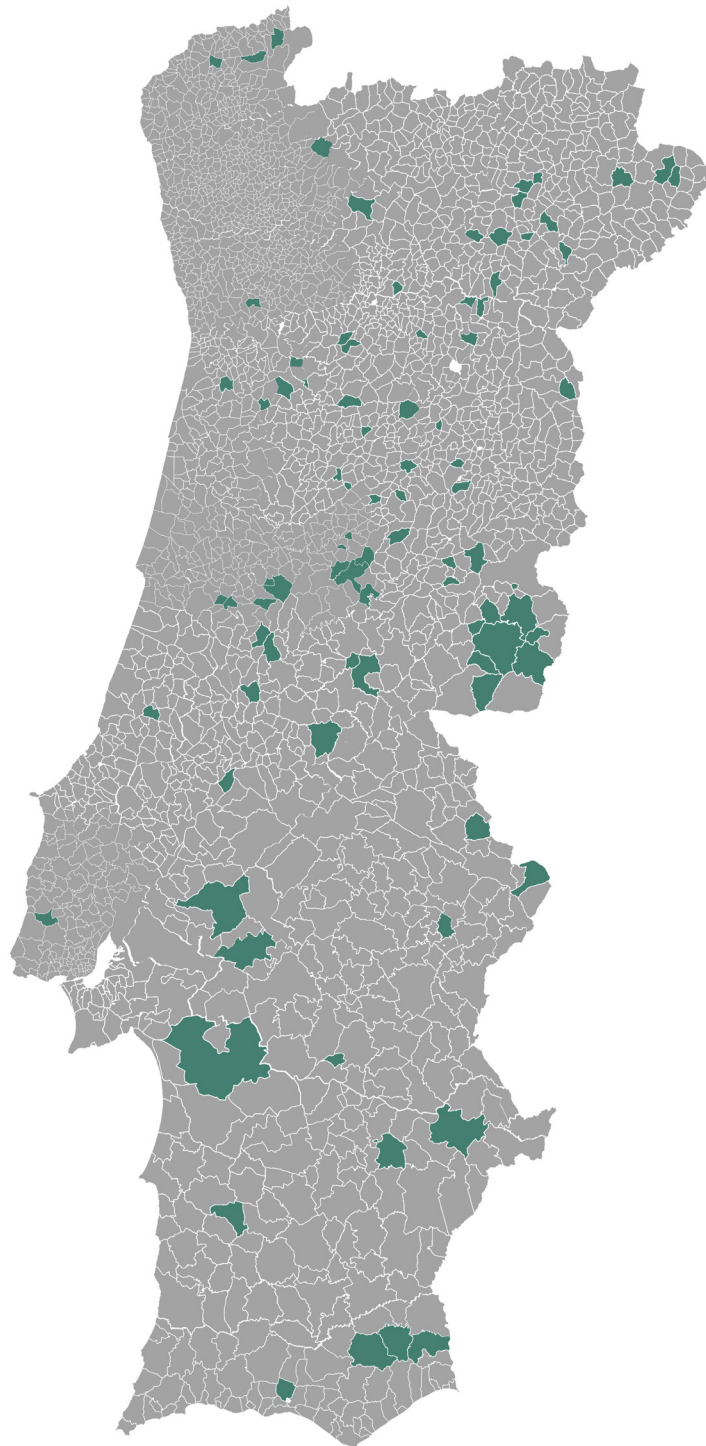
Anexo 4 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias Autênticas"



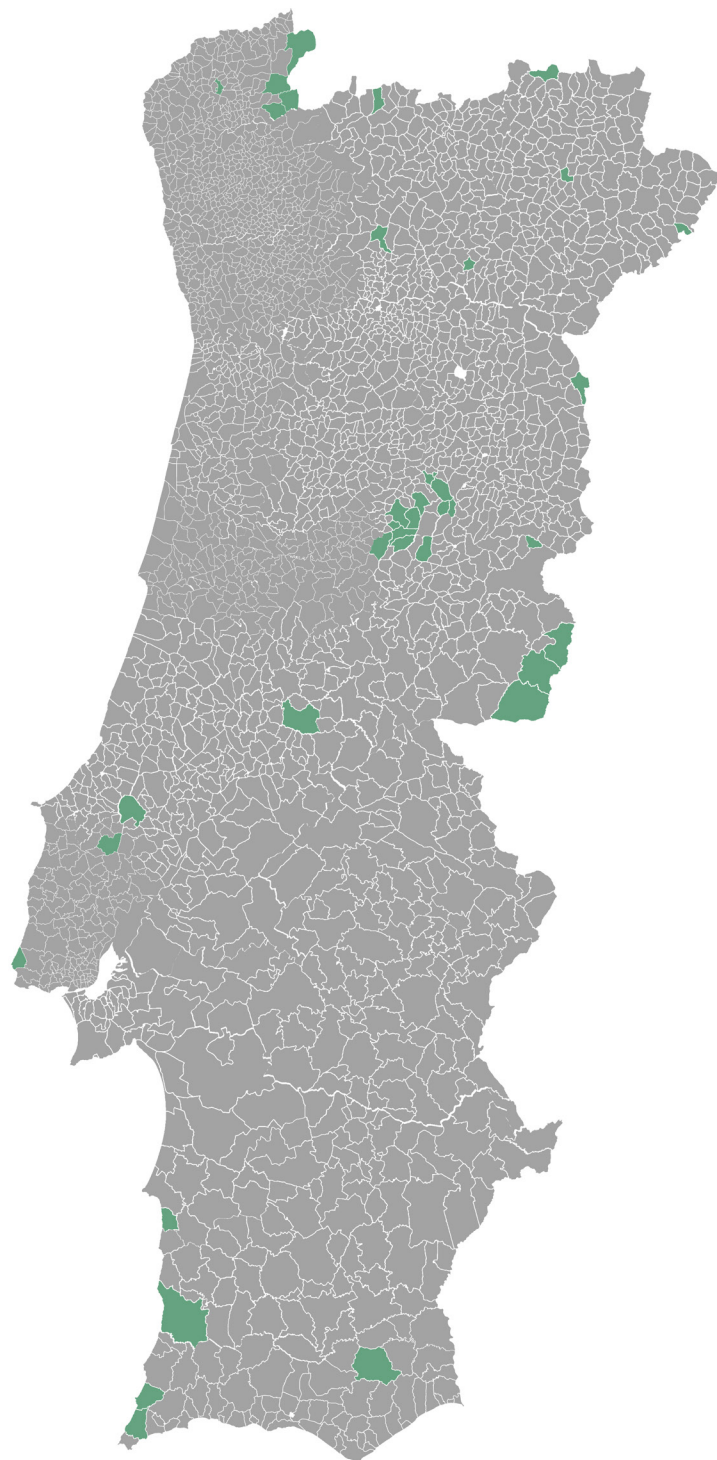
Anexo 5 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias Monumento"



Anexo 6 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias Remotas"



Anexo 7 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias Rurais"



Anexo 8 - Mapa das Aldeias Concorrentes ao Concurso das "7 Maravilhas de Portugal" à "Categoria Aldeias em Áreas Portuguesas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE AVEIRO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de UI	. Oliveira de Azeméis	. Oliveira de Azeméis	. Aveiro	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas".
. Aldeia de Meitriz	. Janarde	. Arouca	. Aveiro	"Aldeias Rurais"
. Aldeia dos Amiais	. Couto de Esteves	. Sever do Vouga	. Aveiro	"Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Rurais".
. Aldeia de Costa Nova	. Gafanha da Encarnação	. Ílhavo	. Aveiro	"Aldeias de Mar" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Drave	. Covelo de Paivó e Janarde	. Arouca	. Aveiro	"Aldeias Remotas"
. Aldeia de Várzeas	. Luso	. Mealhada	. Aveiro	"Aldeias Remotas"
. Aldeia da Paradinha	. Alvarenga	. Arouca	. Aveiro	"Aldeias Autênticas"

Anexo 9.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:
DISTRITO DE BEJA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Vila de Frades	. Vila de Frades	. Vidigueira	. Beja	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Safara	. Safara e Santo Aleixo	. Moura	. Beja	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Santo Aleixo da Restauração	. Safara e Santo Aleixo	. Moura	. Beja	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Baleizão	. Baleizão	. Beja	. Beja	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Santo Amador	. Moura e Santo Amador	. Moura	. Beja	"Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Santa Clara-a-Velha	. Santa Clara-a-Velha	. Odemira	. Beja	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de S.Martinho das Amoreiras	. S. Martinho das Amoreiras	. Odemira	. Beja	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Vale de Santiago	. Vale de Santiago	. Odemira	. Beja	"Aldeias Rurais"
. Aldeia da Zambujeira do Mar	. São Teotónio	. Odemira	. Beja	"Aldeias de Mar" e "Aldeias em Áreas Protegidas"

Anexo 10.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE BRAGA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Espindo	. Ruivães	. Vieira do Minho	. Braga	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Fragoso	. Fragoso	. Barcelos	. Braga	"Aldeia Monumento"
. Aldeia de Manhente	. Manhente	. Barcelos	. Braga	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Mire de Tibães	. Mire de Tibães	. Braga	. Braga	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Abade de Neiva	. Abade de Neiva	. Barcelos	. Braga	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Castelo de Arnóia	. Arnóia	. Celorico de Basto	. Braga	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Panque	. Panque	. Barcelos	. Braga	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Galegos de São Martinho	. Galegos de São Martinho	. Barcelos	. Braga	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Oliveira	. Oliveira	. Barcelos	. Braga	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Monte de Fralães	. Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	. Barcelos	. Braga	"Aldeias Monumento"

Anexo 11.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL: DISTRITO DE BRAGANÇA				
NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Picote	. Picote	. Miranda do Douro	. Bragança	"Aldeias Monumento" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Moimenta	. Moimenta e Montouto	. Vinhais	. Bragança	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Abreiro	. Abreiro	. Mirandela	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Algoso	. Algoso, Campo de Víboras e Uva	. Vimioso	. Bragança	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Caçarelhos	. Caçarelhos e Angueira	. Vimioso	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Foz Tua	. Castanheiro e Ribalonga	. Carrazeda de Ansiães	. Bragança	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Parada	. Parada e Sendim da Ribeira	. Alfândega da Fé	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Podence	. Podence e Sta. Combinha	. Macedo de Cavaleiros	. Bragança	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Genísio	. Genísio	. Miranda do Douro	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Carviçais	. Carviçais	. Torre de Moncorvo	. Bragança	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Romeu	. Romeu	. Mirandela	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Pombal de Ansiães	. Pombal de Ansiães	. Carrazeda de Ansiães	. Bragança	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Santa Comba da Vilarça	. Santa Comba da Vilarça	. Vila Flor	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Santa Combinha	. Podence e Sta. Combinha	. Macedo de Cavaleiros	. Bragança	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Vilas Boas	. Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas	. Vila Flor	. Bragança	"Aldeias Rurais"

Anexo 12.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL: DISTRITO DE BRAGANÇA				
NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Vila Verdinho	. Cedães	. Mirandela	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Vilar Seco	. Vilar Seco	. Vimioso	. Bragança	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Vilarinho da Castanheira	. Vilarinho da Castanheira	. Carrazeda de Ansiães	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Santulhão	. Santulhão	. Vimioso	. Bragança	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Uva	. Algoso, Campo de Víboras e Uva	. Vimioso	. Bragança	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Paradela	. Ifanes e Paradela	. Miranda do Douro	. Bragança	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Sambade	. Sambade	. Alfândega da Fé	. Bragança	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Vale Pradinhos	. Sesufle	. Macedo de Cavaleiros	. Bragança	"Aldeias Rurais"

Anexo 13.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:
DISTRITO DE CASTELO BRANCO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Castelo Novo	. Castelo Novo	. Fundão	. Castelo Branco	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Janeiro de Cima	. Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	. Fundão	. Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Lavacolhos	. Lavacolhos	. Fundão	. Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Pêro Viseu	. Pêro Viseu	. Fundão	. Castelo Branco	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Quintãs	. Três Povos	. Fundão	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Monforte da Beira	. Monforte da Beira	. Castelo Branco	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Água Formosa	. Vila de Rei	. Vila de Rei	. Castelo Branco	"Aldeias Monumento" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Alcaide	. Alcaide	. Fundão	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Alcamim	. Vila de Rei	. Vila de Rei	. Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Fernandaires	. Vila de Rei	. Vila de Rei	. Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia da Zaboeira	. Vila de Rei	. Vila de Rei	. Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Foz do Cobreão	. Vila Velha de Rodão	. Vila Velha de Rodão	. Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Figueira	. Sobreira Formosa e Alvito da Beira	. Proença-a-nova	. Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Isna	. Isna	. Oleiros	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Ladoeiro	. Ladoeiro	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"

Anexo 14.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:
DISTRITO DE CASTELO BRANCO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Cegonhas	. Rosmaninhal	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Remotas"
. Aldeia de Idanha-a-Velha	. Monsanto e Idanha-a-Velha	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Monumento", "Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Álvaro	. Álvaro	. Oleiros	. Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Monsanto	. Monsanto e Idanha-a-Velha	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Monumento", "Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de São Francisco de Assis	. Aldeia de São Francisco de Assis	. Covilhã	. Castelo Branco	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Alcafozes	. Idanha-a-Nova e Alcafozes	. Idanha-a-Nova e Alcafozes	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Oledo	. Oledo	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Penhas da Saúde	. Cortes do Meio	. Covilhã	. Castelo Branco	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Proença-a-Velha	. Proença-a-Velha	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Monfortinho	. Monfortinho e Salvaterra Do Extremo	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Cunqueiros	. Sobreira Formosa e Alvito da Beira	. Proença-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Aranhas	. Aranhas	. Penamacor	. Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Santa Margarida	. Aldeia de Santa Margarida	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Salvaterra do Extremo	. Monfortinho e Salvaterra do Extremo	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias em Áreas Protegidas"

Anexo 15.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:
DISTRITO DE CASTELO BRANCO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
· Aldeia de Medelim	· Medelim	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
· Aldeia de Fojo da Serra	· Troviscal	· Sertã	· Castelo Branco	"Aldeias Remotas"
· Aldeia de Moinhos da Ribeira	· Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	· Sertã	· Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
· Aldeia de Rosmaninhal	· Rosmaninhal	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias em Áreas Protegidas"
· Aldeia de Relvas	· Ermida e Figueiredo	· Sertã	· Castelo Branco	"Aldeias Remotas"
· Aldeia de Penha Garcia	· Penha Garcia	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Monumento", "Aldeias de Mar" e "Aldeias Autênticas"
· Aldeia de S. Jorge da Beira	· S. Jorge da Beira	· Covilhã	· Castelo Branco	"Aldeias Monumento"
· Aldeia de Toulões	· Toulões	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
· Aldeia de Termas de Monfortinho	· Monfortinho e Salvaterra do Extremo	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Ribeirinhas"
· Aldeia de Soalheiras	· Rosmaninhal	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Remotas"
· Aldeia de Trigais	· Erada	· Covilhã	· Castelo Branco	"Aldeias Remotas"
· Aldeia da Zebreira	· Zebreira e Segura	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Rurais"
· Aldeia de Torre	· Monfortinho e Salvaterra do Extremo	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias Remotas"
· Aldeia de Segura	· Zebreira e Segura	· Idanha-a-Nova	· Castelo Branco	"Aldeias em Áreas Protegidas"

Anexo 16.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de São Miguel de Acha	. São Miguel de Acha	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Sobral de S. Miguel	. Sobral de S. Miguel	. Covilhã	. Castelo Branco	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Couto dos Correias	. Rosmaninhal	. Idanha-a-Nova	. Castelo Branco	"Aldeias Remotas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE LEIRIA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Casal de S. Simão	. Aguda	. Figueiró dos Vinhos	. Leiria	"Aldeias Rurais"
. Aldeia Ana de Aviz	. Figueiró dos Vinhos e Bairradas	. Figueiró dos Vinhos	. Leiria	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Pia do Urso	. Batalha	. Batalha	. Leiria	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Abiul	. Abiul	. Pombal	. Leiria	"Aldeias Monumento"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE PORTALEGRE

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Flor da Rosa	. Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	. Crato	. Portalegre	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Alegrete	. Alegrete	. Portalegre	. Portalegre	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Belver	. Belver	. Gavião	. Portalegre	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Ouguela	. S. João Batista	. Campo Maior	. Portalegre	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE COIMBRA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Benfeita	. Benfeita	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Foz d'Égua	. Piodão	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Remotas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia da Mourísia	. Moura da Serra	. Arganil	. Coimbra	Aldeias Remotas"
. Aldeia do Piodão	. Piodão	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Monumento", "Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais", "Aldeias Remotas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Pomares	. Pomares	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Vila Cova de Alva	. Vila Cova de Alva	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Ega	. Ega	. Condeixa-a-Nova	. Coimbra	"Aldeias Monumento"
. Aldeia do Candal	. Lousã	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia do Casal Novo	. Lousã	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Avô	. Avô	. Oliveira do Hospital	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Cerdeira	. Lousã	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Chiqueiro	. Lousã	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Fajão	. Fajão	. Pampilhosa da Serra	. Coimbra	"Aldeias Monumento", "Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Foz do Arouce	. Foz do Arouce e Casal Ermio	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Gândaras	. Gândaras	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Rurais"

Anexo 18.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE COIMBRA**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia do Talasnal	. Lousã e Vilarinho	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Vale Nogueira	. Lousã e Vilarinho	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Cerdeira	. Cerdeira	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Janeiro de Baixo	. Janeiro de Baixo	. Pampilhosa da Serra	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Soito da Ruiva	. Pomares	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Remotas"
. Aldeia das Dez	. Aldeia das Dez	. Oliveira do Hospital	. Coimbra	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Casal de Ermio	. Foz do Arouce e Casal Ermio	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia do Cadaval	. Furadouro	. Condeixa-a-nova	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Remotas"
. Aldeia de Casmilo	. Furadouro	. Condeixa-a-Nova	. Coimbra	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Remotas"
. Aldeia da Bobadela	. Bobadela	. Oliveira do Hospital	. Coimbra	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Lourosa	. Lourosa	. Oliveira do Hospital	. Coimbra	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Serpins	. Serpins	. Lousã	. Coimbra	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Poço	. Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova	. Condeixa-a-Nova	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Lortal	. Cadafaz e Colmeal	. Góis	. Coimbra	"Aldeias Remotas"
. Aldeia de Gondramaz	. Vila Nova	. Miranda do Corvo	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais", "Aldeias Remotas" e "Aldeias Autênticas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE COIMBRA**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Soito	. Cadafaz e Colmeal	. Góis	. Coimbra	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Serra de Janeanes	. Zambujal	. Condeixa-a-Nova	. Coimbra	"Aldeias Rurais", "Aldeias Remotas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Teixeira	. Cepos e Teixeira	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Vale de Espinho	. São Martinho da Cortiça	. Arganil	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de São Gião	. São Gião	. Oliveira do Hospital	. Coimbra	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Alvoco das Várzeas	. Alvoco das Várzeas	. Oliveira do Hospital	. Coimbra	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Cima-Cotas	. Degracias e Pombalinho	. Soure	. Coimbra	"Aldeias Remotas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE ÉVORA**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia da Luz	. Luz	. Mourão	. Évora	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de São Cristovão	. São Cristovão	. Montemor-o-Novo	. Évora	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Monsaraz	. Monsaraz	. Reguengos de Monsaraz	. Évora	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Orada	. Orada	. Borba	. Évora	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Aguiar	. Aguiar	. Viana do Alentejo	. Évora	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Pavia	. Pavia	. Mora	. Évora	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Evoramonte	. Evoramonte	. Estremoz	. Évora	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Granja	. Granja	. Mourão	. Évora	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Brotas	. Brotas	. Mora	. Évora	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Vila de Lavre	. Cortiçadas de Lavre e Lavre	. Montemor-o-Novo	. Évora	: "Aldeias Monumento"
. Aldeia de Cortiçadas de Lavre	. Cortiçadas de Lavre e Lavre	. Montemor-o-Novo	. Évora	"Aldeias Rurais"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:
DISTRITO DE FARO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Cachopo	. Cachopo	. Tavira	. Faro	"Aldeias Rurais", "Aldeias Remotas", "Aldeias Autênticas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Alte	. Alte	. Loulé	. Faro	"Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Paderne	. Paderne	. Albufeira	. Faro	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Estoi	. Conceição e Estoi	. Faro	. Faro	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Furnazinhas	. Odeleite	. Castro Marim	. Faro	"Aldeias Rurais"
. Aldeia da Carrapateira	. Bordeira	. Aljezur	. Faro	"Aldeias Monumento" e "Aldeias de Mar"
. Aldeia de Monte Clérigo	. Aljezur	. Aljezur	. Faro	"Aldeias de Mar"
. Aldeia da Arrifana	. Aljezur	. Aljezur	. Faro	"Aldeias de Mar"
. Aldeia da Bordeira	. Bordeira	. Aljezur	. Faro	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia da Salema	. Budens	. Vila do Bispo	. Faro	"Aldeias de Mar"
. Aldeia da Pedralva	. Vila do Bispo e Raposeira	. Vila do Bispo	. Faro	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Guerreiros do Rio	. Alcoutim e Pereiro	. Alcoutim	. Faro	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Ferragudo	. Ferragudo	. Lagoa	. Faro	"Aldeias de Mar"
. Aldeia de Vale do Boi	. Budens	. Vila do Bispo	. Faro	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Vaqueiros	. Vaqueiros	. Alcoutim	. Faro	"Aldeias Rurais"

Anexo 21.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE GUARDA**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Castelo Mendo	. Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela	. Almeida	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Castelo Bom	. Castelo Bom	. Almeida	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Castelo Rodrigo	. Castelo Rodrigo	. Castelo Rodrigo	. Guarda	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Sortelha	. Sortelha	. Sabugal	. Guarda	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas".
. Aldeia de Malcata	. Malcata	. Sabugal	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Vilar Maior	. Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos	. Sabugal	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Almeida	. Almeida	. Almeida	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Lapa dos Dinheiros	. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	. Seia	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Alcarva	. Ranhados	. Meda	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Cabeça	. Vide e Cabeça	. Seia	. Guarda	"Aldeias Autênticas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Maceira	. Maceira	. Fornos de Algodres	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Alvoco da Serra	. Alvoco da Serra	. Seia	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais", "Aldeias Remotas", "Aldeias Autênticas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"

Anexo 22.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE GUARDA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Loriga	. Loriga	. Seia	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Remotas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Linhares da Beira	. Linhares da Beira	. Celorico da Beira	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Arnozelo	. Numão	. Vila Nova de Foz Côa	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Castelo Melhor	. Castelo Melhor	. Vila Nova de Foz Côa	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Fernão Joanes	. Fernão Joanes	. Guarda	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Fontão de Loriga	. Loriga	. Seia	. Guarda	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Murça do Douro	. Freixo de Numão	. Vila Nova de Foz Côa	. Guarda	"Aldeias Remotas"
. Aldeia de Numão	. Numão	. Vila Nova de Foz Côa	. Guarda	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Penhas Douradas	. São Pedro e Santa Maria	. Manteigas	. Guarda	"Aldeias Remotas"
. Aldeia de Ranhados	. Ranhados	. Meda	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Almofala	. Almofala e Escarigo	. Figueira de Castelo Rodrigo	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Barca d'Alva	. Escalhão	. Figueira de Castelo Rodrigo	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Prados	. Prados	. Celorico da Beira	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Sandomil	. Sandomil	. Seia	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Folgosinho	. Folgosinho	. Gouveia	. Guarda	"Aldeias Autênticas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Arcozelo da Serra	. Arcozelo da Serra	. Gouveia	. Guarda	"Aldeias Rurais"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE GUARDA**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Moreira de Rei	. Moreira de Rei	. Trancoso	. Guarda	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Melo	. Melo	. Gouveia	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Mangualde da Serra	. Mangualde da Serra	. Gouveia	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Póvoa Velha	. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	. Seia	. Guarda	"Aldeias Autênticas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia do Sabugueiro	. Sabugueiro	. Seia	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Sameice	. Sameice e Santa Eulália	. Seia	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Sameiro	. Sameiro	. Manteigas	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Senhora do Desterro	. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	. Seia	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Vale de Amoreira	. Vale de Amoreira	. Manteigas	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Vide	. Vide e Cabeça	. Seia	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Vermiosa	. Vermiosa	. Figueira de Castelo Rodrigo	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de São Martinho	. Santa Marinha e São Martinho	. Seia	. Guarda	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Videmonte	. Videmonte	. Guarda	. Guarda	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Valezim	. Valezim	. Seia	. Guarda	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Valhelhas	. Valhelhas	. Guarda	. Guarda	"Aldeias Ribeirinhas"

Anexo 24.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE LEIRIA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Casal de S. Simão	. Aguda	. Figueiró dos Vinhos	. Leiria	"Aldeias Rurais"
. Aldeia Ana de Aviz	. Figueiró dos Vinhos e Bairradas	. Figueiró dos Vinhos	. Leiria	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Pia do Urso	. Batalha	. Batalha	. Leiria	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Abiul	. Abiul	. Pombal	. Leiria	"Aldeias Monumento"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE LISBOA

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia da Mata Pequena	. Igreja Nova e Cheleiros	. Mafra	. Lisboa	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Remotas"
. Aldeia da Biscaia	. Alcabideche	. Cascais	. Lisboa	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Azenhas do Mar	. Colares	. Sintra	. Lisboa	"Aldeias de Mar"
. Aldeia de Pragança	. Lamas e Cercal	. Cadaval	. Lisboa	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Penedo	. Colares	. Sintra	. Lisboa	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de São Miguel de Odrinhos e Barreira	. S. João das Lampas e Terrugem	. Sintra	. Lisboa	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Ulgueira	. Colares	. Sintra	. Lisboa	"Aldeias em Áreas Protegidas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE PORTO

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Quintandona	. Lagares	. Penafiel	. Porto	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE PORTALEGRE

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Flor da Rosa	. Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	. Crato	. Portalegre	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Alegrete	. Alegrete	. Portalegre	. Portalegre	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"
. Aldeia de Belver	. Belver	. Gavião	. Portalegre	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Ouguela	. S. João Batista	. Campo Maior	. Portalegre	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Rurais"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE SETÚBAL

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Porto Côvo	. Porto Côvo	. Sines	. Setúbal	"Aldeias de Mar" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Canal Caveira	. Grândola e Santa Margarida da Serra	. Grândola	. Setúbal	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Melides	. Melides	. Grândola	. Setúbal	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Lagoa de Albufeira	. Castelo	. Sesimbra	. Setúbal	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Lousal	. Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão	. Grândola	. Setúbal	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Santa Susana	. Alcácer do Sal e Santa Susana	. Alcácer do Sal	. Setúbal	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Santa Margarida da Serra	. Grândola e Santa Margarida da Serra	. Grândola	. Setúbal	"Aldeias Remotas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE SANTARÉM**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia do Arripiado	. Carregueira	. Chamusca	. Santarém	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Pereiro de Mação	. Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira	. Mação	. Santarém	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Tancos	. Tancos	. Vila Nova da Barquinha	. Santarém	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Aljustrel	. Fátima	. Ourém	. Santarém	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Avecasta	. Areias e Pias	. Ferreira do Zêzere	. Santarém	"Aldeias Rurais"
. Aldeia da Castanheira	. Ferreira do Zêzere	. Ferreira do Zêzere	. Santarém	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Dornes	. Nossa Senhora do Pranto	. Ferreira do Zêzere	. Santarém	"Aldeias Monumento", "Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Erra	. Coruche, Fajarda e Erra	. Coruche	. Santarém	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Couço	. Couço	. Coruche	. Santarém	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Escaroupim	. Salvarerra de Magos	. Salvaterra de Magos	. Santarém	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia do Mato	. Aldeia do Mato e Souto	. Abrantes	. Santarém	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Pombalinho	. Pombalinho	. Golegã	. Santarém	"Aldeias Rurais"
. Aldeia das Salinas de Fonte da Bica	. Rio Maior	. Rio Maior	. Santarém	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Vargos	. Olaia e Paço	. Torres Novas	. Santarém	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Lapas	. Torres Novas-São Pedro, Lapas e Ribeira Branca	. Torres Novas	. Santarém	"Aldeias Monumento", "Aldeias Ribeirinhas" e "Aldeias Autênticas"

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE VIANA DO CASTELO**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Castro Laboreiro	. Melgaço	. Melgaço	. Viana do Castelo	"Aldeias Remotas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Soajo	. Soajo	. Arcos de Valdevez	. Viana do Castelo	"Aldeias Autênticas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Sistelo	. Sistelo	. Arcos de Valdevez	. Viana do Castelo	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Parada do Monte	. Parada do Monte e Cubalhão	. Melgaço	. Viana do Castelo	"Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Branda da Aveleira	. Gave	. Melgaço	. Viana do Castelo	"Aldeias Remotas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Bico	. Bico	. Paredes de Coura	. Viana do Castelo	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Branda de Santo António de Vale de Poldros	. Riba de Mouro	. Monção	. Viana do Castelo	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Afife	. Afife	. Viana do Castelo	. Viana do Castelo	"Aldeias de Mar"
. Aldeia de Porreiras	. Porreiras	. Paredes de Coura	. Viana do Castelo	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Ermida	. Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	. Ponte da Barca	. Viana do Castelo	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Germil	. Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	. Ponte da Barca	. Viana do Castelo	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Lindoso	. Lindoso	. Ponte da Barca	. Viana do Castelo	"Aldeias Monumento" e "Aldeias em Áreas Protegidas"

Anexo 28.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:

DISTRITO DE VILA REAL

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Oliveira	. Oliveira	. Mesão Frio	. Vila Real	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Pitões das Júnias	. Pitões da Júnica	. Montalegre	. Vila Real	"Aldeias Monumento" e "Aldeias Remotas".
. Aldeia de Tourém	. Tourém	. Montalegre	. Vila Real	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Limões	. Cerva e Limões	. Ribeira de Pena	. Vila Real	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Fafião	. Montalegre	. Montalegre	. Vila Real	"Aldeias Remotas" e "Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Covelinhas	. Galafura e Covelinhas	. Peso da Régua	. Vila Real	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Alfarela de Jales	. Alfarela de Jales	. Vila Pouca de Aguiar	. Vila Real	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Galafura	. Galafura e Covelinhas	. Peso da Régua	. Vila Real	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Lamas de Ôlo	. Borbela e Lamas de Ôlo	. Vila Real	. Vila Real	"Aldeias em Áreas Protegidas"
. Aldeia de Cervos	. Montalegre	. Montalegre	. Vila Real	"Aldeias Autênticas"

Anexo 29.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:**DISTRITO DE VISEU**

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia da Pena	. Covas do Rio	. São Pedro do Sul	. Viseu	"Aldeias Remotas" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Covas do Monte	. S. Martinho das Moitas e Covas do Rio S.Pedro do Sul	. São Pedro do Sul	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Lapa do Lobo	. Lapa do Lobo	. Nelas	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Corvos-à-Nogueira	. Santos Évos	. Viseu	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia da Lapa	. Quintela	. Sernancelhe	. Viseu	"Aldeias Monumento".
. Aldeia de São Cipriano	. São Cipriano	. Resende	. Viseu	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Pias	. Cinfães	. Cinfães	. Viseu	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia do Tojal	. Satão	. Satão	. Viseu	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Ucanha	. Tarouca	. Tarouca	. Viseu	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Campo Benfeito	. Gosende	. Castro Daire	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Beijós	. Beijós	. Carregal do Sal	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia da Granjinha	. Paradela e Granjinha	. Tabuaço	. Viseu	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de Cabaços	. Cabaços	. Moimenta da Beira	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Cabanas de Viriato	. Cabanas de Viriato	. Carregal do Sal	. Viseu	"Aldeias Monumento"
. Aldeia Vinhateira de Barcos	. Barcos	. Tabuaço	. Viseu	"Aldeias Monumento"

Anexo 30.

CATEGORIZAÇÃO DISTRITAL:
DISTRITO DE VISEU

NOME DA ALDEIA	FREGUESIA	CONCELHO	DISTRITO	CANDIDATURA
. Aldeia de Forles	. Águas Boas e Forles	. Sátão	. Viseu	"Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Parada	. Parada	. Carregal do Sal	. Viseu	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia Preservada da Granja do Tedo	. Granja do Tedo	. Tabuaço	. Viseu	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Oliveira do Conde	. Oliveira do Conde	. Carregal do Sal	. Viseu	"Aldeias Monumento"
. Aldeia de São Xisto	. Vale de Figueira	. São João da Pesqueira	. Viseu	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Manhouce	. Manhouce	. S.Pedro do Sul	. Viseu	"Aldeias Ribeirinhas", "Aldeias Rurais" e "Aldeias Autênticas"
. Aldeia de Mezio	. Mezio	. Castro Daire	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Ribafeita	. Ribafeita	. Viseu	. Viseu	"Aldeias Autênticas".
. Aldeia de Várzea de Calde	. Calde	. Viseu	. Viseu	"Aldeias Rurais"
. Aldeia de Pereiró	. Cabril	. Castro Daire	. Viseu	"Aldeias Ribeirinhas"
. Aldeia de Rãs	. Romãs, Decermilo e Vila Longa	. Sátão	. Viseu	"Aldeias Rurais".

Anexo 31.